

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

LUCAS PAOLILLO

SÉRGIO MILLIET, SOCIÓLOGO: entre observações
e transições.



ARARAQUARA – S.P.
2019

LUCAS PAOLILLO

SÉRGIO MILLIET, SOCIÓLOGO: entre observações e transições.

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Conselho, Programa de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, democracia e pensamento social.

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta.

Bolsa: CAPES.

ARARAQUARA – S.P.
2019

Paolillo, Lucas
Sérgio Milliet, sociólogo: entre observações e
transições / Lucas Paolillo – 2019
125 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: Milton Lahuerta

1. Milliet, Sérgio. 2. Pensamento social brasileiro.
3. Sociologia dos intelectuais. 4. Movimento
modernista. I. Título.

LUCAS PAOLILLO

SÉRGIO MILLIET, SOCIÓLOGO: entre observações e transições.

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Conselho, Programa de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, democracia e pensamento social.

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta.

Bolsa: CAPES.

Data da defesa: 02/08/2019.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Membro Titular:

Prof. Dr. Rogério Baptistini Mendes

Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Membro Titular:

Prof^a Dr^a. Alessandra Santos Nascimento

Universidade de Araraquara.

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

A presente dissertação é dedicada a Geraldo Gomes Gattolini, decano psicografista das mais inquietantes imagens do Brasil moderno. AGRADECIMENTOS

Este trabalho, síntese dos meus anos de trajetória novíça na conturbada década de dez, deve muitos a-grade-cimentos.

Em primeiro lugar, ao prof. dr. Milton Lahuerta, meu orientador dentro e fora das salas de aula, pelos anos de companheirismo, paciência e de descoberta das dinâmicas políticas e culturais no Brasil.

Também aos meus companheiros de tempo e de jornada efecelática: Anderson Piva, meu irmão mais velho e eterna referência; João Mauro Carvalho; Antonio “Antoine” Pessoa; Giovani “Gigio” Jorgetto; Guilherme “Pepa” Bianco; Eduardo “Mustafá/Turco” Sallum; Renaldo “Juninho” Mazaro; João Lucas Tziminadis; Igor Lula; Murilo Petito; Gabriela Garzon; Isabela Palazzo; Robson “Robinho” Nazaro; Bruno “Vizinho” Moretti; Erick Corrêa; João “Joãozinho” Túbero; Lívia Vasconcelos; Rangel “Rangelito” Andrade; Letícia “Rebô” Rocha; Douglas “Pantera” Delgado; Jenifer “Jeni” Saska; Fernando Vono; Nádia Rodrigues dos Santos; Diego Moraes; Vynicius “Toddyinho” Campos; José Lucas “Gelo” da Silva; Tainá “Arnoldo Bosques” Justo; Ettore Dias; Giovanna “Giovaninha” Lopes; Cadu Tauil; André Toffoli, Fernanda Feijó; Giovanna Isis e tantos outros que estiveram ao meu lado e que guardo comigo.

Cumprimento os companheiros que a vida me ensinou nos acidentes de suas veredas: Luis Felipe da Costa Ladeira, por tudo e mais tudo hoje e sempre; Vitor Nuzzi, amigo sensível e pesquisador cuidadoso; Carlos Leal, parceiro nos mais diversos projetos frustrados; Murillo Canella, aventureiro da paixão cearense; João Sartori, cuidador atento à psique e ao mundo político; Rafael Trebi Curilla, autodidata maluco de tempos idos; Gabriel Guariglia Perez, das pessoas mais criativas que já conheci; Erik Navarro e Guilherme Perissini, barrocos moderninhos; e HÉlvio Tamoio, dono de inspiradas andanças poéticas e fazimentos surreais.

Agradeço também à família Gattolini, em especial à Liara, pelo cuidado e pelos momentos místicos de convivência nos anos de composição do trabalho.

Devo estender os agradecimentos aos professores que compuseram minha trajetória: prof. dr. José Pedro Antunes; prof^a. dr^a. Vera Cepeda; prof. dr. José Antonio Segatto; prof. dr^o Rogério Baptistini; prof^a dr^a Maria Teresa Kerbauy; prof^a. dr^a Anita Simis; prof^a. dr^a. Maria Orlanda Pinassi; prof^a dr^a Maria Ribeiro do Valle; prof. dr. Luiz Antonio Calmon Nabuco Lastória; prof^a. dr^a Alessandra Nascimento; prof. dr. Rafael Tauil; prof. Roberto Carlos Miguel; prof. Alexandre Rodrigues; prof^a Lilian Mangerona Corneta Rotta.

Agradeço, por fim, à minha família: Nicola, Marta, Alessandra, Marina, Júlia, Fernanda e Ricardo que estão presentes na alegria e na tristeza. Não poderia deixar de prestar respeito à memória dos meus bisavôs, bisavós, tios e tias avós.

Evoé, Gabriela Bruschini Grecca!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”

Karl Marx

“A morte é a sanção de tudo o que o narrador pode contar. É da morte que ele deriva sua autoridade. Em outras palavras: suas histórias remetem à história natural.”

Walter Benjamin

“O mau escritor se academiza, não por participar de algum cenáculo, o que pode acontecer com todo mundo, mas porque abandona sua expressão própria em benefício de receitas aprendidas. Ao convívio dos vivos prefere o dos fantasmas.”

Sérgio Milliet

RESUMO

O presente trabalho procurou apresentar a relação que Sérgio Milliet, figura pública relevante na intelectualidade paulista da primeira metade do século XX, manteve com as ciências sociais de seu tempo. Assim, estabelecemos três eixos centrais de análise: a recomposição da trajetória que o levou ao envolvimento com esta tradição do saber – a qual também se confunde com o processo de institucionalização dela em São Paulo –; as especificidades do vínculo mantido com a disciplina, bem como das instituições nas quais tomou parte e que o envolviam no trato dela – como a Escola Livre de Sociologia e Política e o Departamento de Cultura do Município –; e, por fim, a sistematização e identificação das suas contribuições relacionadas a tais perspectivas de análise presentes em sua obra. Para tanto, assumimos como perspectiva privilegiada de análise uma preocupação com a seleção e a elaboração de testemunhos com a finalidade de, ao evidenciá-los, também evidenciarmos os aspectos que sugerem o cultivo, a presença e o abandono formal das ciências sociais em sua trajetória. Desta forma, foram explorados os vínculos mantidos com o movimento modernista que culminaram no seu envolvimento com a vida pública paulistana, processo este que o levou a envolver-se profundamente com as ciências sociais, em especial com a então recente tradição de estudos da sociologia norte-americana.

Palavras – chave: Sérgio Milliet. Pensamento social brasileiro. Sociologia dos intelectuais. Movimento modernista brasileiro.

ABSTRACT

The present work tried to present the relation that Sérgio Milliet, relevant public figure in the São Paulo intellectuality of the first half of the 20th century, maintained with the social sciences of his time. Thus, we established three central axes of analysis: the recomposition of the trajectory that led to the involvement with this tradition of knowledge, which is also confused with the process of institutionalization of it in São Paulo; the specificities of the link maintained with the discipline, as well as of the institutions in which it took part and that involved in the treatment of it, such as the Escola Livre de Sociologia e Política and the Departamento de Cultura do Município; and, finally, the systematization and identification of his contributions related to such perspectives of analysis present in his work. For this, we assume as a privileged perspective of analysis a concern with the selection and elaboration of testimonies with the purpose of demonstrating the aspects that suggest the cultivation, presence and formal abandonment of the social sciences in their trajectory. In this way, the ties maintained with the modernist movement that culminated in his involvement with public life in São Paulo were analyzed as part of the process that led him to become deeply involved with the social sciences, in particular with the then recent tradition of studies of the north-american sociology.

Keywords: Sérgio Milliet. Brazilian social thought. Sociology of the intellectuals. Brazilian modernist movement.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: DO MODERNISMO À SOCIOLOGIA NORTE-AMERICANA, A CONSTRUÇÃO DA PONTE.....	19
1.1 O problema da nova ordem republicana no Brasil e a emergência das suas contradições.....	19
1.2 O movimento modernista como catalisador de novas formas de reconhecimento.	24
1.3 O “espírito destrutivo” do modernismo nos limites da sua profissionalização	32
1.4 O modernismo, a Revolução de 1930 e o surgimento das Ciências Sociais.....	39
CAPÍTULO II: DO CONTATO COM A SOCIOLOGIA NORTE-AMERICANA AO HOMEM-PONTE.....	53
2.1 Sobre a incorporação da sociologia norte-americana como um saber modernizante para Sérgio Milliet.....	53
2.2 Sérgio Milliet e a Escola Livre de Sociologia e Política.....	65
2.3 Sérgio Milliet e o Departamento de Cultura do Município	79
CAPÍTULO III: RASTROS DA TRANSITORIEDADE, DO HOMEM-PONTE À PONTE DINAMITADA.	88

3.1 Aspectos da ponte dinamitada.....	88
3.2 A sociologia como ciência da administração pública	96
3.3. A sociologia como reconhecimento da marginalidade	104
À GUIA DE CONCLUSÃO	112
OBRAS DE SÉRGIO MILLIET CONSULTADAS	120
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

Há tempos esforços são empregados em propostas semelhantes à cultivada por este trabalho. Na Grécia antiga, por exemplo, Platão empenhou-se em interpretar e elaborar as lições de seu mestre, imprimindo-as em seu espírito e também nos seus escritos. Na república que ruía, a sombra de Sócrates serviu-lhe de insumo para refletir. Comparando-a, naquela que é a condição do pensamento dialético, entre os acontecimentos que foram e os outros que ainda eram. A partir de então, construiu um personagem, um Sócrates platônico, um *logos*, que também carregou o nome de seu mestre como um significante em extensão. Um mito capaz de enunciar o teor de verdade emulado por tais rastros. A seu modo, fez das possíveis experiências do Outro, dissolvidas no cotidiano e na memória de Outros, uma narrativa de sentido organizada e vinculada às potências da experiência tornadas, por ele, acessíveis a contextos diversos. Desta forma, Platão extraiu da vida de Sócrates proposições de sentido para a filosofia que, a depender dos leitores e do contexto da leitura, tornam-se capazes de atinar à expressão de urgências e de atualidades, como reflexões espelhadas de possíveis continuidades, ou, na medida oposta, à dinâmica do pensamento e dos costumes dissolvidos no tempo histórico que registram acontecimentos menos ou mais desejáveis para uma responsabilidade moral objetiva, cuja compreensão é capaz de sugerir termos de referência para o juízo.

Já na modernidade, o insumo crítico extraído dessa visão histórica platônica pode ser vista, por exemplo, no filme *Santiago* (1998) de João Moreira Salles. Nele, o protagonista homônimo ao filme nos espanta e causa estranheza. Poliglota, o misterioso mordomo do banqueiro Moreira Salles e da sua família colecionava uma série de efemérides registradas em textos e em fichamentos volumosos. Versavam sobre as mais diversas características que compunham a vida e os costumes da nobreza na história. O acervo, tudo indica, foi composto pelas viagens feitas por ele ao lado da família do banqueiro. Situações estas que lhe proporcionaram a oportunidade de consultar as mais diversas bibliotecas. Assim, Santiago foi uma espécie de *voyeur* da experiência da aristocracia: estudava-a, avaliava-a, mirava-a, permitia-se fantasiar com as suas referências, estabelecia comparações e, o que é muito importante, critérios qualitativos entre elas. De certa forma, o reconhecimento desses Outros, dos quais ele jamais poderia encarnar ou integrar, garantiam-lhe parâmetros e, nisto, as experiências recolhidas dinamizavam, dialeticamente, seus valores quando, ao deparar-se com valores estranhos, reconhecia a existência de dinâmicas sociais, responsabilidades morais e referenciais. O caráter pitoresco da sua personalidade, perpassado por este traço, relaciona-se

com um desejo de Outro que estabeleceu a possibilidade de aculturar-se nas experiências não apenas do hoje, mas também do ontem. De certa forma, deparar-se com o testemunho do grande admirável lembrava-o da sua pequenez. Enquanto que o testemunho da pequenez, nos tempos do Outro, lembrava-o das grandezas vivas e presentes. Cremos que se dá mais ou menos nesse sentido a especificidade crítica contida no caráter platônico da recomposição das experiências dos sujeitos.

Gagnebin (2006) raciocinou a respeito do sentido e da relevância em atentar-se à valorização das experiências dos sujeitos no tempo. A partir delas, nos sugere, critérios são estabelecidos para reconhecer a existência de nuances e de camadas nos macroprocessos históricos quando promovemos uma articulação entre memória e história. Nesse movimento, a presença comumente apagada daquilo que poderia ser considerado de pequena importância e marginal eleva-se a uma constelação complexa de sentido capaz de sugerir compreensões e incompreensões ao deparar-se com as racionalizações em torno da totalidade da composição dos processos sociais. De maneira galgada tanto nos processos descritos quanto também nas suas lacunas, o que é capaz de gerar tensões explicativas naturais a qualquer racionalização. Desta forma, oferece elementos para nos atermos à dinâmica de transmissão da própria experiência no tempo ao relacioná-la a outros processos sociais. Com isso, a autora nos relembra que as narrativas históricas aproximam-se mais da *poiesis*, em seu sentido amplo, que não exclui vicissitudes próprias à materialidade, do que de um discurso tradicional de verdade, ou seja, de uma aceção positiva dos acontecimentos. Sua perspectiva, apoiada em Benjamin e Ricoeur, ressalta que, nesse sentido exposto, “[...] a história é sempre, simultaneamente, narrativa (as histórias inumeráveis que a compõem; *Erzählung*, em alemão) e processo real (sequência das ações humanas em particular; *Geschichte*) [...]” (p.43).

É certo que há um valor inestimável nesta compreensão tensa dos processos materiais na história, uma vez que a perspectiva extrai de testemunhos um grande potencial para a reflexão na medida em que o contato estabelecido através dela também estabelece uma relação mediadora entre o passado e o presente – quando, claro, a própria relação se faz mediada – a partir tanto do seu significado quanto das suas singularidades, já que ela orienta noções e critérios às dinâmicas no tempo, e, por isso, interfere na composição e no reconhecimento da constituição de sentidos históricos. Conseqüentemente, a articulação entre os processos relativos à vida dos sujeitos e aos macroprocessos apreendidos, cuja distinção semântica apresenta dimensões qualitativas e escalonares no recorte do objeto e em suas mediações, é capaz de aproveitar a elaboração entre pensamentos e trajetórias; o que oferece elementos relevantes para a identificação da complexidade presente nas relações que

estabelecem as noções de sentido a respeito do passado. No entanto, ainda de acordo com Gagnebin (2006), cuidados se fazem necessários para que os processos possam ser bem compreendidos desta forma. Isto porque a natureza das permanências da cultura a serem elaboradas em narrativa é incapaz de garantir reconstituições exatas como gostaria o pensamento positivo que recalca suas tensões, já que elas deixam apenas um vínculo sombrio e fragmentado de sugestões marcadas por pistas e ausências, uma vez que a própria compreensão do passado é sempre articulada a partir da realidade própria a cada presente e às suas relações constitutivas. Esta perspectiva, evidentemente, não abandona o lastro articulador que o conceito de totalidade comumente procura implicar, muito embora admita as insuficiências da sua acepção tradicional. Antes, intenciona retirá-lo da rigidez com a qual pode se encerrar ao deixar de compreender a composição de seus pontos cegos e fragmentos. Assim, os testemunhos das miudezas da experiência de um tempo são compreendidos pelo potencial de iluminar, cada uma delas, perspectivas distintas do mesmo, único e plural presente histórico. É através do conceito de *rastro* que a autora procura estabelecer tal mediação:

“Seja sobre tabletes de cera ou sobre uma ‘lousa mágica’ – essas metáforas privilegiadas da alma –, **o *rastro* inscreve a lembrança de uma presença que não existe mais e que sempre corre o risco de se apagar definitivamente.** Sua fragilidade essencial e intrínseca contraria assim o desejo da plenitude, de presença e de substancialidade que caracteriza a metafísica clássica” (GAGNEBIN, 2006, p.44).

O potencial crítico daquilo a que se remete o conceito pode ser encontrado, a nível sensível e prático, no exame de materiais que evoquem valor histórico capaz de causar estranhamento na experiência do presente: seja por serem pouco lembrados, desconhecidos, desconsiderados como matéria de registro ou mesmo não identificados pela oficialidade. Ou seja, está presente no exame de depoimentos, discursos, documentos e narrativas que remontam a perspectivas até então não cogitadas no contexto que as faz repousar recalçadas, mortas, naquilo que se convencionou a chamar de “história dos vencidos”. Quando tais objetos são elaborados, auxiliam na compreensão de como, mediados, expressam e também são expressão de contextos diversos no tempo, reafirmados ou negados, legados às condições do esquecimento. Desta forma, tais contribuições revelam-se relevantes quando um foco de visão capaz de gerar estranhamento e novos nexos é estabelecido a partir das sugestões oriundas daquilo que se encontrava desintegrado, suprimido ou abafado. Esta perspectiva mostra-se de relevante contribuição a qualquer trabalho que possa tomá-la como inspiração

metodológica. No entanto, ela se torna precisa e preciosa, sobretudo, àqueles trabalhos que se debruçam sobre a constituição de objetos permeados por poucas elaborações, marcados pela oficialidade desintegrada da familiaridade reducionista, cuja experiência em torno deles encontra-se cindida nas articulações possíveis entre o passado e o presente.

É nesse sentido que o presente trabalho procura orientar-se ao debruçar-se sobre a relação que Sérgio Milliet manteve com e para as Ciências Sociais. O percurso deste recorte foi curioso, pois ainda não haviam sido examinadas as contribuições e a trajetória de Milliet sob a especificidade deste prisma. O que nos mostrou, durante o percurso da pesquisa, nexos inusitados entre as diversas esferas da cultura e do pensamento que permearam e que foram permeados pelo processo histórico da constituição nacional de um país pós-colonial da periferia do capitalismo. Articulações entre o modernismo de 1922, a organização do Partido Democrático, a sociologia norte-americana da Escola Livre de Sociologia e Política, bem como a influência desses eventos nas gerações posteriores são exemplos disso. Tais perspectivas, relacionadas às vicissitudes que compuseram o contexto dos intelectuais paulistas no início do século, já foram examinadas em diversos trabalhos. No entanto, nunca sob a perspectiva que reúne tais vínculos em torno desse ator específico. No caso, Sérgio Milliet, um intelectual pouco lembrado, muitas vezes citado apenas discretamente entre um rol de outros vultos, empenhado em transformar o cenário trágico herdado pelas vicissitudes da formação nacional em São Paulo – nem que tivessem de nascer à base de fórceps. No entanto, toda atitude de modernismo, bem como todo carnaval se acende e apaga, de certa forma condiciona-se a naufragar na segura que procura negar, refém das próprias contradições culminadas na quarta-feira de cinzas imanente a ela, responsável por designar uma fugacidade cindida, uma exceção envolta pelo anseio mais ou menos idealista, quixotesco, platônico ou romântico, que é ansioso por um mundo outro¹. Tal imagem, que não pretende encerrar-se numa estilização vazia de conteúdo, quer sintetizar o traço de falibilidade presente nas tendências à pobreza da experiência a que este país, chamado Brasil, impõe como condição de seu processo histórico desintegrado.

A trajetória de Sérgio Milliet é um exemplo de insurgência criativa contra as insuficiências presentes no cotidiano, herdadas pela especificidade da nossa formação nacional. No entanto, ao mesmo tempo em que ela consegue negá-la nalguma modesta medida, ela é também produto deste mesmo contexto. Nesse sentido, é feliz a lembrança de

¹ “E *si* aguentei o tranco, foi porque estava delirando”, afirmou Mário de Andrade (1978, p.232) em sua conferência retrospectiva sobre os vinte anos da Semana de Arte Moderna no Itamaraty. A passagem, prosaica, sugere a presença desse idealismo comum a esta forma criativa de atividade intelectual.

uma passagem escrita por Adorno (1998, p.7) sobre os intelectuais, na qual há a compreensão de que “[...] o crítico da cultura mal consegue evitar a insinuação de que possui a cultura que diz faltar”. Pois bem, é assim, nessa “situação maldita”, que as atividades de Milliet se inserem dentro das ebulições e frustrações criativas que a primeira metade do século XX conheceu no Brasil. O que legou aos seus rastros marcas desse sentido da experiência, muito embora restritos ao alcance cindido do reconhecimento de poucos, por causa das mais diversas vicissitudes materiais e culturais. Mais especificamente, no caso de Milliet, suas experiências em solo brasileiro se deram no contexto das intensas transformações pelas quais a cidade de São Paulo passou no ínterim da primeira metade do século rumo ao seu processo acelerado de metropolização, experiências expressadas tacitamente em toda a sua obra e trajetória.

Todo o percurso intelectual de Sérgio Milliet dialoga – e não poderia ser de outro modo – com as transformações do processo civilizatório que caracterizaram a primeira metade do século XX. No Brasil, a partir das janelas de oportunidades representadas pelo longo período que abrange a Independência e a República, a oligarquia paulista estabeleceu sua hegemonia política sob a batuta dos ciclos de exportação do café. Depois, sob os impactos da Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, com a crise de 1929, a reorientação dos rumos da civilização eram representados no Brasil sob o paulatino advento da substituição de importações, posta com vigor nunca antes visto, mas ainda assim incipiente, na era Vargas quando novas diretrizes práticas para a vida permearam a experiência neste novo contexto histórico que impactara o Brasil. Com as mudanças operadas no mundo, o pensamento também sofreria transformações radicais. Assim, os rastros da trajetória de Sérgio Milliet nos oferecem um caminho privilegiado para compreender o desenvolvimento desse processo. Milliet formou-se intelectualmente na Europa, como rezava a cartilha dos privilegiados que apostavam na formação dos seus durante a Primeira República. Envolveu-se, depois, com a Semana de Arte Moderna de 1922, um episódio polêmico que é sinônimo de um marco na consciência social do Brasil, onde formou uma singular rede de contatos com quem compartilhava inquietações. O que o levou, em seguida, a envolver-se na criação de algumas das mais relevantes instituições de cultura de São Paulo, como a Escola Livre de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, o Departamento de Cultura do Município – o qual abrigara a administração da Biblioteca Municipal –, o Museu de Arte Moderna e suas Bienais. Ou seja, os rastros de sua vida garantem pistas para a compreensão de algumas das grandes transformações na cultura de seu tempo e como ele, ator, interviu nelas.

Por isso, compreender a relação entre Sérgio Milliet e as Ciências Sociais requer também a compreensão dos contextos que o envolveram aos macroprocessos históricos de seu tempo. Neste sentido, avaliar a maneira como as contribuições de seus rastros relacionados às humanidades se dão também implica em estabelecer uma relação de mediação entre eles e a totalidade desses processos. Da mesma forma, a mediação de tais rastros oferece sugestões para que novas perspectivas de compreensão, ou, mais do que isso, de incompreensão, se estabeleçam na análise, uma vez que elas também são expressão da natureza temporal diversa da cultura. Assim, este é o caminho que o presente trabalho procurou trilhar tacitamente ao longo de seu desenvolvimento, de forma a estabelecer tensões entre as esferas da memória e da história, típicas a um trabalho empenhado na transmissão da experiência, como fazem outros trabalhos também empenhados na elaboração das contribuições do pensamento social brasileiro, cujo sentido pauta-se pela correlação entre elementos sincrônicos e diacrônicos a partir dos objetos, objetivos e hipóteses selecionados. Além disso, cremos que o estabelecimento dessas tensões entre os rastros de Milliet, articulados em torno das Ciências Sociais, e os macroprocessos que os envolveram seja capaz de conferir à trajetória deste sujeito um foco que até então não havia sido observado detidamente pela bibliografia precedente, a qual transmutou seus rastros em objeto de pesquisa tendo em vista seus objetivos e edificações particulares.

Portanto, a edificação de um Sérgio Milliet platônico – ao qual o presente trabalho se submeteu ao rearticular e mediar seus rastros – procurou obedecer aos critérios dispostos acima. Numa descrição dos procedimentos estabelecidos, empenhamos nossos esforços no sentido de constituirmos a sua trajetória, que de alguma forma vinculava-se às vicissitudes próprias à institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, bem como a forma que esse processo, intrínseco à modernização pela qual São Paulo passara naqueles anos, também foi refletida na sua obra. Essa perspectiva pressupôs a revisão bibliográfica de diversas referências com o foco na identificação de tais elementos. Com atenção específica às informações deixadas de lado pela bibliografia precedente e que, de alguma forma, abordaram a trajetória de Milliet relacionada ao tema. Por isso, o foco em narrativas de memórias, correspondências, entrevistas e separatas de periódicos pouco editados fizeram-se presentes no trabalho. Uma vez que tais elementos expressam as percepções que colocam tais processos em tensão e que compõem o acervo disponível dos rastros a respeito das possíveis contribuições de Milliet. Assim, assumimos ao longo do trabalho uma posição cujo principal empenho se deu na preocupação artesanal da recomposição dos nexos em torno do objeto, tendo em vista a temática abordada.

Dito isso, o presente trabalho se divide em três partes: a primeira, disposta a compreender os processos históricos que fizeram com que Milliet se aproximasse das Ciências Sociais, chama-se *do modernismo à sociologia norte-americana, a construção da ponte* e propõe uma abordagem capaz de abranger, mais especificamente, a relação entre os modernistas e as dissidências políticas paulistas da oligarquia reunidas em torno do projeto de constituição de uma institucionalidade voltada ao ensino. Nesse sentido, cuidados foram tomados para que se evidenciasse o movimento de penetração da modernidade no Brasil, mas particularmente em São Paulo, e para que se fossem abordados aspectos da fragmentação da cultura tendo o modernismo brasileiro como um foco na compreensão do processo. Com o foco na trajetória de Milliet, procuramos refletir acerca de vicissitudes que fizeram de alguns dos participantes reunidos em torno da Semana de Arte Moderna, um projeto compreendido pelo seu teor negativo, se dedicarem a projetos de teor positivo, voltados às tentativas de institucionalização de novas formas culturais. Mas, mais especificamente, de um ensino superior que compreendeu nas Ciências Sociais uma perspectiva fundamental dos saberes para uma sociedade moderna.

O segundo capítulo, chamado *do contato com a sociologia norte-americana ao homem-ponte*, explora aspectos e resultados ainda em desenvolvimento do procedimento anterior, com o foco específico na recepção dos projetos de institucionalidade que mais se relacionaram, de alguma forma, com a trajetória de Milliet. Como, por exemplo, a Escola Livre de Sociologia e Política e o Departamento de Cultura do Município de São Paulo. O capítulo sugere tacitamente, como fio condutor das recomposições dos rastros a respeito de Milliet, a perspectiva de que ele, como sujeito no contexto histórico que o ambientou, foi capaz de imprimir às suas ações efeitos cuja possibilidade de narrativa sugere uma impressão de si mesmo no tempo. Nesse sentido, o capítulo explora a relação conflituosa que Milliet manteve com as Ciências Sociais e os feitos e contradições dos projetos institucionais com os quais se envolveu. Há destaques para aspectos pouco conhecidos desse processo, como os aspectos jurídicos relativos à sua contratação como professor adjunto da Escola Livre de Sociologia e Política.

Já o terceiro capítulo, chamado *rastros da transitoriedade, do homem-ponte à ponte dinamitada*, desenvolve e aborda os aspectos que demarcaram o fim do vínculo apresentado anteriormente entre Milliet e as Ciências Sociais. Para tanto, são abordados aspectos de sua trajetória profissional; os traços da sua concepção meta-epistemológica a respeito do sentido e da finalidade das Ciências Sociais; bem como da tentativa em estabelecer um perfil das suas principais produções relacionadas ao campo do saber tomado aqui como foco. As quais foram

divididas arbitrariamente em duas perspectivas: uma relacionada a aspectos demográficos, vinculada a uma forma de saber administrativo e administrante; outra relacionada à influência de Donald Pierson em sua trajetória, demarcadora de uma fase da produção de Milliet na qual as Ciências Sociais tornam-se mais próximas das suas inquietações estéticas, o que acabou por relacionar-se e relacioná-lo de maneira mais integrada com o vínculo de interesses mantido anteriormente com os modernistas e com os cenáculos intelectuais que conheceu na Europa.

Por fim, *à guisa de conclusão* coloca em foco alguns aspectos que foram abordados anteriormente pelo trabalho, retomados na busca pelo estabelecimento de sínteses, a partir de uma perspectiva *a posteriori* da compreensão dos elementos apresentados ao longo deste percurso. Nela, também tomamos a opção, incomum a uma finalização de trabalho, de expor algumas formas de desenvolvimento da trajetória de Milliet não abordadas anteriormente, com a perspectiva de que tais processos pudessem tanto jogar luz aos processos pregressos, detidamente analisados ao longo dos três capítulos apresentados, quanto sugerir novos rumos para pesquisas futuras.

CAPÍTULO I: DO MODERNISMO À SOCIOLOGIA NORTE-AMERICANA, A CONSTRUÇÃO DA PONTE.

1.1 O problema da nova ordem republicana no Brasil e a emergência das suas contradições

Com a dissolução do Império, a necessidade das instituições brasileiras serem repensadas colocou-se como um desafio para as elites econômicas interessadas em promover ou ocupar os vácuos de poder inaugurados pelos conflitos da lógica republicana, os quais se expressavam pelas rupturas e continuidades legadas e alicerçadas pela ordem escravocrata, monárquica e colonial. Esse processo complexo de renovação tardia, calcado nos contrapesos do atraso (FERNANDES, 1976), inaugurou o problema das capacidades reais de uma possível agenda do liberalismo no Brasil, uma vez que a reestruturação do país na economia mundial atrelava-se a recentes transformações legislativas e a indícios de configuração de uma nova relação com o capital, como comprovaram as contestadas políticas de crédito capitaneadas por Rui Barbosa, responsáveis pela crise do Encilhamento. No entanto, diferentemente dos centros europeus, cujas transformações decorreram-se de lentos processos históricos responsáveis por instituírem parte das premissas e promessas do ideário liberal na sua cultura institucional; ou mesmo dos norte-americanos, dotados de uma ascendente consistência procedimental das políticas federalistas, o contexto brasileiro republicano precisou responder a uma necessidade de inovação irrompida por uma reação adaptativa, marcada pelo belicismo e pelas doses fatais de idealismo intelectual em alguns grupos; de forma que tais valores tenham sido assimilados com uma grande marca de artificialidade, importadas da cultura jurídica de outros centros para o contexto local sem uma efetiva participação popular (SANTOS, 1978).

Tais particularidades, próprias à recepção controversa do liberalismo no Brasil, ganharam progressiva envergadura institucional até alcançarem o poder na Primeira República com a Constituição de 1891, estruturando-se a partir de uma dura sustentação militar e da economia agroexportadora. Entretanto, nos salões intelectuais, a natureza formalista da sua importação e as vicissitudes contraproducentes próprias ao perfil do bacharelismo formalista de seus defensores já era denunciado por críticos que acusavam a irresponsabilidade de seu idealismo pela má adequação dele às características e necessidades locais (SCHWARZ, 1992 [1977]). Na defesa de uma construção institucional autoproclamada mais realista, tais opositores do bacharelismo jurídico tomaram para si concepções que fugiam

ao receituário do liberalismo político, de forma a proporem medidas de caráter autoritário que, diziam, muito embora fossem de um teor amargo – menos afeito aos direitos individuais – seriam mais adequados a uma prática verdadeiramente capaz de uma articulação republicana de longo prazo. Oliveira Vianna (1927, p.37), um dos notórios críticos do liberalismo no período, compreendeu que o:

“[...] **idealismo republicano** *falhou dest'arte*, logo no *inicio* da sua *experiencia* constitucional, porque eram **completamente hostis** a qualquer surto idealista as *circumstancias* do **momento historico** que envolveram os primeiros *annos* do novo *regimen*. Mesmo, porém, que essas *circumstancias* lhe fossem *favoraveis*, ainda assim **a bella ideologia da Constituinte teria que fracassar** da mesma forma, *sinão imediatamente*, como aconteceu, pelo menos com o correr dos tempos, á medida que se fosse *accentuando o desaccordo entre os seus principios e as condições mentaes e estructuraes do nosso povo*” (negritos meus).

Para Vianna, portanto, consequências que, poderíamos dizer, seriam imanentes às vicissitudes históricas que estruturaram o liberalismo na então nova ordem republicana demonstraram, em si mesmas, a necessidade de serem superadas pelas suas deficiências. Anos depois, noutro contexto, Schwarz (1992 [1977]) ofereceu elementos capazes de reafirmar a existência histórica do problema na ordem política brasileira da Primeira República. Em seu texto, o caráter ornamental do pensamento das elites agrárias havia convertido, “fora de lugar”, proposições do liberalismo clássico numa defesa do regime latifundiário das oligarquias regionais. Tais perspectivas dimensionam a ausência de uma participação cidadã efetiva na constituição de processos que em tese deveriam representar parcelas majoritárias da população. De acordo com essas perspectivas, os atores responsáveis por defenderem as premissas liberais precisavam necessariamente traí-las para que a constelação de relações que os estruturassem não fosse traída, muito embora houvesse nuances relevantes presentes na articulação dessas proposições ao nível de reconhecimento na denúncia verbal (FERNANDES, 1976). De todo modo, se, neste momento, tais garantias constitucionais já haviam sido coerentemente questionadas na Europa como uma falsa consciência responsável por limitar o potencial da emancipação humana (REGO, 1988), o estado ornamental que assumiram na realidade brasileira fazia delas ainda mais limitadas e limitantes na adequação delas a uma suposta realidade nacional.

Depois da queda da Monarquia, impulsionada por fatores como a crise do mercado financeiro de 1870, a Guerra do Paraguai e os descontentamentos fiscais da elite paulista pós-escravocrata; os eixos centrais da economia deslocam-se do Nordeste para o Sudeste, região

na qual as práticas da exportação, com o suporte do financiamento inglês, permitiam a angariação de capitais. Ocorrência esta que propiciou a inauguração do apogeu do ciclo do café no Brasil, o que garantiu à oligarquia agrária paulista um papel de destaque na governabilidade do país. A presença desse novo grupo no poder foi representada pelo Partido Republicano Paulista, o qual, em suas ações, deixou clara a perspectiva mimética, instrumental, que a República havia assumido – tendo em vista o calcanhar de Aquiles do seu liberalismo – por incensar a herança de práticas tradicionais e autoritárias: as fraudes eleitorais que os sustentavam; a relação entre a angariação de votos e o coronelismo; e o caráter competitivo e cindido da burguesia nacional que, à época, não foi capaz de superar a fragmentação estadual para afirmar-se no poder de forma coesa, em seus interesses de desenvolvimento nacional (BARRIGUELLI, 1986; BORGES, 1979). Até a década de vinte do novo século, o esquema de alternância iniciado por Campos Salles, e promovido pelas elites oligárquicas de Minas Gerais e de São Paulo, ditava a tônica da política nacional sem haver, com exceção da Campanha Civilista, uma oposição expressiva capaz de disputar as urnas ou o controle econômico da máquina pública. Tal perspectiva ainda autocrática se dava ao mesmo tempo em que a bonança dos ciclos do café estimulou um ritmo de modernização que vinha ao cabo da pequena industrialização emergente e do escoamento dos ativos no mercado interno, o que ia, aos poucos, rompendo com os sustentáculos que garantiam a própria ordem oligárquica. Com o crescimento das cidades, o aumento demográfico e as novas instituições, iniciou-se esse novo movimento sub-reptício responsável por tornar obsoleta a organização pessoal, pautada pelos acordos entre setores da mesma elite, a uma impessoalidade, consonante ao surgimento e articulação política da moderna sociedade de classes.

Se antes havia uma relação pessoal e restritiva, patrimonialista, que articulava os processos de decisão pública por conta do caráter oligárquico da sua configuração, o incipiente processo de modernização começou a estimular o surgimento de novas categorias sociais que representavam a disputa pelo poder público. Com o engrossamento das camadas médias, expressas, sobretudo, pelos jovens oficiais e pelos profissionais liberais emergentes, mais setores demandavam formas de representação, uma vez que não encontravam eco nas oligarquias *perrepistas*. Frente a tais limites, a ausência de uma inspiração radicalmente liberal expressava as contradições sociais em torno do novo regime, incapazes de levar a termo a administração dos seus interesses e as demandas dos outros setores sociais. Assim, frente à contradição das oligarquias, engendrou-se um tenso processo de conflito social, de resultados capitalizados, sobretudo, pelas forças reunidas em torno do tenentismo, as quais

pareciam confirmar progressivamente a eficácia, na prática, das perspectivas teóricas pragmáticas de Oliveira Vianna.

Esse processo sugere como, no primeiro Brasil republicano, o caráter acentuadamente contraditório que configurou a importação e aplicação do liberalismo havia sido administrado sob uma consistência frágil. Enquanto a maior parte do mundo recolhia seus destroços na barbárie que resultou da expansão dos impérios modernos, na Primeira Guerra Mundial, o Brasil republicano, com seu porte continental herdado da monarquia, enfrentava a necessidade de se inventar a partir das suas classes produtivas agrárias e isoladas, destituídas de uma organização nacional relevante e também reféns de sua fragmentação estadual, sustentadas por uma economia que não reagira o suficiente à desestruturação que sofrera com o fim da escravidão. A inconsistência nacional da gestão autocrática do governo, reforçada pela supressão violenta das diferenças, era centrada predatoriamente nos interesses agroexportadores do café, motivo que, ao lado dos escândalos coronelistas capitalizados como discurso do descontentamento, despertava o movimento de forças de oposição. Ainda assim, expressões diversas, muito embora também mínguas, autodeclaravam-se porta-vozes da renovação, na busca de solo fértil para irromperem na sociedade brasileira.

Tais transformações também foram vistas pela população, sentidas na paisagem imediata. A cidade de São Paulo, por exemplo, ancorada pelos ganhos advindos da exportação de café e pelas transformações dramáticas sofridas pelo mundo depois da Primeira Guerra, experimentou um crescimento vertiginoso. Mesmo antes da Guerra, em 1893, um recenseamento havia registrado o aumento de cem por cento da população no intervalo de três anos. Um padrão drástico para o fim do século. Se parte desse crescimento era caudatário dos processos imigratórios, outra parte era reflexo direto da industrialização e da urbanização. Automóveis, bondes e iluminação elétricos, viadutos de ferro e altos prédios começavam a tornarem-se elementos cada vez mais frequentes na configuração do cenário da cidade de São Paulo, a qual progressivamente afastava de si os traços provincianos que a caracterizaram anteriormente, frente às construções e desconstruções sucessivas da sua paisagem, orgânicas aos movimentos oligarquia cafeeira (SEVCENKO, 1992).

No entanto, com o final da guerra em 1918, estava posto o cenário para que as forças sociais ansiosas por renovação encontrassem um clima mais propício para a tentativa de canalizarem seu potencial transformador. Com a normalização alfandegária, por exemplo, o intercâmbio cultural proveniente da cultura europeia contribuiu para o arejamento do ambiente social local, cujo arranjo já demonstrava sinais de fadiga e de descompasso com os acontecimentos mais recentes no mundo do pós-Guerra. O próprio Milliet (1944, p.240) ao

aportar em solo brasileiro, por exemplo, deixou seu testemunho a respeito. Reparou que “[...] o Brasil estava em atraso de muitos anos; ademais, não vivera a grande guerra. Nadava-se em cheio no parnasianismo mais estéril [...]”. Seu testemunho reafirma a perspectiva de um clima mais propício à comunicação com os grandes centros, capaz de efetivar a importação de novidades: do “[...] oceano, com os primeiros cargueiros que reiniciaram as viagens comerciais entre o velho e o novo mundo, desembarcaram em S. Paulo os livros modernistas franceses”. Suas impressões remetiam à percepção de que novas forças e formas sociais de conhecimento começavam a ser importadas e, portanto, reconhecidas. Eis o clima que ambientava o Brasil da década de 1920, marcado por iniciativas políticas e culturais motivadas pelas inovações produtivas, pela crise econômica e pelos experimentalismos comportamentais. Elementos configurados como expressões das tendências reorganizadas em torno das novas forças e que, portanto, exprimiam conflitos unidos contra os valores e estruturas antepostas em vigor. Seja de maneira direta ou colateral, todas essas transformações colidiram-se contra a ordem estabelecida, de forma a inaugurarem uma nova era pautada pela moderna fragmentação da consciência e dos valores morais, bem como da busca pela identidade nacional:

“**Os anos 20 são de mudanças.** Também são simbólicos na história política e cultural brasileira, por inaugurarem a gênese do Brasil Moderno, com a introdução de procedimentos, hábitos, ângulos de visão, diagnósticos que orientaram e mobilizaram várias gerações. [...] é justamente nos anos 20 que a **decepção** quanto à possibilidade de a **República realizar o ideal de uma sociedade nova torna-se absolutamente explosiva.** Particularmente para os intelectuais, a década de 1920 será de questionamento inéditos, até então, e que permanecem em pauta pelas próximas décadas. Não apenas **concepções tradicionais** são **atacadas**, mas também as **instituições republicanas** - identificadas com uma legalidade que não tem correspondência **no real** -, elevando o *pathos* de ruptura, trazendo à tona **novos** atores e a problemática dos direitos e da participação” (LAHUERTA, 1997, p.93; negritos meus).

Dentre os muitos acontecimentos responsáveis por materializaram tais transformações, a Semana de Arte Moderna de 1922 ocorrida em São Paulo é compreendida como um marco para os rumos pelos quais a intelectualidade passava. No sentido proposto, a realização de seus três dias – e também de suas vaias – pode ser compreendida como uma latência imanente dessa necessidade de renovação, bem como da sua impotência frente à vigência do que estava posto no país. Na prática, os artistas do evento firmaram a existência de novas concepções de mundo para uma parcela específica da elite. É nessa chave que podemos interpretar, por exemplo, o desencontro expresso entre os valores dos artistas com os do público. Assim,

podemos assumir que, diante da expressão da fragmentação na cultura, foram despertadas tensões culturais no seio da oligarquia paulista anteriormente ancorada nas perspectivas idealistas ou autoritárias. Nessa direção, Alfredo Bosi (1979, p.215) sugere que a performance foi um “ponto crítico de um longo processo de diferenciação”. Ou seja, a nível de pensamento, ela demarcaria o reconhecimento e a tentativa de desenvolvimento de novas formas espirituais para a cultura assimilar ou, no caso do público, repreender. Independentemente das adesões posteriores, é verdade que esse conflito demarcou a existência de uma nova tradição do pensamento no Brasil, relacionado à renovação e ao reconhecimento de formas sociais ainda não reconhecidas. Tendo, por isso, pautado pela primeira vez questões que realocariam as noções de uma dialética entre o localismo e o cosmopolitismo, por exemplo, cujas consequências envolveriam reflexões a respeito do sentido da assimilação da cultura europeia do pós-Guerra nos trópicos, bem como, consequentemente, a necessidade de compreensão do sentido em torno da questão nacional brasileira.

1.2 O movimento modernista como catalisador de novas formas de reconhecimento

Na ocasião da famosa conferência no Itamaraty, proferida sob a efeméride dos vinte anos da Semana de Arte Moderna de 1922, Mário de Andrade (1978, p.231) definiu o movimento modernista como uma manifestação dada “[...] especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos [...]”. Essa seria a expressão manifesta do espírito de destruição que o movimento significou. Além disso, afirmou que “[...] o movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional”. Ou seja, seria o germe de um espírito relacionado à descoberta da pluralidade da vida pela consciência, voltado à experimentação. Marcada pelo pessimismo e pela polêmica, a conferência de Mário acumulou acusações variadas, mas não deve ser compreendida como apologética. Ela fez denúncias daquilo que seriam, na sua compreensão, as insuficiências do movimento. O que fica patente quando nos debruçamos sobre os seus argumentos que apontam para a falta de uma sensibilidade ávida a um participacionismo claramente crítico às urgências político-sociais de seu tempo. “Meu aristocracismo me puniu. Minhas intenções me enganaram” (p.252), lamentou ao intuir a respeito dessas contradições. Contudo, admitiu que o movimento deixara um legado relevante na cultura nacional resumido em três aspectos principais: o “[...] direito permanente à

pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência² criadora nacional” (p.242).

É verdade que, ao conceber tais perspectivas, Mário de Andrade encontrava-se imerso em um clima de melancolia pessoal, doente fisicamente e receoso a respeito dos rumos da tomados pela civilização e por sua própria trajetória. Datada de 1942, a conferência encontrava-se imersa nos conflitos e nas tensões da Segunda Guerra Mundial, bem como na ditadura do Estado Novo – a mesma que o levou à exoneração de seu cargo como diretor do Departamento de Cultura em São Paulo, reflexos duros da administração dos conflitos futuramente barganhados pela lógica positiva. Entretanto, seria enganoso supor que, em consequência disso, seu texto estaria marcado por uma perspectiva falseada, decorrente de um sentimento do mundo romanesco. Ao contrário, ao gosto das influências expressionistas e deformantes próprias ao movimento, é igualmente verdadeiro supormos que o seu estado de espírito constituía-se como expressão complexa da relação entre autor e seu contexto, ou seja, como teor de verdade subjetivo e de testemunho a respeito da dinâmica da experiência provada por ele ao longo de toda a sua vida. Com isso, sugiro que não seria exagerado compreendermos a posição do autor como um lamento a respeito da realização histórica de si e do movimento do qual fez parte caso o elevemos à totalidade de si, seja a respeito das suas contradições nos movimentos do espírito ou, por outro lado, nas suas germinações do novo. De acordo com Milliet (1981[1959], p.241), na ocasião, “Mário de Andrade em 1943, [...] se sentia culpado ‘politicamente’ de sua indiferença pela política e atribuía a todos os seus companheiros e amigos idêntico pecado”.

Escritores como Wilson Martins (1978, p.178), cuja posição é crítica à conferência, compreenderam em tais critérios de revisão a pregação do “[...] novo evangelho do ‘escritor comprometido’, isto é, ideologicamente ativista, mas literariamente tendencioso” resultante da imersão no contexto em que foi posta em causa a responsabilidade dos intelectuais, em vigor com nos anos quarenta com intensidade (LAHUERTA, 2014). No entanto, o fato é que, em então, o “movimento” do movimento modernista encontrava-se realizado. Os encontros na Rua Lopes Chaves, nos salões de Paulo Prado, de Olívia Penteadó e de Tarsila do Amaral haviam se tornado memória. Igualmente, o *happening* espetaculoso das transformações comportamentais concatenadas pela Semana de Arte Moderna, então rememorada na conferência, era visto como história mais ou menos recente a ser ponderada; e mesmo o

² Apesar de remeter-se aos limites do movimento próprios à “consciência criadora nacional”, ele ressaltou a influência das vicissitudes relativas às tensões históricas mundiais em sua configuração, como força estruturante,

Departamento de Cultura do Município da cidade de São Paulo, realização máxima das intervenções dos atores no “movimento” do movimento modernista, já havia se transfigurado em um órgão burocrático, distante do idealismo presente nas motivações de sua fundação. Naquele momento, Mário de Andrade foi forçado a reconhecer a si mesmo no papel dos velhos que, numa das noites da Semana de Arte Moderna, apregoou que morreriam: “os velhos morrerão, senhores!” (MILLIET, 1992, p. 201).

Uma vez realizado o movimento, debruçar-se sobre as consequências do seu legado, como fez Mário, implicaria necessariamente em reconhecê-las como uma forma de potência da experiência passada, existente apenas nos rastros a serem narrados em exemplos e conselhos que, a depender de onde fossem levados, também arrastariam seus esforços em vida e a sua própria biografia. No testemunho, os projetos irrealizados e os enganos práticos transformavam-se em conselhos a não serem seguidos para as novas gerações, perspectiva patente na denúncia de uma ausência de participação popular no movimento. Enquanto que os acertos, relacionados às noções de curiosidade, liberdade e irreverência à tradição, teriam tomado a forma de um exemplo a inspirar acontecimentos futuros. Assim, é possível assumirmos que Mário pretendeu, em sua narrativa, canalizar o “movimento” que iria para além daquele movimento – perspectiva também presente em suas correspondências com outros intelectuais –, o que decorreria das racionalizações a respeito de ocorrências anteriores que protagonizara.

Se, nos anos quarenta, o movimento encontrava-se efetivamente realizado, dado, portanto, como morto; Antonio Candido (1984) identificou que ainda na década de trinta o modernismo brasileiro se encontraria em estado de “rotinização”, ou seja, de realização parcial. Compreender todos os desdobramentos e estabelecer os graus de causalidade relativos ao espírito de renovação que a Semana de 1922 demarcou – espírito este que sempre escondeu por atrás de si conjecturas materiais e objetivas complexas – seria tarefa impossível. Ainda assim, Sérgio Milliet identificou um nódulo central dessa continuidade, o qual estaria relacionado à realização de suas contradições e às contradições de sua realização, no sentido de que ambas nutririam relação direta com o legado das liberdades referidas por Mário de Andrade, mas, de maneira satisfatoriamente prática e inconclusa, vinculadas ao que lhes escapou das mãos. É nesse sentido que deve ser compreendido o comentário feito por Milliet à conferência, referindo-se à estruturação positiva de instituições relacionadas ao livre-pensar e à liberdade de pesquisa:

ao sugerir “[...] que o estado de guerra da Europa tivesse preparado em nós um espírito de guerra eminentemente destruidor” (ANDRADE, 1978, p.235).

“[...] Não posso aceitar a generalização do autor de *Macunaíma*, porque não faltou no grupo quem tivesse da realidade conhecimento mais íntimo. Nem tudo era *jeunesse dorée* na redação da Klaxon onde o poeta Caligari aparecia faminto, nem no apartamento de Oswald de Andrade onde se reuniam os esmulambados com Frederico Rangel à frente. Nem tudo era fácil para o grupo político que sonhava com 24 e já plantava os alicerces de 30. **Não foi a vida folgada, não foi a disponibilidade o erro de 22:** vida folgada e disponibilidade também existiram para inúmeros mentores da revolução russa [...]. Foi, isso sim, a **ausência de uma estruturação filosófica; foi, isso sim, a inexistência da universidade.** Não foi o **afastamento da realidade**, mas o **desentendimento dela** em todo o seu complexo” (MILLIET, 1981[1945b], p. 314-315; negritos meus).

De acordo com Lahuerta (2014, p.179), Milliet compreendeu o modernismo como um processo ainda em aberto, dotado de aspectos políticos independentes de ideários corporativistas e intencionais: “[...] Milliet considera decisivo para a crítica ao modernismo [...] não se render à onda populista e participante que estava então em voga”. Para ele, o espírito do modernismo também se relacionava ao possível potencial de ceticismo, de desconfiança a respeito dos lugares-comuns e das fórmulas fáceis instituídas; o que, na ocasião da Segunda Guerra e do Estado Novo, sob falsos consensos repressivos, rubricava perspectivas ainda mais polêmicas, canalizadas à liberdade individual de pensamento e de expressão. Isto se relacionava à perspectiva de que ele compreendeu o movimento modernista para além de seu próprio “movimento”. Além disso, sobre as responsabilidades propriamente políticas, Milliet (1981[1959], p.241) afirmou: “Eu mesmo fui um dos fundadores (secretário) do Partido Democrático e do Diário Nacional (diretor gerente)”.

Se, por um lado, Mário compreendeu o processo a partir das contradições de suas próprias ações e de seus participantes, Milliet, por outro, pensou nele com uma ótica mais voltada para a continuidade do processo do modernismo; portanto, menos personalista e mais estratégico, ainda que menos sensível às causas populares e mais aristocrático. O ponto de vista é historicamente interessante porque estabelece paralelos entre a então recente institucionalização dos campos relacionados ao livre-pensar e à pesquisa em São Paulo, o ensino superior, com o desejo de livre-pensar e de pesquisa que, como rubricou Mário, seriam o legado principal do movimento. Assim, com o foco na ausência da universidade, Milliet focalizou precisamente a presença dela nos anos quarenta: institucionalizada em dois ramos por facções da oligarquia paulista há pouco mais de dez anos – justamente nos anos trinta de “rotinização” do movimento – ela representaria, como continuidade de suas propostas, uma

superação da contestação idealista, restrita às ocorrências em torno dos atores de 1922. Sobre isso, diz:

“A geração de 22 falou francês e leu os poetas. A de 44 lê inglês e faz **sociologia**. A esta bem leviana se apresenta aquela. Em compensação à de 22, bem pesada se afigura a sucessora. Simples resultado da **perspectiva histórica** e que cada uma se coloca” (MILLIET, 1981[1945b], p.315; negritos meus).

O pensamento de Milliet, menos focado nos movimentos dos cenáculos e mais focado nos processos capazes de desenvolvimento – como será visto mais detidamente ao longo do trabalho –, relaciona-o à sua aproximação com os jovens, fama que lhe rendeu o epíteto de *homem-ponte*, honorário e perturbador. Por isso, queixa-se: “E a atitude de Mário de Andrade (aliás inscrito no Partido Democrático) significava antes a consciência de ter errado politicamente (porque mudara de ideias) do que de não haver participado” (MILLIET, 1981[1959], p.241). No entanto, as perspectivas de ambos, Mário e Milliet, não se opuseram em uma questão central e constitutiva, isto é, naquilo que diz respeito à correlação do movimento a um espírito de ruptura sedento por reconhecimento. Essa postura não seria resultado de epifanias nacionais desenraizadas, como poderiam supor alguns mitos de origem em torno do movimento; ao invés disso, ela representou e proveio da apologia do intercâmbio cultural, o qual, no caso, foi gestado a partir de processos econômico-culturais, nacionais e internacionais, muito específicos daquele momento.

Depois de citar uma série de influências e de referências intelectuais europeias dos modernistas, Rubens Borba de Moraes (2011, p.187) afirma em suas memórias que o “[...] que é tudo isso senão a influência francesa da escola de Paris nos modernistas paulistas. [...] O ambiente intelectual em que viviam era francês”. Como participante do movimento, seu testemunho possui um valor específico que indica rastros da experiência, bem como também se torna vinculado às vicissitudes de uma narrativa interessada – tanto quanto as posições de Mário e de Milliet. A despeito disso, o raciocínio expressa uma narrativa que estabelece nuances importantes para compreender a relação entre o movimento modernista e o desenvolvimento de uma abertura espiritual:

“Mas não quero dizer com isso que os rapazes da Semana de Arte Moderna e de *Klaxon* fossem discípulos dos artistas franceses. Se nada tivessem feito senão copiar a escola de Paris e os autores em moda na França, não mereceriam menção. A verdade é que eles fizeram em São Paulo o que os franceses faziam em Paris: revolucionaram tudo para pôr o seu país dentro das correntes de ideias do momento, criaram uma arte e uma literatura que

exprimissem a época em que viviam. Por isso eram modernos” (MORAES, 2011, p.187; negritos meus).

No entanto, nesse sentido, para que pudesse haver a expressão própria da época, nos termos em que os modernistas colocaram, foi necessário um rompimento prático, mesmo que apenas ao nível da consciência, contra os aspectos asfixiantes e repressores da tradição, a favor de maneiras de expressão divergentes. Assim, formas desconhecidas se apresentavam como um risco às identidades constituídas, ameaçadas pelo reconhecimento de valores marginais aos seus. Tratava-se, por isso, de lidar com aspectos da vida existentes no agora – reais –, mas ignoradas ao nível da consciência – racionais em potência. Assim, o salto de aculturação que o espírito modernista representou no contexto brasileiro exprimiu conscientemente, uma nova situação da vida social que, por sua vez, demandava novas formas de subjetividade do espírito para assimilá-las. Consequentemente, tais posições do espírito seriam capazes de exprimir formas de expressão até então desconhecidas ou negadas. Formas estas que expressavam as mais variadas tendências dos acontecimentos no mundo e das suas formas de racionalização.

Contudo, não tratamos necessariamente do “novo” como um substrato de absoluta originalidade perante a experiência do Espírito; no caso presente, o elemento do “novo” deve ser compreendido como algo ainda não reconhecido por determinadas subjetividades em um contexto específico: no caso, o quadro de comunicados e de comunicações arrefecidas pelo Brasil republicano e pós-colonial da oligarquia agroexportadora, em estado de remodelação fragmentada, sob a tutela da divisão do trabalho internacional, cujo cenário foi aberto tanto para as experiências estrangeiras ao final da Primeira Guerra Mundial quanto para o surgimento de novas formas de compreensão a respeito da matéria local elaborada sob a ótica do “nacional”. Eis uma nova forma de reconhecimento para algumas, até então, camadas sociais mais ou menos específicas e localizadas nos grandes centros brasileiros, mas mais especificamente em São Paulo – ainda que provinciana nos anos vinte – e, menos notadamente neste trabalho, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Consequentemente, não é estranho que movimentos como a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista no Brasil e o tenentismo, marcado pela insurreição do Forte de Copacabana, tenham sido contemporâneos e tenham preconizado aspectos do movimento histórico que culminou, sob a forma oficialista dos “vencedores”, na Revolução de 1930. Na ocasião, todas essas tendências emergentes se encontravam em jogo.

As palavras de Moraes (2011) que relacionam a junção entre expressão da época e modernidade na produção dos modernistas apresentam perspectivas relativas ao reconhecimento do Outro e, por isso, remontam aos ecos práticos daquilo que foi expresso por Oswald de Andrade como uma razão antropofágica. Perspectiva esta que é costumeiramente vista como um lugar-comum propício às vulgarizações, mas que, neste caso, é capaz de sugerir pistas curiosas a respeito do sentido ontológico do movimento modernista brasileiro, ainda que cravadas em sabor literário. Desta forma, quando trata dessa relação, o depoimento de Moraes é capaz de reiterar tacitamente a máxima hegeliana de que a coruja de Minerva – o pensamento capaz de interpretar o mundo – apenas seria capaz de alçar seus voos à noite – depois que os fenômenos acontecem –. Por isso, a postura que Oswald chamou de “antropofágica” também remete às perspectivas concretas que, mesmo fragmentadas e observadas através dos vários parcialismos, apresentaram o reconhecimento dessas formas de vida para o então novo contexto de um país jovem com formação colonial, dependente e disciplinadora de corpos. Essa abertura para o reconhecimento combinou-se com a fragmentação imanente à arte moderna europeia, a qual representa um campo de manifestações potencialmente tidas como excêntricas para os padrões das altas classes da *belle époque*. Ambas, juntas, fizeram com que tais valores os levassem à necessidade de reconhecerem formas de vida locais, antes reprimidas, cuja estetização tenderia a culminar num teor de primitivismo – e daí a imagem do índio canibal. Assim, unidas e munidas, todas essas perspectivas ilustraram o contexto de reconhecimento que, ao ser reconhecido por Oswald de Andrade, recebeu dele o nome de antropofagia.

Essa nova demanda captada pelo modernismo brasileiro, exprimida por uma apologia à constante necessidade de atualização do espírito, remete à necessidade de reconhecimento dos processos sincrônicos, ou seja, da vida que está em curso. E, por isso mesmo, ao contato do espírito com o Outro e com o não idêntico. Sejam as mais altas manifestações do espírito, sejam as formas mais marginais das expressões culturais ignoradas. Neste caso, a identidade seria a falta de uma identidade, o mito do homem brasileiro “sem nenhum caráter”, como Macunaíma. Ou, numa perspectiva mais materialista, à perspectiva de assimilação das realizações concretas e das suas subsequentes superestruturas, sejam elas expressões de um romancista francês notabilizado, sejam práticas protobarrocas dos sertanejos no Brasil profundo. Neste sentido, os modernistas notaram a necessidade de reconhecer a vida que, então, se revelava para eles. E, se a postura era “nova” de algum modo para a realidade nacional, a originalidade pressupunha velhas e novas relações que pudessem ancorá-las. Desta maneira, cremos que a perspectiva universalista invocada como idealização de um

particularismo brasileiro, e por isso fragmentado, está relacionada à própria noção de liberdade de pesquisa no contexto particular ao Estado-nacional, tida como ponto principal do seu legado, conforme remeteu Mário. Isto nos reforça a compreensão de que o manifesto antropofágico, assim como a conferência sobre os vinte anos da Semana de Arte Moderna, tenham sido formas de relacionar a vida ao espírito de seu tempo no caminho das aberturas promovidas por elas: seja durante o processo, como foi com a publicação de Oswald; seja depois dele, como no testemunho de Mário.

A esse respeito, as memórias de Moraes (2011, p.189-190) oferecem uma narrativa que correlaciona as perspectivas processuais dessas estratégias de reconhecimento por outro prisma, através de suas práticas: “A língua portuguesa era uma das peias [...] sufocando a expressão genuína dos intelectuais brasileiros. [...] Não queríamos somente o verso livre, queríamos uma língua livre”. Nesse sentido, suas proposições remontam à transformação linguística, psicossocial, promovida pelo modernismo e por suas identificações, já que eles se esforçaram em aproximar o português brasileiro formal das suas expressões correntes verbais, despidas de formalismos pouco práticos, mas detidamente, de forma refletida. Coisa que, à época, representou uma ousadia contra os tabus instituídos pelas convenções, mas que se relacionava intrinsecamente a uma tentativa de intervenção e de constituição de uma cultura nacional.

É evidente que, ao lermos o movimento como uma abertura ao reconhecimento, não procuramos banalizar as particularidades do pensamento de cada um dos sujeitos envolvidos com o movimento modernista e em suas contradições pessoais ou grupais – uma vez que as noções de identidade se colocam, contraditoriamente, sempre presentes. Mais que isso, admitimos que suas expressões sejam dotadas de dissonâncias, de convergências ou mesmo de idiossincrasias – como no caso dos deserdados *verde-amarelistas* que redundariam no mais absoluto identitarismo autoritário e no mais absoluto desejo de não reconhecimento do Outro. No entanto, procuramos indicar como houve, através dele, um papel de expressão, ainda que com suas particularidades, emanado pelo processo de constituição da consciência pelas transformações sociais que o prescreveram e que avaliaram tais tendências. Mesmo assim, acreditamos que, de certa forma, a perspectiva assumida como “antropofágica” acaba por tomar um espaço mais general entre os modernistas, mesmo que tacitamente, já que batiza, como uma homenagem que transcende a obra e o movimento criados por Oswald, as estratégias e o processo de aculturação promovido pelas experiências realizadas pelos modernistas e, portanto, também pela lógica que permitiu a sua concepção.

Adorno (2007, p.72), ao comentar as diversas homenagens comuns à obra de Hegel, nos recorda que “só estão acima das coisas aqueles que não estão nas coisas”. Nesse sentido, o exame das nuances do movimento é capaz de refletir as suas contradições. Milliet (1944, p.241) assume como uma das causas da dissolução do movimento a falta de projetos comuns entre os seus participantes, o que teria levado o grupo à dissolução: “Uma vez vitoriosos verificamos que não tínhamos nenhuma ideia em comum. Éramos apenas 'contra'. Construir o quê? Dispersamo-nos”. Ainda assim, se é possível nos remetermos, como falou Mário de Andrade, em um legado do modernismo brasileiro, também é possível elencarmos pontos de convergência, mesmo que sob a batuta das narrativas interessadas. Como disse Haroldo de Campos (1981, p.21), a experiência de enaltecimento da alteridade presente na linhagem que a antropofagia, fruto direto do modernismo brasileiro, possui, seria a afirmação de “[...] um necessário exercício de autocrítica” do espírito, o que acabaria por se traduzir numa perspectiva epistemologicamente voltada aos valores democráticos, reconhecedora da diversidade. cremos que, antes de qualquer coisa, o modernismo brasileiro foi para alguns setores da elite paulista um exercício de autocrítica de seus costumes, os quais apontaram rumos em direção a novas formas de reconhecimento do mundo e, por isso mesmo, permeado pelas tensões mais diversas.

1.3 O “espírito destrutivo” do modernismo nos limites da sua profissionalização

Uma contradição ganha contraste quando contrapomos o discurso da conferência de Mário de Andrade, crítico ao vínculo dos modernistas com as oligarquias – camada da qual alguns deles faziam parte –, e as condições próprias e propícias à existência do movimento em São Paulo, marcado pelo amparo desses oligarcas. Talvez Mário de Andrade tenha pensado em deixar para as novas gerações a sugestão de um modelo de intelectual que estivesse mais próximo de um Caio Prado Jr. do que daquele vivido por ele e por outros modernistas. No entanto, o movimento, na realidade, estava mais próximo de outro Prado, o aristocrático Paulo, que foi o polo de algumas das relações mais importantes a quem eles estabeleciam contato, uma vez que ele foi o grande financiador e articulista responsável pela Semana de Arte Moderna. Bem como, mais tarde, outro Prado, o Fábio, que, quando prefeito de São Paulo, foi o responsável pela institucionalização do Departamento de Cultura do Município e também pelo cargo de diretor-chefe ocupado por Mário de Andrade. Todos os três Prados aqui citados compõem ramificações mais ou menos próximas da mesma família aristocrática e

tradicional, dona de terras no estado de São Paulo. Isto revela o vínculo íntimo entre a vida intelectual provinciana e as classes dominantes da época, os tais oligarcas agrários. Milliet, talvez, tivesse mais clareza a respeito desse processo ao ponderar o argumento de Mário e falar na ausência da universidade.

No entanto, o fato é que, independentemente da crítica de Mário – a qual denunciou a existência desses mesmos processos concretos –, é possível afirmarmos seguramente que, no geral, o movimento modernista foi intimamente ligado a alguns setores específicos da oligarquia paulista. Ao identificar essa relação, Miceli (1979, p.xix) propôs uma interpretação. De acordo com ele, “[...] na Primeira República, o recrutamento dos intelectuais se realizava em função da rede de relações sociais que estavam em condições de mobilizar”. Tais condições expressariam, de acordo com o autor, um modelo muito precário de sobrevivência comum aos intelectuais da Primeira República até o Estado Novo. Nele:

“A **expansão** das **organizações políticas** (a criação das ligas nacionalistas, a fundação de um partido de 'oposição') e das instâncias de **produção cultural** e ideológica no estado de **São Paulo** ao longo dos anos **20** e **30**, prende-se à história das transformações das relações de força no interior do circuito **dirigente oligárquico**. Desse prisma, **três momentos** decisivos dariam as **chaves** para a compreensão dos rumos que tomaram os grupos dirigentes estaduais perante situações de crise, ora tendendo à segmentação de suas forças ora dispostos à conciliação de seus interesses: a fundação de um partido de 'oposição' em **1926**, a derrota da oligarquia regional em **1930** e o revide insurrecional ao governo provisório de Vargas em **1932**” (MICELI, 1979, p.1-2; negritos meus).

Desta forma, as turbulências anunciadas pelo movimento modernista, ansiosas por renovação, não tardariam a serem aproximadas formalmente de projetos propriamente políticos, no sentido estrito da palavra. A necessidade de um mecenato aliada ao clima político fragmentado que se enunciava misturavam-se. Assim, ainda de acordo com Miceli (1979), o vínculo firmado entre determinadas parcelas da oligarquia paulista e os intelectuais, dependentes daquelas, se daria, na prática, através de compromissos partidários, de indicações para o serviço público ou, o que era mais raro naquele momento, de empregos de vínculo privado, como através da imprensa. Nesse sentido, o argumento do autor compreende que a atuação profissional necessária à sobrevivência dos homens de letras, mais especificamente dos “primos pobres” com profissão, só era possível naqueles termos por causa da existência de “relações sociais” sujeitas às “demandas privadas” das classes dominantes – as quais eram, sobretudo, das oligarquias rurais. O teor presente na hipótese formulada pelo autor fornece indícios para que seja compreendido o sentido da Semana de Arte Moderna de 1922 e as

trajetórias de seus participantes, ainda mais no que diz respeito à relação que eles desenvolveram com a política e a vida pública.

Sérgio Milliet encaixou-se em algumas tipologias de Miceli (1979) relativas ao perfil dos intelectuais paulistas daquela época: possuiu ao longo da vida problemas de estruturação familiar – a mãe morreu no parto e o pai abandonou-o aos avós durante muitos anos –; estudou no exterior como uma forma de reter o capital familiar ameaçado; e, ao voltar, participou dos cenáculos da intelectualidade paulistana à sombra das oligarquias pretensamente ilustradas. No entanto, diferentemente de muitos dos seus companheiros neste cenário, estabeleceu algumas relações sociais privilegiadas. No exterior, em Genebra na Suíça, aproximou-se dos cenáculos que agregaram grandes nomes da intelectualidade europeia do início do século, como Romain Rolland e Stefan Zweig, e, ao retornar a São Paulo, agregou-se, como um erudito moderno e “sabidíssimo”, ao grupo de jovens que promoveriam a Semana de Arte Moderna. Depois disso, voltou à Europa – ao lado de outros modernistas como Oswald de Andrade e Tarcila do Amaral – e aproximou-se de nomes como Blaise Cendrars, Jean Cocteau, Yvan Goll e Juan Gris³. Ao, mais uma vez, retornar, finalmente envolveu-se com o Partido Democrático e seu jornal, o *Diário Nacional*; bem como participou discretamente dos levantes conhecidos pela historiografia como Revolução de 1930 e Revolução de 1932; e, em seguida, ocupou alguns dos principais espaços institucionais desejados pela intelectualidade paulistana: tornou-se funcionário público estável; escreveu para o jornal *O Estado de S. Paulo* e chegou a dirigi-lo; ajudou a fundar instituições relevantes de cultura em São Paulo; e acumulou relações ao ponto de ser eleito como cabeça-de-chapa no papel de presidente da Associação Brasileira de Escritores, o que pode ser interpretado, de certa forma, como o coroamento de seu prestígio social nas veredas da intelectualidade paulistana.

Como se vê, a trajetória de Milliet não fugiu à regra do perfil geral traçado por Miceli em relação aos outros modernistas paulistas orgânicos à elite cafeeira paulista. No entanto, caracterizar Milliet mecanicamente, nesse sentido, como Miceli fez com Drummond, seria atentar contra a condição que faz dele um intelectual cético e mediador. As memórias de Nelson Werneck Sodré sugerem, em correspondência com Edgar Cavalheiro, que, no ápice da polarização político-corporativa dos anos quarenta, Milliet encarnava uma perspectiva lúcida e distinta, cujas ações abriram portas para escritores comunistas vinculados ao partido –

³ Em carta a Yan de Almeida Prado disse: “Et la lutte contre l'imbecilité paulista commençait a me plaire. [...] Cendrars c'est beaucoup intéressé à nous. Je dois un de ces jours aller chez lui en lire des poèmes brésiliens” (PRADO, 1976, p.58).

perspectiva da qual Milliet não endossava –, como o próprio Sodré, escreverem contribuições remuneradas para *O Estado de S. Paulo*; ou que pudessem publicá-las: “O artigo sobre o livro americano saiu como sendo copyright da Interamericana, pois o Sérgio Milliet, que se interessa muito por você, achou que lhe podia cavar mais uns cobres extras” (SODRÉ, 1970, p.266). Por isso, enfileirar Milliet, bem como outros modernistas, mecanicamente na fileira dos intelectuais à sombra do poder da oligarquia faz com que se deixe de reconhecer justamente algumas das especificidades e nuances que caracterizaram a sua singularidade no meio intelectual paulistano⁴.

De todo modo, com a crise do Partido Republicano Paulista, a criação do Partido Democrático, em 1926, e a insurgência de outros movimentos políticos, como o germe do tenentismo e o integralismo, demarcarão uma nova fase para os envolvidos no movimento modernista. Mário de Andrade (1978, p.240) narra como o clima de conflito emergente atrapalhou as reuniões nos salões: com a “[...] fundação do Partido Democrático, o ânimo político eruptivo que se apoderara de muitos intelectuais [...] baixara um malestar sobre as reuniões”. Além disso, os “[...] democráticos foram se afastando”, sobretudo pela emergência d’“o integralismo [que] encontrava algumas simpatias entre as pessoas na roda”. Diante do progressivo clima de animosidade, tão contrário à etiqueta dos salões, “Dona Olivia Guedes Penteadado soube terminar aos poucos o seu salão modernista”. Em testemunho, Milliet (1944) mostra como tais perspectivas promovem uma cisão no grupo em torno da Semana. De acordo com eles, duas frentes haviam se formado: uma delas seria o grupo *verde-amarelista*, com Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, Menotti Del Picchia e outros; enquanto que o segundo seria aquele reunido em torno da revista *Klaxon*. É curioso como, do ventre do movimento modernista, surge uma vertente identitária e radicalmente reacionária como o integralismo de Plínio Salgado bem como, por outro lado, uma vertente democrática e fragmentada, voltada para o compromisso com o reconhecimento da diversidade das formas de vida na cultura. Podemos considerar que ambas representam as faces de Jano do querer fáustico moderno. No entanto, isso não quer dizer que as duas fossem modernistas. De acordo com Rubens Borba de Moraes (2011, p.166), “Menotti, apesar de toda a sua boa vontade, nunca soube o que era modernismo”. “Desligou-se do grupo de Klaxon e passou-se para o verde-amarelismo, movimento demagogicamente patrioteiro, ao qual pertenceu Plínio Salgado, esse Jânio Quadros que não renunciou”. Os modernistas consideravam-se aqueles que caminharam ao lado do rebanho de luxo das ovelhas negras, dos anti-heróis marginais *gourmet*.

⁴ Lahuerta (2014) estabelece nuances para a compreensão do caráter moralista presente na ideia de cooptação mobilizada por Miceli.

Sérgio Miceli (1979, p.6) compreendeu que a “[...] criação do Partido Democrático em 1926 serviu para congregar a maioria dos grupos dissidentes em torno de um programa de reformas” rumo à “moralização” e à “modernização”. Suas pautas abrangiam reformas eleitorais, contra a fraude da Primeira República, e reformas no âmbito da educação. De acordo com ele, “a Liga Nacionalista como o Partido Democrático pretendiam transformar-se em porta-vozes da fração dominante especializada no trabalho político, técnico e cultural [...]” (ibid.). O novo partido queria afirmar-se, ao menos no campo do discurso, como aquele que realmente seria capaz de realizar o liberalismo, em todos os seus valores e para além dos idealismos antecedentes, pela via democrática no Brasil, muito embora tenham, depois, dirigido setores nas insurreições de 1930 e 1932.

Além disso, o Partido foi composto por membros da oligarquia dissidente do Partido Republicano Paulista, bem como por setores das camadas médias. O ideário de operação defendido pelo partido era, antes, uma condição para que pudessem assumir posições e disputar o jogo democrático, já que, pelo clientelismo e pelo patrimonialismo, eles irremediavelmente perderiam as eleições para o Partido Republicano Paulista, uma vez que o voto de cabresto e as fraudes na contagem dos votos faziam das regras do jogo uma forma de predefinirem seus vencedores. No entanto, a ausência de uma perspectiva atenta à compreensão dos problemas de ordem social, como aqueles decorridos da áspera desigualdade, e nacionais, já que funcionavam sob a lógica do regionalismo, revelou novas fragilidades nas iniciativas deste campo, no foco da agenda do partido, cuja principal proposta consistia na denúncia do governo como um ilegítimo dono do poder e, com isso, com o foco na promoção deles mesmos e de seus interesses fechados. Ao observamos o manifesto de fundação, ficam claros os objetivos conciliadores e as contradições conceituais que a agremiação comportava:

“As **bases do programa do partido** serão: 1.º) Defender os **princípios democráticos e liberais** consagrados na Constituição, tornando uma realidade o governo do povo pelo povo. 2.º) **Opor-se** a qualquer **revisão constitucional** que implique **restrição** às garantias e **liberdades individuais**. 3.º) Pugnar pela **reforma da lei eleitoral**, no sentido de garantir a verdade do voto, reclamando, para isso, o **voto secreto** obrigatório e medidas asseguradoras do alistamento, do escrutínio, da apuração e do reconhecimento. 4.º) Vindicar para a **lavoura a influência** a que tem direito, por sua importância, na direção dos negócios públicos. 5.º) Suscitar e defender as medidas que interessem à **questão social** e, particularmente, ao bem-estar das classes trabalhadoras” (BARRIGUELLI, 1986, p.102; negritos meus).

A leitura do documento faz saltar aos olhos a contradição explícita entre o desenvolvimento das suas pretensões modernizadoras e a defesa declarada ao modelo de agroexportação. No entanto, é possível compreendê-lo enquanto uma tensão incapaz de contestar, em perspectiva de negociata, o formato agrário que, afinal, era o pivô da industrialização inicial em São Paulo. Se levarmos em consideração a condição produtiva das dissidências ilustradas da elite cafeeira e a perspectiva reformista do ideário do partido, essa defesa não causa tanta estranheza. Antes, soa estranha a falta de uma perspectiva industrializadora na constituição do programa que se pretendia como um projeto moderno para São Paulo ou para o país. Como o partido não chegou ao poder, dissolvendo-se na década de trinta, supor os rumos dessa tensão e as polêmicas em torno da possibilidade de realização de seu caráter americanista, ou mesmo o rumo do movimento pendular contido entre o atraso e o moderno caso chegassem a ser governo, não nos interessa. No entanto, esse foi o campo encontrado naquele momento pelos modernistas para que pudessem realizar atividades remuneradas sem que perdessem a oportunidade de se expressarem:

“Diante dela [da geração de jovens de 1922] **havia para serem derrubados dois pesados obstáculos**: a ordem **perrepista** e a ordem **parnasiana**. Estreitas e antipáticas, falsas e solenes, vazias e retóricas, constituíam, sobre seu pedestal de tradições, alvos naturais para o **espírito de luta** dos jovens. Derrubá-los foi coisa de conjunção de entusiasmo, pois tais obstáculos, na aparência afirmações consolidadas, não resistem em meio à maré de hostilidades, **senão enquanto não surge o incidente polarizador**” (MILLIET, 1981[1945b], p.265; negritos meus).

Neste sentido, o “espírito de destruição” do movimento modernista pôde tomar forma política ao encarnar-se no Partido Democrático, mesmo que ao custo de curvar-se a ele. De acordo com Miceli (1979, p.9), o clima das “reformas programadas por certas facções do perrepismo, o trabalho de mobilização e arregimentação dos jovens que se tornariam militantes do Partido Democrático” teriam acirrado a “concorrência por ocasião das campanhas eleitorais, a criação de novas instâncias de produção ideológica e cultural” e isso tudo teria contribuído para “transformar o espaço de oportunidades abertas à colaboração dos intelectuais”. As colaborações de Milliet no partido, no entanto, não foram muito além da realização de funções técnicas. Não consta que ele tenha participado ativamente do partido, como militante. Cremos que a postura dele, contrária ao adesismo irrefletido, tenha sido mais fiel a princípios do que a resultados. “Em todos os partidos a que pertenci tive que enfrentar as mesmas situações e lutar com armas desiguais. Cansei-me de opor à trapaça,

inevitavelmente vencedora, uma ridícula boa fé”, afirmou Milliet (1962, p.78) em suas memórias. Nelas, também confessou que sua:

“[...] **experiência política não foi** muito **brilhante**: vi-me **atacado** violentamente quando de minhas **divergências** e discretamente **louvado** quando de minhas **anuências**. Não era orador de praça pública, não teria jamais um eleitor, não interessava ninguém” (ibid., p. 111; negritos meus).

Todavia, se o Partido Democrático procurava encarnar um discurso renovador para justificar sua razão de ser, ele não foi, por outro lado, um partido que deixou de jogar o jogo da política conforme suas práticas correntes. De acordo com Maria Lígia Coelho Prado (1986, p.53), pesquisadora da trajetória do partido, não se discutia por dentro nos conselhos se os Diretórios Municipais mantinham práticas autoritárias ou paternalistas. Nesse sentido, seus membros estavam “[...] habituados a servir aos ‘chefes’ e não se colocavam a questão da democracia interna do partido”. Ainda assim, o partido exercia algumas de suas bandeiras renovadoras na prática, como, por exemplo, o uso do voto secreto como forma corrente de decisão interna nos diretórios. Mesmo que preso aos limites da agenda da oligarquia dissidente, o partido conseguiu levantar algumas pautas políticas importantes para o ensaio de democracia que vigorava na Primeira República. Ainda de acordo com Prado (ibid., p.174), “[...] a contribuição mais efetiva e mais significativa desse partido oposicionista foi ter sido capaz de engendrar um projeto alternativo de dominação social”. No entanto, a experiência da agremiação teria se distinguido da outra, do Partido Republicano Paulista, porque “[...] em certas circunstâncias, conceder – dentro de limites precisos – era mais eficaz que reprimir”. Talvez os “limites precisos” das concessões, inerentes ao jogo político, tenham feito com que Milliet (1944, p.241) não visse em si mesmo vocação para a política partidária:

“Não quero fazer história e não direi o que foi essa **luta** entre o **Partido Democrático**, dos moços, e o **P.R.P.** Apenas direi que **os moços enquadrados por velhos políticos**, muitos deles profissionais, logo **se desiludiram** e aos poucos abandonaram a luta” (MILLIET, 1944, p.241; negritos meus).

1.4 O modernismo, a Revolução de 1930 e o surgimento das Ciências Sociais

Em 11 de agosto de 1924, Mário de Andrade escreve uma carta a Sérgio Milliet, que se encontrava em Paris, na qual relatou suas impressões acerca dos recentes movimentos tenentistas ocorridos na cidade de São Paulo. “Quanto à cidade só te digo o arrasamento que não houve. [...] Umachucaduras pelos Campos Elísios, outros na rua Florêncio de Abreu. Horrível ficou a Mooca” (DUARTE, 1982, p.298). Este episódio de agitação militar serve de amostra para o clima de tensão e de instabilidade que marcaria tão logo o fim da Primeira República. Nesse sentido, para compreendermos as tensões sociais dos anos vinte, é importante esclarecermos que a fundação do Partido Democrático se deu apenas em 1926, dois anos depois, portanto, do ocorrido no levante de 1924. Ou seja, antes mesmo das suas organizações partidárias, havia a expressão algo drástica de um novo sentido político em curso, composto por forças de peso, como os tenentes, e que demandavam mediação e organização dos conflitos. Muito embora não fosse um partido de tenentes, uma vez que a direção era composta por membros da oligarquia paulista dissidente, havia amplo diálogo entre tais camadas. A expressão dessas forças revela a tentativa de apossamento da insatisfação e das suas demandas numa canalização de interesses diversos dessas mesmas camadas. Caso tomemos, ainda, como parte desse processo a Semana de Arte Moderna de 1922 fica patente como o “espírito de destruição” que caracterizou o movimento e seus objetivos renovadores relaciona-se, portanto, a este contexto específico de ruptura e agitação. De acordo com Mário de Andrade (1978, p.241-242):

“O **movimento da Inteligência** que representamos, na sua fase verdadeiramente **'modernista'**, não foi o fator das mudanças político-sociais posteriores a ele no Brasil. Foi essencialmente um **preparador**; o **criador de um estado-de-espírito revolucionário** e de um **sentimento de arrebenção**. E *si* numerosos dos intelectuais do movimento se dissolveram na política, *si* vários de nós **participamos das reuniões iniciais do Partido Democrático, carece não esquecer que tanto este como 1930 eram ainda destruição**. Os movimentos espirituais precedem sempre as mudanças de ordem social. **O movimento social de destruição é que principiou com o P. D. e 1930**. E no entanto, é justo por esta data de 1930, que principia para a Inteligência brasileira uma fase mais calma, mais modesta e quotidiana, mais proletária, por assim dizer, de **construção. à espera que um dia as outras formas sociais a imitem**” (negritos meus).

De todo modo, sem discutirmos a validade da afirmação epistemologicamente polêmica de Mário – a respeito da precedência dos movimentos espirituais sobre as mudanças

sociais –, em seu testemunho compreende-se um teor sugestivo a respeito da articulação de forças possíveis a se aglutinarem para a constituição de uma nova ordem política que, de certa forma, o Partido Democrático procurou representar na década de vinte. No partido, Sérgio Milliet foi designado para ocupar as funções de secretário e de gerente do jornal oficial da agremiação, o *Diário Nacional*, cujas colunas tiveram contribuições expressivas de Mário (1976), hoje reunidas em volume chamado *Taxi e crônicas do Diário Nacional*. Em artigo, Milliet dá detalhes da sua fundação:

“O **órgão oficial do Partido Democrático** [...] foi fundado em maio de **1927**, numa reunião na casa de Paulo Nogueira Filho [...]. O manifesto da sua fundação saía publicado no dia 6 de junho do mesmo ano e era assinado por sete nomes: Marrey Júnior, Paulo Nogueira Filho, Amadeu Amaral, Vicente Ráo, Antônio Carlos Couto de Barros, Joaquim Sampaio Vidal e **Paulo Duarte**” (MILLIET, 1981[1945a], p. 241; negritos meus).

O *Diário Nacional*, como era chamado, não foi o único veículo de imprensa que a oposição paulista dispunha. Havia também *O Estado de S. Paulo*, jornal da família Mesquita, que tinha, em torno dele, um grupo de escritores e de políticos engajados em causas comuns. Ambos os jornais representavam uma oposição de teor liberal à situação do Partido Republicano Paulista. O trânsito entre os interesses dessa oposição eram tão convergentes que muitos membros dos dois jornais se entrecruzavam, como foi o caso de Milliet que escreveu nas duas plataformas. Como se sabe, a institucionalização da imprensa é parte fundamental da constituição da modernidade e, igualmente, parte fundamental na constituição da esfera pública – perspectivas que, declaradas ou não, são essencialmente políticas. Assim sendo, mesmo distante dos cargos eletivos do poder público, o grupo em torno de *O Estado de S. Paulo* mantinha seus interesses em fluência. O “apartidarismo” proclamado por eles revelava, mais do que uma neutralidade, certo moralismo aristocrático decorrente do alijamento do poder político, expresso por uma posição que se colocava “acima” dos interesses panfletários, cujo sentido, em teoria, se justificava no sentido de contribuir para uma missão civilizatória, ilustradora, capaz de ir além das negociatas e do imediatismo (CARDOSO, 1982). De acordo com Milliet (1981[1959], p.232), a diferença entre ambos se dava no sentido de que:

“O ‘Estado’ acolhia os mais velhos, os adversários do modernismo, sob o olhar bondoso de Amadeu Amaral, muito mais próximo dos novos do que estes o imaginavam. O ‘Diário Nacional’, recebia os outros e abria suas

colunas à colaboração política e literária dos que haviam fundado o Partido Democrático e iam participar ativamente da Revolução de 30” (negritos meus).

O fato é que, lentamente, tais forças – o Partido Democrático, os tenentistas, os escritores, *O Estado de S. Paulo* e outros – começaram a se aglutinar em São Paulo, unidas como formas de oposição ao Partido Republicano Paulista. Ao mesmo tempo, mantinham contato e trocavam influências com representantes da oposição de outros estados, o que culminou, na prática, no processo que é conhecido na história do Brasil por Revolução de 1930. De acordo com Hélio Silva (1966, p.36), historicamente, o “IV Congresso do Partido Democrático, marcado para 10 de janeiro [de 1930], realizou-se em momento singularmente propício” para a união de tais forças, tensa, entre a oligarquia paulista da oposição e o resto da Aliança Liberal – ou seria federalista? –, reunida em torno de Getúlio Vargas. Assim, “ninguém percebera a identificação do candidato com a massa trabalhadora. Nem os guias enxergavam a nuvem engrossando no Sul”. Depois da derrota eleitoral da Aliança, as forças insurgentes, que vinham se organizando desde o tenentismo em 1922, foram compostas ao lado dos ditos liberais e das oligarquias dissidentes no movimento de deposição de Washington Luís e o impedimento da posse de Júlio Prestes. Depois de uma série de convulsões internas, fomentadas pelo clima de crise global decorrente da crise da bolsa em 1929 e do desgaste da política patrimonialista dos oligarcas, Getúlio foi elevado ao Catete.

No entanto, estabelecido no poder, Getúlio Vargas entrou em conflito com os interesses das camadas paulistas que haviam composto a Aliança Liberal – a saber, todas as dissidências do Partido Republicano Paulista citadas anteriormente. Tudo começou nos momentos de repartição do poder, uma vez que o Governo Provisório frustrou as perspectivas diretivas do estado ao nomear o tenente João Alberto como interventor federal, o qual não era paulista. Depois do incidente, as tensões não se resolveram e se radicalizaram. Quando as forças em torno do Partido Democrático compreenderam que estavam realmente alijadas do comando político, o partido reorientou o eixo de sua atuação, e aliou-se aos seus antigos adversários do Partido Republicano Paulista. Desta forma, ao isolar politicamente os interesses da elite oligárquica dissidente, Vargas acabou por unificar a burguesia agrária cindida de São Paulo, a qual se articulava, agora, na Frente Única Paulista. Por conta disso, os setores da oposição paulista começaram a conspirar contra o governo. “Foi o cifrado de Júlio de Mesquita Filho a Raul Pila, captado por Flores da Cunha, que deu o sinal de que ia

deflagrar o movimento” (SILVA, 1967, p.88). A disputa em torno dessa reorientação de forças eclodiu no acontecimento histórico conhecido por Revolução de 1932:

“[...] A **Revolução de 32** assume [para os paulistas] o significado da **recuperação dos ‘verdadeiros ideais’ democráticos** da **Revolução de 30**, apesar desta possibilidade ter sido aberta pela situação de compromisso com a **ditadura**. Isto porque o compromisso é **elaborado ideologicamente** como a vitória das **campanhas do jornal** pela **‘regeneração dos costumes políticos da nacionalidade’** e ‘efetiva instalação da democracia no Brasil’ (significado que atribui à Revolução de 30)” (CARDOSO, 1982, p.155; negritos meus).

É desta forma que, diante do contrassenso presente na aliança com os seus antigos opositores, o grupo em torno do Partido Democrático procurou proclamar a coerência de suas ações. Assim, a Revolução de 1930 apresentou-se para eles como uma “revolução traída”, e, portanto, agora que estavam novamente na oposição, agarravam-se às pautas até então ignoradas pelo governo e que estavam presentes na agenda que cultivavam – como o voto secreto – para justificar a “racionalidade” por detrás do levante de 1932. Nesse sentido, seus setores diziam que lutavam pela democracia, uma vez que o Governo Provisório apresentava-se, diante de suas narrativas, como uma ditadura que frustrara seus planos de modernização. Frente, primeiramente, às dificuldades em costurar um acordo em torno dos interventores federais indicados para São Paulo e, também, levando-se em conta o clima de tensão social que, desde o tenentismo, orbitava nas tentativas de consolidação do poder, o objetivo das tensões armadas da guerra civil fez com que São Paulo pudesse voltar a ter parte de seus interesses representados na máquina política. Com isso, as bandeiras em torno de uma regulamentação da situação política nacional atrelaram-se à perspectiva de uma reforma política, empunhada pelos rifles e matracas paulistas. Crítico ao movimento, mas participante, Milliet (1962, p.55) relatou, com certa discrição nebulosa, uma situação de tensão presenciada por ele:

“Fecho os olhos e vejo: **no largo da cidadezinha** (será São Roque, Juqueri, Jambreiro?) a **capangada** se reuniu. Nosso orador não deve falar em hipótese nenhuma. Mas estamos decididos. **Doas dúzias de automóveis** trouxeram para o lugarejo **uma turma resolvida a responder a qualquer provocação**. A atmosfera está **pesada**. Acho que vai chover: ‘ele vai chover’, como dizia o caboclo da fazenda de Tarsila. São 14 horas, almoçamos mal, **Henrique Bayma** sobe ao palanque. Sua. ‘Nossa missão é de paz’, proclama, ao mesmo tempo que arranca do bolso o lenço para enxugar a frente. **E um**

punhado de balas esparrama-se pelo chão. Engraçado, não acontece nada. Mas que calor!” (negritos meus).

O envolvimento de Sérgio Milliet com o Partido Democrático não pode ser compreendido sem nos determos à especificidade da relação que ele estabeleceu com Paulo Duarte, militante do partido influente nos eventos reconhecidos por Revolução de 1930 e Revolução de 1932. Milliet foi casado com a irmã dele, Lourdes Duarte. No entanto, é importante notarmos que a data de entrada de Milliet no partido é anterior ao casamento, uma vez que ele aparece no posto de gerente do jornal já em 1927, antes das suas núpcias, ocorridas em 1929. De todo modo, o vínculo familiar entre ambos foi muito importante para o estabelecimento de pontes entre os modernistas e a esfera política. E, assim, os dois, Paulo Duarte e Sérgio Milliet, trocaram influência ao longo de suas trajetórias. Milliet forneceu a Duarte contatos na Europa, muito úteis em seus exílios, indicações para sua formação intelectual e também facilitou o acesso a outros modernistas. Por sua vez, Duarte ajudou-o ao indicá-lo, Milliet, e seus familiares em diversos empregos, como foi o caso da aproximação dele com *O Estado de S. Paulo*, plataforma em que tanto o genro quanto o cunhado chegaram a exercer o papel de diretores. Além disso, moraram juntos. O apartamento, na Avenida S. João, foi cenário de confabulações políticas que, posteriormente, resultariam no envolvimento dos modernistas com a criação e a direção de instituições formativas e culturais, como veremos adiante.

Numa das cartas trocadas com Duarte (1975, p.162), datada de 27 de junho de 1933, Milliet dá a sua visão dos acontecimentos que marcaram os levantes de 1932 em São Paulo. As linhas são curiosas: ao mesmo tempo em que confirmam, com todas as letras, o caráter impressionista e testemunhal, para não dizer autobiográfico, de seu romance *Roberto* (1935), elas revelam um rascunho mais duro e menos polido do que seriam seus últimos capítulos publicados. Na ocasião, Duarte estava exilado por causa de suas intervenções. Antes de apresentá-los, no calor dos acontecimentos da derrota dos paulistas, Milliet desabafa: “Aliás, nada adianta o sacrifício de alguns moços nesta lama brasileira. Isto aqui é realmente o que se chama uma *MERDA*. De todos os lados politicagem vil. PD e PRP e os outros”. Noutros momentos, como em seu romance, Milliet costumava relacionar o engajamento político voluntarista à “sublimação de complexos”. Mais do que isso, ele atribuiu essa perspectiva à condição transitiva de sua geração: “Aquela caça ao ideal que o libertasse dos recalamentos da infância, sublimando os sequestros, vestindo os complexos, falia sempre e sempre. Desmoralizante determinismo! Geração sacrificada a sua” (MILLIET, 1935, p.157).

Essa ideia, de geração sacrificada, também surge em outros de seus comentários. Ela se relaciona à percepção de que a geração a qual pertencera seria marcada pela transição, e, portanto, híbrida entre a anterior e a posterior – o que, de certa forma, precede-se à crítica feita por Mário de Andrade em sua conferência. No entanto, o que nos interessa, por enquanto, são suas declarações a respeito dos ocorridos em São Paulo no ano de 1932, presentes na carta a Paulo Duarte:

“[...] **‘sangue, granada, estilhaço**, um novo vocabulário emergia lá do fundo da língua onde se achava sepultado e vinha florescer na literatura barata dos **jornais**. Diariamente a imprensa oferecia aos seus leitores pratos apetitosos em que os heroísmos e as bravatas se misturavam como tempero para facilitar a digestão das bobagens habituais. E desde o moleque da rua até a criada pacata, **todas as almas se envenenam...** Nessa atmosfera de loucura coletiva, Roberto sentia jogar-se dentro dele uma terrível partida entre a **consciência do vazio** daquilo tudo e o contágio do **patriotismo descabelado...**’ ‘A onda revolucionária crescia dia a dia, avolumava-se. Nada mais a podia acalmar. Qualquer notícia menos boa era recebida com incredulidade, nem sequer pesada na balança do raciocínio. **Vivia-se uma epopeia de fé que a politicagem e o reacionarismo religioso insuflavam**. Todos aspiravam a morte gloriosa das trincheiras. No meio porém de tudo isso que Roberto **percebia falso** e momentâneo, construíam-se na sombra as igrejinhas para o predomínio futuro’ ‘Os moços inexperientes, de formação embrionária, satisfaziam-se com duas ou três fórmulas lançadas como bandeiras à frente das tropas. Falava-se em democracia, na vontade do povo, na voz das urnas, na constitucionalização. **Ninguém, entretanto, pensará ainda em pregar um programa social, ninguém ousara abordar o problema político**. Confederação e socialismo, síntese dos verdadeiros anseios de São Paulo, ninguém tivera a audácia de nela basear os motivos e a meta da revolução. E a revolução se esgotava, sem recursos, sem armas, sem mantimentos, **numa luta estúpida e heroica em prol de uma finalidade metafísica**’
‘Eis aí, mais ou menos, o meu pensamento de hoje sobre a revolução’
 (DUARTE, 1975, p.162-163; negritos meus).

Compreende-se, no testemunho romaneado, a aflição decorrente da falta de sentido narrada por ele na ocasião dos levantes. Antes de 1932, Milliet envolvera-se com movimentos pacifistas em Genebra na ocasião da Primeira Guerra Mundial (GONÇALVES, 1992), de forma a sugerir, caso pensemos numa possível linhagem valorativa coerente de suas perspectivas, que ele não era um entusiasta dos conflitos diretos. No entanto, quando estes se apresentaram inevitáveis, como foi o caso, que ao menos empunhassem bandeiras realmente inovadoras, atentas ao social e ao político, como a citação acima expressou a ausência. Todavia, a despeito das considerações de Milliet sobre o sentido dos conflitos, tanto a falta de recursos financeiros quanto a disparidade das forças entre o Governo Provisório e o

movimento paulista culminaram, naquele momento, na derrota de São Paulo. De acordo com Boris Fausto (1970, p105), em perspectiva ancorada nas proposições de Francisco Weffort, o final do episódio conhecido por Revolução de 1932 apresentou-se como o resultado dos embates a respeito da reestruturação das forças nacionais posteriores aos anos de ilegitimidade institucional da Revolução de 1930, ainda não repartida politicamente entre suas diversas forças. O que se confirmaria quando, por exemplo, pensamos na fugaz constituinte de 1934, responsável por instituir o novo pacto entre tais forças. De acordo com Fausto:

“Uma análise sumária dos **primeiros sete anos do governo Vargas revela os traços essenciais desta composição de forças**. A burguesia do café é apeada do Poder Central, abrindo-se a partir daí uma espécie de **longa renúncia das classes dominantes de São Paulo à instância política**. Paulo de Moraes Barros, que acumula nos primeiros momentos após o episódio revolucionário, as Pastas da Agricultura e da Fazenda, não consegue firmar-se, na constituição do Governo Provisório. José Maria Whitacker, submetido à pressão tenentista, depois de onze meses de gestão renuncia ao Ministério da Fazenda, em novembro de 1931. **A própria entrega do Estado e seus representantes políticos só se realiza efetivamente após a Revolução de 1932**. Isto não contradiz o fato de que Vargas tenha encontrado sempre vias para não cortar suas pontes com a burguesia paulista, através de figuras como José Carlos de Macedo Soares, Fernando Costa e mesmo, transitoriamente, **Armando de Salles Oliveira**” (negritos meus).

Mesmo derrotados, com a reconciliação necessária das forças, Armando de Salles Oliveira foi alçado à condição de interventor do estado de São Paulo; o que garantiu aos modernistas a possibilidade de desfrutarem, sobretudo pela influência de Paulo Duarte, das oportunidades que emergiam da intervenção na esfera pública, com projetos de orientação institucional voltados, na medida limite da própria lógica da institucionalidade, para as inquietações intelectuais que eles poderiam expressar. No entanto, isso não foi feito sem dificuldades. Assim que alçado ao poder, Armando de Salles tornou-se foco de interesses de outros grupos de “canonização” intelectual, como foi o caso da dissidência modernista dos *verde-amarelistas*, reunidos em torno do jornal *Bandeira*. Em suas memórias, Duarte (1977, p.2) expressa preocupação ao tentar administrar as conversões sofridas pelo interventor de São Paulo: “[...] o Armando está firme na *Bandeira* e acredita nela. E por aí o Armando poderá perder-se, apesar de eu ter-lhe aberto os olhos”. Isso mostra o ambiente de disputa que regia naquele momento o projeto dos vencidos vencedores de 1932 em São Paulo. Rubens Borba de Moraes (2009), por exemplo, comenta a criação de um grupo intelectual de

interesse, o qual ajudara a fundar e que foi relacionado ao final dos conflitos, batizado de Liga de Defesa Paulista:

“Quando acabou a **Revolução de 1932**, nós tínhamos fundado a **Liga de Defesa Paulista**. E a Liga de Defesa Paulista era uma coisa que Tácito de Almeida, Alfredinho Ellis e eu tínhamos inventado, pra fazer **propaganda** da Revolução. E ela teve uma atitude muito ativa, naquela época de manifestos, comícios, aquela coisa toda. Então **nós organizávamos** aqueles comícios, aqueles manifestos, boletins, o diabo a quatro, preparando o público para a Revolução” (negritos meus).

Assim, as ideias relacionadas à renovação de mentalidades próprias ao movimento modernista puderam se organizar em torno de uma demanda orgânica aos dilemas da vida pública paulista pós-1932, que era, a saber, uma modernização cultural profunda cujo foco comum dava-se através da variável da formação. Milliet (1944, p.241) afirmou que “Antes de compreender que o problema era puramente educacional, ainda fizeram com entusiasmo a Revolução de 32”. Não falou “fizemos”. Todavia, é possível afirmarmos que a preocupação com os motivos educacionais tiveram eco prático, já que a insurreição “[...] afinal, abriu os olhos de todos revelando a nossa carência terrível de homens”. Ou seja, é podemos dizer que o momento de fragilidade no estado de São Paulo foi o solo que preparou a fertilização de uma forma de rotinização peculiar do movimento modernista, na qual ele deixaria de lado seu “espírito destrutivo” e assumiria, pela mão de seus atores primeiros, uma postura “positiva”. É nesse contexto que os modernistas, muito embora atomizados, viram utilidade nas Ciências Sociais, a abrangente área do saber responsável pelo reconhecimento do Outro. Para isso, “fundou-se então a Escola Livre de Sociologia. Para suprir essa falha”, conclui Milliet. O mesmo poderia ser dito a respeito de outras instituições voltadas para a formação e para a cultura, como a Universidade de São Paulo e o Departamento de Cultura do Município. De acordo com Rubens Borba de Moraes (2011, p.191):

“Mais tarde, **desiludidos da política**, reunimo-nos a Ciro Berlinck para **fundar uma escola que ensinasse as novas ciências e disciplinas** (ignoradas pelas nossas faculdades obsoletas), **capazes de estudar nossos problemas e acabar com as descrições e impressões literárias. Fundamos a Escola Livre de Sociologia e Política, cujo nome era um programa e uma revolução no ensino, uma nova visão do Brasil**. Mandamos vir professores estrangeiros. **Só mais tarde é que Armando Sales de Oliveira fundou a Universidade de São Paulo e realizou, em grande escala, o que**

nosso grupo fez com recursos particulares. Durante muito tempo sonhamos e planejamos um **Departamento de Cultura**. Ficamos prontinhos à espera de **um governo inteligente**, que pudesse encampar nosso plano. **Paulo Duarte soube convencer Fábio Prado de nos deixar agir e partimos para a ação com o entusiasmo de sempre.** Mas Getúlio derrubou o regime democrático. Fábio Prado deixou a prefeitura. Substituiu-o um passadista, o honestíssimo **Prestes Maia**, o último homem em São Paulo a usar a indumentária do século XIX: ceroula, botina e suspensório. **Não podia apreciar a importância da obra encetada sob a chefia de Mário de Andrade. Reduziu o Departamento de Cultura a uma repartição pública rotineira**, seus sucessores transformaram-na numa empregoteca. O velho grupo de Klaxon foi se desfalcando pela morte de uns, pelo desânimo de outros, mas sempre sobraram alguns para continuar lutando e trabalhando individualmente, sempre pelas **ideias de renovação em profundidade, as ideias do velho grupo de 1922**” (negritos meus).

O testemunho de Moraes deixa evidente a continuidade entre os processos destacados: a Semana de Arte Moderna de 1922, como marco de ruptura intelectual; o Partido Democrático, como forma de ruptura política; as institucionalizações dos órgãos de cultura e ensino, quando atingem, de algum modo, o poder; e o ato de recorrerem às Ciências Sociais para a realização desse movimento, no sentido de apostarem no saber como perspectiva de qualificação intelectual consonante às necessidades enfrentadas pelos processos sincrônicos de seu tempo. E, o mais importante, evidencia-se como esses acontecimentos relacionam-se com o cenário de crise da sociedade moderna, em linear fragmentação, vivida no Brasil e deflagrada no mundo durante os primeiros decênios do século XX do Pós-Guerra. Bem como, em determinados aspectos, do pós-1932. “O que se tinha feito para a renovação do sistema político brasileiro estava errado [...] não havia gente informada sobre política, sociologia, sobre economia – enfim, sobre novas ideias de administrar e conduzir a política de um país” (MORAES, 2009, p.200). Insurgiam-se, munidos das Ciências Sociais, contra o *perrepismo*, contra a Revolução de 1930 e contra si próprios. No entanto, a concepção de Ciências Sociais que procuraram, por causa dos seus objetivos, foi, primeiramente, norte-americana, não as tradições francesa ou alemã – apesar da sociologia norte-americana derivar delas, sobretudo da segunda. Voltados à administração pública, assumiram a perspectiva de que a “[...] tradição impede o desenvolvimento material da Europa”, pensamento presente no imaginário dos modernistas já há um tempo, desde a Primeira Guerra, como sinalizara Milliet em correspondência a Duarte (1975, p.9) datada de dezembro de 1932, enquanto este ainda estava exilado. O objetivo educacional, de acordo com outra carta de Milliet escrita entre os dias 11 e 12 de abril de 1933, guardou finalidades especificamente relacionadas ao clima de disputa do poder:

“Juntamente com o Piccarolo, o Raul Briquet, Fernando Azevedo, Tácito de Almeida, Horácio Berlinck e outros, **fundamos uma escola livre de altos estudos político-sociais destinada a implantar na geração que surge a ideia da cultura de São Paulo e do analfabetismo brasileiro**. Haverá até uma cadeira especialmente consagrada aos **problemas paulistas**” (DUARTE, 1975, p.107; negritos meus).

Comentando a carta de Milliet décadas depois, Paulo Duarte (p.107) considerou a ideia “[...] interessante mas vem imbuída, como se compreende das poucas linhas acima, de separatismo”. Mais, chama-a de “loucura”, mas justifica-a historicamente sob a lógica “[...] do traumatismo em que estão os paulistas, dominados, ocupados pelos arrivistas, mas o Sérgio é homem esclarecido, como o é o Fernando de Azevedo [...]”. A aparente contradição é interessante, quando compreendemos o caráter internacionalista do movimento modernista que, ao mesmo tempo, vincula-se ao reconhecimento dos caracteres nacionais e procurou, ao nível do poder, relacionar-se, no que diz respeito à maioria de seus participantes, apenas ao São Paulo dos interventores. A perspectiva ganha força quando pensamos na campanha frustrada à presidência de Armando de Salles para 1938, boicotada pelo Estado Novo, na qual haviam se engajado. Sérgio Milliet (1938, p.179), em artigo chamado *Posição do paulista*, diz que o desenvolvimento intelectual que partiu de São Paulo no início do século emergiu porque foi “[...] onde, com menos brilho que o homem do norte, o intelectual desenvolveu uma ação positiva, lenta mas segura”. Também afirmou que é “[...] do caráter paulista essa capacidade de conciliar o espírito prático às tendências aventureiras”, perspectiva que, embora discutível, certamente relacionou-se ao espírito americanista da sociologia importada dos Estados Unidos. Adiante, afirmou que depois da Semana de Arte Moderna, “[...] o grupo de São Paulo logo tentou afirmar-se de um modo positivo, lançando raízes pelo Brasil afora com exemplos seguidos de norte a sul” (p.181). Assim, opõe-no ao perfil que concebeu de outras regiões: “A diferença entre o intelectual paulista e o das outras regiões do Brasil está nessa vontade realizadora que ele possui em grau mais elevado” (p.181). A perspectiva, muito manchada pela época, como alertou Paulo Duarte, relaciona-se ao uso das Ciências Sociais por Milliet e, conseqüentemente, à sua obra sociológica, como veremos adiante. Muito embora São Paulo, naquele instante, pudesse oferecer uma suposta experiência de um liberalismo mais radical – como a futura candidatura à presidência da República almejada por Armando de Salles Oliveira atestou –, há a sugestão da existência de uma relação entre uma ética de responsabilidade e o novo projeto republicano paulista:

“De uma ideia nova surgem no norte ou no sul grandes poetas, grandes romancistas, produções individuais. **Em São Paulo, nascem instituições, movimentos coletivos.** O **senso paulista** da **realização utilitária**, do aproveitamento social da inteligência, empurra os seus intelectuais para o **campo da aplicação**, tanto quanto possível imediata, de seus ideais. **Todos descem à arena das lutas políticas e educacionais.** São professores, pesquisadores de **sociologia** e de **história**, **diretores de repartições culturais** e **institutos científicos**. Invadem todos os domínios da realização: **Departamento de Cultura, Universidade.** Sob sua orientação ou com a sua colaboração eficiente nasceram as sociedades de **Etnologia e Folklore, de Sociologia, de Geografia**; incentivaram-se as **publicações históricas e as revistas científicas**; sistematizaram-se as **pesquisas sociais**; formaram-se as **bibliotecas populares** e os parques infantis; abriu-se ao povo a possibilidade de uma **educação musical** mais completa; encorajaram-se as **exposições de artes plásticas.**

“O **paulista** fez-se escravo da **realização** porque era, de certo, o melhor emprego que podia dar a sua **liberdade**. Nisso reside o segredo de sua influência e também o de seu deslocamento para um plano aparentemente inferior. **Os valores individuais e anárquicos sempre se destacam com mais violência, sobretudo nos momentos de crise.** Mas as **obras que atendem às necessidades sociais, que educam a massa e tiram dela a elite**, essas embora realcem menos o indivíduo, são essenciais à existência cultural de uma nação. E pode-se mesmo **aquilatar o grau de intelectualidade** de um **país** mais pelo **número** e pela **eficiência** de suas **instituições científicas, seus museus e suas escolas do que pelas exceções de seus filhos geniais**” (DUARTE, p.181-182; negritos meus).

Tais eram as perspectivas que Sérgio Milliet nutriu pelas Ciências Sociais à época, consonantes em muito com a dos membros da Liga de Defesa Paulista, no contexto de que foram novamente excluídos do poder. “Sérgio Milliet e Ruy Guedes Galvão foram os primeiros membros a prestar juramento” (MORAES, 1972). Essa perspectiva mudará com o passar do tempo – e, nesse sentido, não é demais lembrarmos que, ao final da vida, Milliet foi um dos grandes responsáveis pela recepção de Simone de Beauvoir e de Sartre no Brasil, seja pela interlocução direta, seja pelas traduções feitas das suas obras (GONÇALVES, 1992). No entanto, mesmo antes de 1932, publicações modernistas, como a *Terra roxa e outras terras* (1928), então influenciada por Alcântara Machado, já demarcavam a existência desse sentimento de identidade paulistana em contraste com o restante do Brasil. Alambert (1991, p.199) apresentará uma contrapartida a essa posição corrente ao analisar o artigo *Carta a Ribeiro Couto*, da autoria de Milliet (1932). Assim, afirma que a posição de Milliet não é a de um paulistanismo convencional, como poderia parecer à primeira vista, mas uma posição atida a valores relativos à expressão do íntimo, ao ceticismo e às formas de reconhecimento do Outro. “Em Sérgio Milliet temos, portanto, uma visão que não pode ser reduzida a mero

regionalismo”, conclui. No entanto, Mário de Andrade, em correspondência com Milliet, critica as suas concepções a respeito da “posição do paulista” e relembra a longevidade delas, já existentes desde a época de *Terra roxa e outras terras*, ainda presentes no final dos anos trinta:

“Mas agora vem a tolice magna e catapúltica. **‘A respeito do nordeste precisamos fixar o nosso ponto-de-vista exato, científico, do Sul.’** Puxa, Sérgio, que é isso!!! Deus me perdoe se isso não é besteira mas da grossa. O assunto é enorme pra carta, mas você já sabe + ou – minha opinião, **desde aquele seu artigo que lhe mereceu a descompostura de Menotti** e do Lins do Rego, artigo do qual lhe falei, discordava totalmente. E se lembre que nas conversas preliminares ao *Roberto* insisti com você sobre a sua falta de compreensão do Rio e maiores equatorialidades. Ora sabe por que ainda não mexi nessa vespeira que me parece perfeitamente inócua? Nem tanto por ela ser inócua, mas por uma espécie de pudor. **Porque se eu tivesse de tomar partido**, se tivesse que dizer minha opinião (não se trata de ponto-de-vista profetizado exato, que não sei o que é), **eu penderia francamente pro Norte. Contra o Sul.** Pouco importa que eu aja como o Sul, à feição do Sul. Mas é que eu compreendo o Norte, eu sei o Norte, e, porque não? amo o Norte. Amo porque compreendo e sei. Amo porque admiro. Você, seu álgido, jamais sofreu dez dias de calor dissolvente e luz ofuscante. [...] Você não vai me falar que **socialmente, historicamente** falando **haja uma só moral.** [...] Vocês são de uma incompreensão cruel. E então descobrem com o **misticismo novo dos números** que o Sul tem mais instituições culturais e mais ciência. Mas ciência uma ova, e mais instituições culturais uma ova! **A que está reduzido o D. de Cultura, senão ao de que + ou – gosta o sr. Prefeito?** E a universidade de S. Paulo? [...] E se o Norte conta gente da força (às vezes errada, mas força) de um Gilberto Freyre, não se esqueça que o Sul conta gente da espessura moral, **irracional de um Menotti**, de um Martins Fontes, de um Cassiano, de um Gui. **Ponto de vista científico? Você não estará ficando um bocado místico dos números, Sérgio? Cuidado com a solidão das estatísticas.** Não se esqueça que se você se levanta **contra os marxistas** que só vem as exigências econômicas, é possível argumentar que **você chama de científico no caso uma soma de números.** Norte e Sul não se reduzem a perfurações” (DUARTE, 1982, p.315-316; negritos meus).

Mário de Andrade acusa a perspectiva de Milliet, pautada no “ponto de vista exato, científico do Sul”, de ser o que hoje entendemos por positivista. Já que pautada por uma noção duvidosa – para não dizer tradicional – de progresso instrumental. Há um trecho especificamente provocador nela. Quando Mário fala na defesa de “uma só moral”, o debate expõe como contrapontos argumentativos algumas das premissas utilizadas por Milliet (1942, p.6) ao longo de toda a sua obra como a fundamentação de um critério de amplidão e de dúvida. “Ora o ceticismo consiste em descer às premissas para verificar-lhes a verdade intrínseca, de medo das consequências de um raciocínio severo em torno de casos

excepcionais”. Ou, num poema que cita frase de seu filho, apresenta um quase aforismo: “há mil e uma razões e nenhuma só verdadeira” (MILLIET, 1964, p.65). Essa perspectiva, posta em contradição por Mário, de reconhecimento da pluralidade e da maleabilidade dos valores frente às razões existentes, foi inspirada, em muito, pela leitura que Milliet fez de Montaigne e, de maneira mais heterodoxa, de André Gide (CAMPOS, 1996). De todo modo, a perspectiva de Mário atormentará Milliet com intensidade, uma vez que, ao longo de sua trajetória, ele deixará de lado as Ciências Sociais, descrente do seu potencial. “Chega a ser tocante a confiança que adquiriu e manteve durante muito tempo nos conceitos”, afirmou Candido (2005[1978], p.23) sobre a relação do modernista com a área do saber. É nesse complexo panorama de inovações, de relações com o exterior, de desenvolvimento e também de crise armada do estado de São Paulo que Sérgio Milliet se envolverá com as Ciências Sociais:

“[...] nos **anos de 1930** a sua **formação franco-suíça** foi **contrabalanceada** por um fator **novo**, que teria **a maior significação de sua carreira** e, por estranho que pareça, reforçaria algumas de suas inclinações espirituais. Refiro-me ao contato íntimo com **a sociologia norte-americana**, que assimilou com entusiasmo e veio reorientar a sua formação inicial neste setor, marcada livremente pela **Escola Sociológica Francesa** e algo de **Marx**” (CANDIDO, 2005[1978]; negritos meus).

A perspectiva apresentada até aqui estabelece, de certa forma, os nexos e o contexto que engloba o processo que vai do modernismo, com seu espírito destrutivo e reconhecedor, à institucionalização das Ciências Sociais em São Paulo, como projeto público das elites paulistas e de seus intelectuais, os quais se relacionam com os valores de renovação modernistas. Sérgio Milliet, como veremos, tem uma participação relevante nesse processo, sobretudo através da sua presença na Escola Livre de Sociologia e Política e, pouco depois, no Departamento de Cultura. “Fundamos a Escola de Sociologia e fundamos a Universidade. Mas principalmente a Escola teve importância renovadora” (MILLIET, 1944, p.241). A importância primeira vinha no sentido de que a metodologia, baseada na sociologia de norte-americana de teor quantitativo, representava uma ruptura com o padrão Europeu de pensamento, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – e os valores antigos de Milliet – buscava encarnar. O que fazia dela, à época, um possível instrumento promotor de valores mais “modernos” que aqueles do velho continente, relacionados a um espírito pragmático. Assim, o debate se colocava, mais ou menos, no sentido da quebra dos formalismos que os modernistas promoveram contra o parnasianismo e

o perrepismo:

“Havíamos compreendido [...] que **a mentalidade é que se fazia imprescindível mudar**, transformar mesmo por completo. Como? Despindo-a de seu **formalismo**, colocando-a perante a realidade 'suja', tornando-a **objetiva**; **a Europa não nos podia mais guiar**, porquanto chafurdava na aplicação de doutrinas rígidas, perdia-se nos conceitos desenraizados, falhava em todas as soluções adotadas. Restava-nos a **América do Norte**. E demos o salto: da **filosofia** para **Sociologia**; mas uma sociologia de conhecimento real, corajosa, **sem tradicionalismos** terminológicos. Estaríamos ainda nesse pé se não tivéssemos verificado que **a sociologia sem ética não conduz a coisa alguma**. Mas com desilusão ou sem ela sobra-nos a base de cultura geral disponível para novas perspectivas...” (Op. cit., p.242; negritos meus).

CAPÍTULO II: DO CONTATO COM A SOCIOLOGIA NORTE-AMERICANA AO HOMEM-PONTE

2.1 Sobre a incorporação da sociologia norte-americana como um saber modernizante para Sérgio Milliet

De acordo com Fernandes (1977), o surgimento da sociologia como uma profissão institucionalizada, vinculada à pesquisa sistemática, é próprio a um caldo de cultura aberto ao entendimento de que os fenômenos culturais são dotados de complexidade. Por isso, correspondem não às sociedades tradicionais, mas às sociedades modernas, secularizadas, estratificadas e competitivas que, via o fomento financeiro institucionalizado e estruturado, compreendem e reconhecem a necessidade em incentivar a racionalização desses processos históricos e sociais capazes de estabelecerem nexos sobre a constituição da realidade. Assim, através do entendimento de suas origens, os sujeitos seriam capazes de compreendê-las, interpretá-las e direcioná-las. No Brasil, especificamente, o processo de germinação das Ciências Sociais não emergiu de maturações orgânicas à sociedade civil, como foi o caso do desenvolvimento delas nos Estados Unidos e na Europa, cujas perspectivas foram desenvolvidas secularmente num movimento dado “por baixo”. No caso, elas emergiram de um impulso modernizador vinculado às demandas e necessidades de determinadas frações das elites, como é o caso das elites paulistas, que, como vimos anteriormente, se defrontaram com os resultados desastrosos sofridos em 1930 e 1932.

Tais elites, em suas formas, refletem variações distintas de estratégias. Reunidas em torno de Roberto Simonsen, o caso dos industriais mais pragmáticos preocupados com a promulgação de uma nova lógica de resultados, optaram pelo modelo norte-americano (LIMONGI, 1989). Já o outro grupo, reunido em torno do Estadão e dos Mesquita, de propósitos mais aristocráticos, vinculavam-se à promoção de costumes eruditos, preferindo a importação do modelo francês (CARDOSO, 1982). As perspectivas em torno desse histórico de importação das Ciências Sociais em São Paulo fazem com que o processo faça coro, como metonímia, às características que compõem, na educação superior, o quadro de revolução passiva na formação do Estado brasileiro. Forma que, de acordo com Vianna (1996, p.206), expressa uma cisão com o ritmo de desenvolvimento dos conhecimentos precedentes, perspectiva que se configura em fenômeno típico dos países periféricos:

“Importada, sem reclamar a herança do pensamento social brasileiro, sem expressar exigências e problemas com raiz na sociedade, a ciência social, logo ao nascer, se confronta com um Estado ativo na questão social e que

já conseguiu firmar-se, entre intelectuais e junto ao povo, em que pesem as restrições às liberdades e à livre cidadania, como **a representação do moderno**” (negritos meus).

Nesse panorama, a importação das Ciências Sociais de matriz norte-americana e europeia em São Paulo corresponde a necessidades e perfis distintos. Impactado pela decadência da Europa no pós-guerra, e impressionado pela capacidade de realização emergente dos Estados Unidos frente aos seus dilemas, Milliet (1944, p.241) toma partido curiosamente: “[...] Fundamos a Escola de Sociologia e fundamos a Universidade. Mas principalmente a Escola teve importância renovadora”. A importância renovadora atribuída à sociologia norte-americana correspondeu, como vimos anteriormente, ao dilema da “renovação das mentalidades” enfrentado pelas camadas progressistas orgânicas à elite paulista, então formada tradicionalmente por uma cultura ornamental europeia. A mudança de eixo, da Europa – França, sobretudo – aos Estados Unidos, não pode ser compreendida sem o cuidado de nos atentarmos à reorganização das forças globais posteriores aos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, período no qual o continente europeu desgastou sua imagem no mundo, enquanto que os Estados Unidos começaram a emergir como potência. “A guerra e a máquina mudaram a mentalidade dos homens. [...] A luta pela vida completou a metamorfose e a ciência se encarregou de dismantelar os mais sólidos sistemas filosóficos”, reflete Milliet (1936, p.89) numa de suas anotações. A opção dos paulistas pela assimilação das novidades culturais norte-americanas para o pós-1932 corresponde, assim, ao processo de adesão às técnicas que propiciaram tais perspectivas de crescimento e de autonomização, bem como à assimilação de ferramentas de análise capazes de reconhecerem o engendramento de problemas sociais – cujos estudos sobre a marginalidade proporcionados pela sociologia norte-americana refletem os esforços de busca por respostas. Seria enganoso supor que esta compreensão, de que os Estados Unidos deveriam ser observados em suas chaves de desenvolvimento, se configurou como uma especificidade atribuída apenas ao cenário paulista. Ao contrário disso, toda a Europa também observara atentamente os movimentos heterodoxos em torno da ex-colônia inglesa.

Gramsci (2001[1934], p.243), contemporâneo dos modernistas, já havia compreendido que “a reação europeia ao americanismo deve ser examinada com atenção”. Da prisão, o ex-parlamentar cassado do Partido Comunista Italiano escreveu notas cujas reflexões tornaram-se célebres a respeito das especificidades dos Estados Unidos em seu contexto de modernização. Nelas, compreendeu que a ausência de uma tradição local aliada à existência de uma perspectiva iminente racionalizadora do poder público foram elementos fecundos para

os processos de acumulação de capital nacionais, uma vez que tais práticas se antepunham às demandas das classes ociosas, parasitárias. Enquanto que, por outro lado, “A 'tradição', a 'civilização' europeia [...] caracteriza-se pela existência de tais classes, criadas pela 'riqueza' e pela 'complexidade' da história passada, que deixou um grande número de sedimentações passivas [...]” (ibid.). Gramsci, imerso na Itália decadente de Mussolini, compreendeu tais contrastes, nos quais racionalização e forças produtivas assumiam papéis fundamentais. Ao citar um artigo de Eugenio Giovannetti, Gramsci deixa claro como se deteve à perspectiva de que tais formas de racionalização engendravam, em contrapartida, transformações na educação, conduzindo-as rumo à especialização. Isto, na expressão do artigo citado, faria dela mais propícia às realizações, tal qual um “Prometeu sem cadeias”. Apologista da razão prática, Gramsci (Op. cit., p.254) saudou a nova perspectiva: “A primeira [razão instrumental] está criando um futuro que é intrínseco à sua atividade objetiva”. Enquanto que, de certa forma, a razão impressa nas tradições europeias compreenderia entraves de sua desatualização: “o segundo [a filosofia europeia] cria apenas fantoches aperfeiçoados [...] que se reduzirão a pó quando forem cortados os fios externos que lhe dão a aparência de movimento e de vida”.

No entanto, uma década mais tarde, ao final da Segunda Guerra Mundial, Adorno e Horkheimer (2006[1944], p.77), exilados nos Estados Unidos, expressaram uma perspectiva capaz de colocar a temática noutro ângulo. Para eles, a relação entre razão prática e modernização, ainda mais quando voltada ao sucesso econômico, deveria ser vista com cautela, uma vez que a “[...] economia de mercado que se viu desencadeada era ao mesmo tempo a forma atual da razão e a potência na qual a razão se destruiu”. Nessa passagem não citavam especificamente o contexto norte-americano. Refletiam, entretanto, sobre as formas de racionalidade fecundadas pelo capitalismo moderno, cujas contradições as formas “novas” de razão norte-americana encaixavam-se por causa de seu viés instrumental. Fugidos do extermínio antissemita nazista, os filósofos alemães puseram em tensão a racionalidade, em nível de pensamento, para colocar em foco a barbárie colateral à promoção de tais perspectivas. Ambos consideravam a racionalidade técnica uma face do “[...] positivismo moderno, a escória do esclarecimento” (p.78). Assim, o acolhimento de uma perspectiva pragmática, da qual o americanismo seria um representante, teria feito com que a razão pura se transformasse em “irrazão, o procedimento sem erro e sem conteúdo” (ibid.). Marcada por esse processo, a sociologia norte-americana, portanto, não poderia ser vista como um segmento da cultura alheio a outros acontecimentos. A perspectiva sedutora que a ciência representou aos paulistas dava-se, como vimos, no sentido de promover uma racionalidade

administrativa consciente, para além do *belletrismo* das gerações anteriores. Por isso, para os filósofos alemães, tais formas de pensar, carregariam em potência, como suas contradições latentes, as formas de dominação que culminaram na barbárie nazista:

“Ele [o irracionalismo presente no positivismo] **limita**, é verdade, a **fria razão** em proveito da **vida imediata**, convertendo, porém, a vida num **princípio hostil ao pensamento**. Sob a aparência dessa hostilidade, o sentimento e, no final das contas, toda expressão humana e, inclusive, a cultura em geral são subtraídos à responsabilidade perante o pensamento, mas por isso mesmo se transformam no elemento neutralizado da *ratio* universal do sistema econômico que há muito se tornou irracional. [...] **Só a atividade industrial e as instituições e as instituições que devem servir a ela** – isto é, a **mediação** que **conquistou autonomia**, o aparelho, a organização, o sistemático – **gozam**, tanto no conhecimento quanto na prática, **da reputação de serem racionais**. As emoções estão inseridas nisso” (ADORNO e HORKHEIMER, Op. cit., p.78-79; negritos meus).

A pluralidade das posições que elencamos acerca da relevância ou não do legado cultural europeu frente à hegemonização norte-americana, em intenso processo de ganho de terreno, traduziu inquietações que acompanharam com vigor os debates da vida intelectual na turbulência daqueles anos. Frente à fragmentação social que a guerra demarcou, o conhecimento e suas variações na cultura começaram a demandar reflexões a respeito de posicionamentos práticos, necessários para que pudessem adequar-se às necessidades de seu presente. No contexto posterior à Primeira Guerra Mundial, engajamento, interesse, pragmatismo e tradicionalismo confundiam-se e reafirmavam-se nas interpretações epistemológicas dos saberes, bem como foram modeladas nas artes em geral, como demonstram as vanguardas, os modernismos e as “fases sociais” de inúmeros artistas. Candido (1984, p.27), por exemplo, analisou a maneira como tais especificidades consolidaram-se e normalizaram-se nos anos trinta. “Tudo [estava] ligado a uma correlação nova entre, de um lado, o intelectual e o artista; do outro, a sociedade e o Estado - devido às novas condições econômico-sociais”. É nesse sentido, permeado por tensões, que a importação da sociologia norte-americana promovida em torno do grupo de Simonsen e Berlinck deve ser compreendida em relação à tradição europeia, preferida pelo grupo d’*O Estadão* para a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (CARDOSO, 1982).

No caso, a estratégia norte-americana seria intrínseca, nos parece, não apenas à “necessidade de renovação” que o “espírito negativo” do modernismo proclamou, uma vez que ele próprio advinha, preteritamente, da cultura francesa, mas também à articulação concreta, de vínculos econômicos, entre os intelectuais e as camadas sociais que os mantinham, numa associação orgânica entre trajetórias e mecenatos. Essa perspectiva

demarca algo mais do que uma mera identificação entre os atores com posições políticas e intelectuais específicas, mas também sugere vínculos de interesse correspondentes às formas concretas, políticas, de canalização desta “necessidade de renovação” voltada às demandas dos setores incentivadores. Armando de Salles Oliveira, interventor do estado, correspondeu a uma espécie de agrupador dessas iniciativas. De acordo com Miceli (1979, p.20-21):

“São os **herdeiros das antigas dissidências** – em especial, **Armando de Salles Oliveira**, genro do velho **Mesquita**, e principal responsável pela reunificação das forças políticas oligárquicas – que tomam a dianteira da frente única paulista e que **patrocinam inúmeros empreendimentos culturais na década de 30**. Ao invés de se darem conta da emergência de demandas sociais que haviam sido represadas por falta de canais de expressão e participação, **os dirigentes da oligarquia paulista atribuem as derrotas sofridas em 1930 e 1932 à carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural** e, escorados nesse diagnóstico, passam a condicionar suas pretensões de mando no plano federal à criação de novos instrumentos de luta: a **Escola de Sociologia e Política**, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no contexto da nova **Universidade de São Paulo**, o **Departamento Municipal de Cultura** são iniciativas que se inscrevem nesse projeto” (negritos meus).

Em perspectiva crítica à defendida por Milliet, Mário de Andrade (DUARTE, 1982, p.316), em carta a ele citada anteriormente, revela, num testemunho íntimo, a forma como a dinâmica dessas relações, entre mecenato e os projetos públicos, foi recebida pelos modernistas. Crítico a elas, mas vinculado ao Departamento de Cultura, Mário acusa Milliet de ser um “místico dos números”, o que sugere uma postura desconfiada, crítica, do valor intrinsecamente modernizante do método especializado, quantitativo, que a sociologia norte-americana também incorporava: “[...] então descubrem com o misticismo novo dos números que o Sul tem mais instituições culturais e mais ciência. Mas ciência uma ova, e mais instituições culturais uma ova!”. Para ele, mais do que preocupar-se com os métodos de desenvolvimento de uma racionalidade técnica padrão, representada pelas novidades norte-americanas, as especificidades brasileiras deveriam ser compreendidas e assimiladas em sua potência de novidade sincrética para influenciar os rumos da civilização. Além disso, explicitou o vínculo entre as novas instituições de cultura paulistas e os interesses do mecenato, os quais incidiriam sobre a liberdade de suas intervenções institucionais: “[...] A que está reduzido o D. de Cultura, senão ao de que + ou – gosta o sr. Prefeito? E a universidade de S. Paulo?”. Mário (Op. cit., p.299-300), numa correspondência anterior, já intuía o esgotamento da Europa: “A França, como as outras grandes civilizações europeias que vieram da Renascença, está num fim de civilização, fim de raça [...]. Olha o próprio

modernismo. [...] Ninguém sabe pra onde ir”. Sentenciara: “O mundo está nesse período de descivilização. Nem cultura nem filosofias. [...] Tem de interessar por coisas relativas à vida, ao homem, à terra” (p.300). Nesse sentido, Mário compreendeu que o Brasil dispunha de uma oportunidade para provar um valor civilizacional diante das janelas abertas pela decadência da Europa.

Em que pesem as diferenças entre as concepções de Mário e de Milliet a respeito dos rumos para o moderno, Bastide (1972) reiterou o caráter transitivo das impressões que a sociologia norte-americana deixara em Milliet⁵. Para o acadêmico francês, o vislumbre do amigo com a perspectiva reflete uma tentativa de canalizar suas inquietações idealistas, aspiradoras à materialização de seus valores social-democráticos, numa prática que, semelhantemente a uma breve e intensa história de amor, se frustrara. O desencanto com o saber, e daí a imagem utilizada por ele de um amor fugaz, viria da percepção de uma contradição entre a sociologia a serviço de um humanismo corajoso, sem facciosismo, e a sociologia que precisou colocar o humanismo entre parêntesis para manter-se objetiva. Entretanto, uma sociologia que abdicasse desse pretense objetivismo, como a tradição europeia oferecia, parecia-lhe de menor importância, dadas as ocorrências recentes. Ainda assim, Milliet também recebeu, anteriormente e por fora, influência de sociólogos que marcaram o pensamento da sociologia uspiana, como foi o caso de Mannheim, bibliografia presente no seu programa da Escola Livre de Sociologia e Política nos anos quarenta. No entanto, a assimilação de Mannheim por Milliet não é explicitada com vigor em sua obra, uma vez que o autor é apenas citado nas suas crônicas dos *Diários críticos* (1944-1959), as quais eram feitas originalmente para publicação de jornal, sem muito rigor metodológico, mas que o notavam como um teórico pioneiro, revelador da relatividade dos saberes e dos valores frente às posições sociais dos indivíduos e que, por isso, caberia à sociologia balizá-los. Todavia, o autor não aparece em suas publicações de teor assumidamente mais sociológico, relacionados ao “caso de amor frustrado” com a sociologia norte-americana. Caso dos livros *Roteiro do café e outros ensaios* (1938 [1942]), *Marginalidade da pintura moderna* (1942) e também excertos do *Ensaio* (1938). Sobre as perspectivas, de teor sociológico mais abstrato, voltados, na concepção dele, a uma filosofia social, quando descritas em sua obra, pareciam-lhe ameaçadoras ao ceticismo que procurara defender. Ao comentar a obra de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda, Milliet (1938, p.50-51) afirmou:

⁵ “A vida é uma absurda equação cujo único termo conhecido é a transitoriedade. Inutilmente procuram-lhe descobrir as incógnitas” (MILLIET, 1936, p.69).

“Tais obras novas [as publicações de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque nos anos trinta], se apresentam as qualidades das teses, também lhes refletem os defeitos. **Defendem ideias gerais** e se encaixam com certa firmeza num corpo doutrinário, mas **abstraem muitas vezes as contradições da realidade** ou a esta **deturpam em proveito da vontade de provar**. E, baseadas, quase sempre, na observação dos fatos regionais, **não atentam suficientemente para a heterogeneidade do país**. Contudo representam um esforço dos mais dignos e merecedores de todos os encômios” (negritos meus).

Nesse sentido, a afirmativa sugere que o pretense objetivismo proporcionado pela sociologia norte-americana seria capaz de suprimir essa “vontade de provar”, de forma a abstrair-se dos corpos doutrinários, uma vez que seu método duro seria capaz de balizar um campo de diálogo e de reconhecimento isento – em teoria –, capaz de inclusive reconhecer com maior realismo as especificidades regionais brasileiras. Nos anos quarenta, empolgado com a perspectiva, afirmou: “E demos o salto: da filosofia para Sociologia; mas uma sociologia de conhecimento real, corajosa, sem tradicionalismos terminológicos” (MILLIET, 1944, p.242). Contudo, a operação prática dessa sociologia sem filosofia deveria dar-se especificamente através do campo das políticas institucionais, indo além do sentido restrito do ensino bacharelesco, coerente com o sentido de intervenção capaz de posição na esfera pública. A perspectiva é coerente, como veremos, com a forma na qual Milliet proporcionou vínculos entre o Departamento de Cultura e a Escola Livre de Sociologia e Política, máquinas públicas orgânicas ao projeto de campanha para a presidência da República de Armando de Salles Oliveira. Ao resenhar um prefácio escrito por Oliveira Viana a um livro de sociologia, Milliet (1981[1946], p.205) explicita com clareza as suas posições a esse respeito, da relação entre conhecimento social e poder público:

“As **pesquisas econômicas e sociais** precisam ser levadas a cabo ‘com aquela **isenção** de espírito e aquele senso de **objetividade** que constituem a *scientific candour* dos **pesquisadores norte-americanos**’. Com efeito, a **verdade**, diz o provérbio, **sai da boca dos inocentes**, dos **apolíticos** no caso, dos que não servem a nenhum partido. O **cientista social não deve** jamais a preocupação de ‘**resolver**’ os problemas que estuda, mas de **expô-los**. Aos **políticos**, de **posse das informações do sociólogo**, é que **cabe aplicar a solução**, ‘uma’ solução, a qual obedecerá inevitavelmente aos ditames de sua **ética**, de sua ideologia” (negritos meus).

O comentário, por um lado, sugere a defesa de um primado defensor da divisão social do trabalho entre a produção do conhecimento e o intervencionismo político na esfera pública. Assim, a produção do conhecimento poderia se distanciar de uma ética de responsabilidade, partidária, corporativista ou interessada para melhor tangenciar os objetos na sua vocação de

ciência. Enquanto que, por outro lado, os poderes interessados deveriam munir-se e esclarecer-se por tais produtos. Imerso na perspectiva alertada por Mário, “mística dos números”, Milliet definiria claramente, como é costume no pensamento socialdemocrata, limites contratuais idealistas em relação ao Outro. É aí que seus ideais se encontram, cremos, com a sociologia norte-americana. Haveria, portanto, duas esferas distintas de atuação: uma referente ao saber, dos pesquisadores; outra à política prática, disponível aos políticos de vocação, ilustrados. Com isso, tais perspectivas sugerem-nos que a agregação das concepções de Milliet estariam menos distantes de Gramsci do que de Adorno e Horkheimer. No entanto, Milliet não deixou de reparar nas contradições promovidas pela nova empreitada: “As possibilidades técnicas voltam-se com a mesma facilidade para o bem e para o mal. Tudo depende dos princípios éticos que se tenha em vista” (1981[1944], p.208). Não percebeu os princípios contraditórios em sua imanência, como os filósofos alemães. Entretanto, como eles, reconheceu o profundo impacto das guerras na subjetividade dos sujeitos, impactadas pelo desenvolvimento técnico de seu tempo: “Vivemos a guerra de 14 e verificamos a que ponto tudo era frágil e oco. Nossas concepções da felicidade e do progresso entraram em choque violento após as violências [...]” (Op. cit., p.207). Ou:

“Sem negar o que possa trazer de **útil**, como contribuição, **esse americanismo invasor** dos testes e das medidas de laboratório, é preciso **não esquecer** o que deve a humanidade aos **grandes ideais** que serviram de base à formação da sociedade” (MILLIET, 1936, p.111; negritos meus).

Nesse sentido, é importante lembrarmos que a concepção de Milliet a respeito do tema é complexa e também figura em sua obra com certa obscuridade, apontada como um tema marginal que não faz questão de ser revelado explicitamente. Isto, como em outros casos, faz a sua opinião tomar forma de nuances fragmentadas. O que não exime a sua obra de possíveis contradições, pelo contrário. Antes mesmo de receber a carta escrita por Mário, Milliet chegou a afirmar: “Em que pesem as aparências de realismo, o americano é um místico. Tem o misticismo da máquina, do dinheiro, da propriedade. Sua civilização formou-se [...] sem uma base cultural suficiente” (MILLIET, 1936, p.73).

Candido (2005[1978], p.25) lembra-nos que Milliet foi dono de um espírito crítico marcado por posições flutuantes: “Flutuar no sentido de mudar livremente de posição e no circular caprichosamente entre as ideias, esposando as mais diversas formas de interpretação [...]”. Por isso, ao analisa-lo, é importante situarmos no tempo suas posições, bem como o contexto no qual se inserem, já que, inesperadamente, nuances podem apresentar mudanças de

concepção. Além disso, como nos referimos anteriormente, Milliet não foi um intelectual vigorosamente preocupado com as mediações das questões epistemológicas, como também nos alerta Candido: “[...] sua posição demasiado flexível e compreensiva [...] de fato redundou algumas vezes, em certa fraqueza de pensamento teórico” (Op. cit., p. 25).

Entretanto, a manutenção de seu posicionamento transitivo, de livre pensar, flutuante, galgava-se intrinsecamente à tentativa de compreensão de seu tempo, relacionada às vicissitudes próprias à consciência do sujeito moderno. Na mão do empirismo da sociologia norte-americana e de Mannheim, afirmou: “O mundo moderno, destruidor de ilusões, duro, anti-sentimental, econômico por excelência, está a exigir do pensamento uma permanente revisão de valores” (MILLIET, 1981[1944], p.28). Assim, o ser humano moderno deveria assumir-se como portador de um espírito “caracterizado pela disponibilidade”, pela abertura, capaz de reagir contra os valores absolutos, dogmatizados. “A certeza só viceja nas almas pobres. E é quando menos se justifica que ela mais se exhibe” (MILLIET, 1936, p.151).

A saída do dilema, por isso, estaria na contestação ao nível de exame atento – científico e cético – dos elementos da cultura tidos como fechados e limitantes para, assim, promover uma perspectiva de visão o mais aberta, questionadora e livre possível. “O ceticismo que encarna melhor essa disponibilidade [...] porquanto somente se poderá edificar solidamente aquilo que for erguido sobre bases indiscutíveis” (MILLIET, 1981[1944], p.28). Com isso, a relativização dos valores, própria à consciência do mundo moderno, deveria atrelar-se a um sentido meta-objetivo, ou seja, relacionado ao limite do possível da compreensão da realidade independente, no qual a sociologia cumpriria um papel fundamental. “Os homens livres construirão um mundo livre. Não irão defender a trapaça de ontem ainda que os acusem de traição” (Op. cit., p.22). Diz mais: “[...] os homens livres [...] não comprometerão o gesto oportuno com o prazer burguês da bravata. Eles não precisam berrar sua liberdade porque são livres e o sabem mostrar” (ibid.).

Desta forma, liberdade e pragmatismo seriam instâncias complementares. Cremos que é nesse sentido que a sociologia norte-americana lhe aparece como instrumento de superação da mentalidade que precisava ser mudada na elite paulista: “A teoria é apenas um instrumento de trabalho e não uma explicação totalitária do universo, um conjunto de leis e mandamentos morais” (Op. cit., p.29), diz. Como, para ele, a teoria é relativa, não passando de uma racionalização, mais valeria o reconhecimento da pluralidade e das capacidades de realização que decorreriam dela do que de uma pretensa autoafirmação de coerência. E, assim, um empiricismo de vigor representaria, num primeiro momento, uma fonte valiosa para o exame da realidade e, portanto, de seus pluralismos. Não é despropositado relacionarmos tais

perspectivas às insuficiências compreendidas por ele como próprias do movimento modernista – a saber, a ausência de um programa “positivo” comum e o reconhecimento da Universidade –, bem como do caráter ornamental do pensamento paulista que, despreparado, culminou na irracionalidade de 1932. Ao comparar o que compreendia ser a sociologia, pragmática, e a filosofia, idealista, afirmou:

“A **sociologia** estuda apenas os processos sociais, **sem ponderá-los nem lhes dar valores**. Ela é **científica apenas enquanto assim procede**. Mas a **filosofia** social, a **política**, e mesmo o simples pensamento filosófico, **sublinham esses valores reais, argumentando** com os **dados da sociologia**. Não são portanto, esses homens, construtores de **edifícios na areia**, mas **antenas** sensíveis à cata de percepções mais profundas” (Op. cit., p.35; negritos meus).

Na ocasião da conferência no Itamaraty, Mário (1978, p.238) fez questão de ressaltar a forma como o espírito cético de Milliet representou, na vida prática do movimento modernista, uma posição criteriosa contrária às concessões fáceis: “Apenas Sérgio Milliet punha um certo *malestar* no incêndio, com a sua serenidade equilibrada”. Assim, a narrativa de Mário sugere que Milliet seja dono de uma postura reticente em relação aos adesismos irrefletidos – os quais viriam de longa data, possivelmente advindos da sua formação suíça. Sobre isso, Candido (2005[1978]) faz questão de ressaltar que, mesmo sem um rigor metodológico, Milliet teria possuído um espírito crítico sólido, erudito e aristocrático, que ia além das suas atividades intelectuais profissionalizadas. Por isso, não seria um crítico literário comum, mas um “crítico de literatura” em sentido lato. O argumento, pautado na reverência de sua perspectiva intelectual, reitera um compromisso relacionado à valorização da ética humanista reportada por Bastide (1972).

Na medida em que surge a decepção com o potencial da sociologia norte-americana, Milliet reitera, com maior ênfase, a questão da responsabilidade ética; o que, distante dos adesismos irrefletidos, toma o lugar da sociologia institucionalizada. Já melancólico, afirmou: “Estariamos ainda nesse pé se não tivéssemos verificado que a sociologia sem a ética não conduz a *cousa* alguma” (MILLIET, 1944, p.242). De acordo com Amaral (2005, p.40), “A característica mais marcante da personalidade de Sérgio Milliet, como crítico e pensador, parece ter sido sua permanente preocupação com o Caráter e com a Ética”. Posições contrastantes ao uso de uma ciência de cunho instrumental.

Compreende-se que nos anos quarenta, em tempos de intensa participação dos intelectuais contra a organização do nazi-fascismo, Milliet assumiu a postura de uma

liderança relevante no cenário brasileiro, alçado à responsabilidade de membro dirigente do Primeiro e do Segundo Congresso de Escritores. No primeiro, representando o secretariado paulista, assumiu uma postura atenta à necessidade dos posicionamentos. “Porque, afinal, tudo não passa de ética. Não há vida coletiva sem código moral” (ANAIS do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, 1945, p.24). Seu discurso, feito na abertura do evento, marcaria com relevo a sua presença na primeira manifestação pública contra o Estado Novo. Noutra ocasião, em discurso proferido na cidade de Limeira, no Congresso Paulista de Escritores, Milliet (1946, p.13) esclarece suas perspectivas e disposições práticas relacionadas à ética naquele contexto:

“A luta do intelectual contra o fascismo tem sido árdua e multiforme. É que o fascismo não só renasce das cinzas que ele próprio amontou sobre o mundo como ainda assume os mais variados aspectos. Descobri-lo sob as fantasias que usa e denunciá-lo sem temor é o dever essencial de quem se bate pela liberdade e a dignidade humanas. E, confessemos, mais fácil tem sido combatê-lo do que descobri-lo. Há casos porém em que a dúvida não é permitida. Só não percebe a verdade quem não a quer ver, quem não tem interesse em vê-la. Ora, nesses casos, tão claros que somente os ingênuos, os sofistas malandros, os aproveitadores não veem, temos que tomar partido e sem hesitações assentar as nossas baterias contra o reduto reacionário. Não desejo com estas palavras apontar nenhuma orientação política. Um escritor deve ser livre e ter o direito de escolher o seu estilo de vida, conquanto não se desvie da estrada limpa e larga que leva o homem ao bem coletivo, à dignificação do homem, ao esclarecimento das massas e à elevação do espírito” (negritos meus).

Compreende-se, na medida em que os elementos éticos reverberaram com maior ênfase em seu pensamento, os motivos pelos quais a sociologia norte-americana tornou-se uma perspectiva insuficiente para os seus propósitos. Já ao final dos anos quarenta, Milliet demarca uma cisão em relação à posição de defensor da sociologia norte-americana, com a qual Candido (2005[1978], p.24) compreenderá uma ingenuidade que, levada ao limite, chegaria “[...] a ser tocante a confiança que adquiriu e manteve durante muito tempo nos conceitos [da sociologia norte-americana] [...]”. Nesse mesmo sentido, Bastide (1972) compreendera que, na medida em que essa mudança se operou, Milliet começou a fazer uma “contra-sociologia”⁶ pautada pela necessidade de libertação da criatividade. O que teria levado Milliet a se debruçar mais especificamente sobre o campo das artes, onde, ainda

⁶ “Estranhar é começar a compreender, diz Ortega y Gasset. Eu diria, com outras palavras: a faculdade de estranhar é o alicerce da inteligência. Leva à investigação e à análise. Daí, quase sempre, à compreensão que é a mais pura característica da inteligência. Em oposição a essa faculdade está a de admirar, que revela o temperamento artístico, o emotivo criador. Ambas nascem da capacidade introspectiva do indivíduo e serão nele, por conseguinte, tanto mais agudas quanto maior for sua vida interior” (MILLIET, 1936, p.28).

inspirado pelos conhecimentos sociológicos acumulados, assumiria que a sociedade baseava-se no contrário do indivíduo, como fator supressor das suas potencialidades. Assim, a sociedade revelaria uma perspectiva iminentemente coercitiva, inibidora das livres-manifestações criativas, da qual a arte seria expressão fundamental. Ainda assim, é importante ressaltar que os estudos que culminaram no livro *Marginalidade da pintura moderna* (1942) refletem o período no qual dera aula na Escola Livre de Sociologia e Política sob o programa de Pierson. Em síntese, Milliet (1981[1947], p.238) afirma que:

“Aos poucos fui descobrir nessa ‘**ciência**’ um **vazio relativista perigoso**, uma **satisfação** um pouco **infantil** ante a **desmontagem** minuciosa e por assim dizer gratuita do ‘**fato social**’, uma incrível **incapacidade psicológica** e a **ausência total de uma ética**, afastada sob o pretexto de **não ter a ciência nada a ver com a moral**. Como se se devesse colocar em pé de igualdade a equação homem-sociedade e a equação física-matemática ou química ou química-astronomia. Felizmente, para **me salvar** do naufrágio na **suficiência científica**, tive sempre a **compreensão da arte e da literatura**. A **criação poética**, rica de emoções e revelações, a **criação pictórica ou musical**, na sua humildade e na força expressiva de uma **essência que escapa a todas as dialéticas mais ou menos esquemáticas, simplórias e pedantes** a um tempo, levaram-me a encarar com **um ceticismo dia a dia maior as explicações** e os remédios das novas ordens anunciadas. **Pela arte voltei ao homem**, ao homem de carne, osso e alma, ao homem diferente dos demais homens e no entanto igual aos outros” (negritos meus).

Dez anos mais tarde, porém, no penúltimo volume de seu *Diário crítico*, Milliet (1957, p.65), no outono da sua trajetória intelectual, reiterou as perspectivas que manteve em 1947 a respeito da sociologia. “E a própria sociologia objetiva, que tentou de início colocar-se diante dos problemas sociais como a física diante dos problemas físicos, de há muito admitiu a relatividade de suas conclusões”. Ao observar o caminhar da sociologia norte-americana, podemos assumir que, tacitamente, ele se referiu à influência do interacionismo simbólico de Herbert Blumer na sociologia da Escola de Chicago, ao afirmar que “[...] dia a dia a sociologia se confunde com a psicologia social”. Perspectiva com a qual não se identificava. “Não sou um entusiasta da psicanálise na interpretação dos fatos sociais. Malinowsky aliás a pôs em prática entre algumas tribos pré-letradas e não chegou a resultados satisfatórios”. No entanto, em que pese a generalização proposta, Milliet reconheceu que a sociologia, independentemente de suas indefinições e mutações epistemológicas, seria capaz de manter a especificidade e o valor enquanto viés do pensamento, mesmo que posta em xeque nas acepções que conhecera:

“A sociologia não pode ser considerada uma ciência positiva, dados os imponderáveis humanos que jogam nos fatos sociais; mas ela deve ser recebida como um método científico de encarar a realidade. Há que admitir-se a existência de um espírito sociológico, de uma mentalidade sociológica, ainda que se ponha em dúvida a sociologia em si” (Op. cit., p.66; negritos meus).

2.2 Sérgio Milliet e a Escola Livre de Sociologia e Política

Em 1954, na ocasião das comemorações do IV Centenário da cidade, William Faulkner veio a São Paulo participar do I Congresso Internacional de Escritores. A passagem do escritor norte-americano rendeu uma série de anedotas. Dentre elas, a de que, desorientado pelo consumo de álcool, teria confundido a paisagem da cidade, cuja urbanização supostamente revelou-se pouco atraente aos seus olhos, com a de Chicago, trocando, por instantes, as suas noções de lugar (DUTRA, 2008). A despeito da veracidade ou não do episódio, o fato é que as cidades de São Paulo e de Chicago guardaram algumas semelhanças historicamente relevantes ao longo do seu desenvolvimento. Ambas cresceram intensamente no período de um século – muito embora, se comparados os períodos e as datas, a partir de momentos distintos –, notadamente depois da instalação das ferrovias. A ocorrência deste fenômeno em São Paulo, de drástica modernização, foi estudada por Sérgio Milliet em *Roteiro do café* (1938), livro que, muito embora não fosse influenciado diretamente pela tradição da sociologia de Chicago, sugere tais semelhanças. No entanto, diferentemente do que se poderia parecer à primeira vista, a influência da sociologia da Universidade de Chicago – que gozava, na época, da fama de ser “mais moderna” do que as produções das sociologias europeias no período imediato ao pós-Primeira Guerra – assentou-se na Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo apenas sob os auspícios da influência de Donald Pierson.

Manoel Tosta Berlinck (2009), filho de Cyro Berlinck, reforça o fato de que essa influência não foi imediata à configuração das diretrizes de ensino da instituição. Preliminarmente, ao nível de projeto, o ensino da Escola Livre de Sociologia e Política foi inspirado por uma ementa do curso de Sociologia da Sorbonne. Seria apenas no momento de contratação dos professores estrangeiros, acontecimento promovido pela relação entre Roberto Simonsen, próximo de Armando de Salles Oliveira, e a embaixada brasileira em Nova Iorque, que os primeiros traços da sociologia norte-americana apareceram, muito embora ainda distantes da cidade de Chicago. “Os primeiros professores estrangeiros que vieram para a Escola de Sociologia foram Samuel Lowrie e Horace Davis, que foram

recrutados por Sebastião Sampaio, cônsul brasileiro em Nova Iorque em 1933” (BERLINCK, 2009, p.166).

A reportada influência da sociologia de Chicago, repercutida na obra de Milliet também compreendida por ele como sendo o fator especificamente renovador das mentalidades, se formalizou com o progressivo estabelecimento de Pierson nos meios de seus quadros docentes, o que se deu a partir da chegada dele em São Paulo no ano de 1939. “Mas isso foi uma mudança radical no projeto original da Escola, porque Pierson introduziu uma concepção sociológica que não era a concepção primeira” (BERLINCK, 2009, p.169). Essa reorientação teria sido determinante, na opinião do depoente, a ponto de deslocar o eixo de concepção dos valores da instituição. “Enquanto a concepção primeira era compreender a realidade brasileira, o projeto do Pierson era um projeto microssociológico, de pesquisa qualitativa, de histórias de vida, extremamente empírico” (ibid.). Ainda assim, mesmo antes da chegada dele à Escola Livre de Sociologia e Política, o ensino da casa já demonstrava uma tendência para a pesquisa empírica, sob a influência de Simonsen, Lowrie e de outros professores contratados no estrangeiro, como sugerem, por outro lado, Kantor, Maciel e Simões (2009, p.15): “A articulação entre o ensino e a pesquisa em sociologia surge, portanto, de maneira pioneira na ELSP, e é apresentada como um elemento constitutivo do projeto da escola”.

De todo modo, de acordo com Berlinck (2009, p.169), o estabelecimento de Pierson na instituição teria acarretado o encerramento do período diletante da trajetória institucional da Escola, de forma a inaugurar outra fase demarcada pelo profissionalismo. “Porque até então os professores e estudantes eram diletantes [...], pois não dependiam daquilo para sobreviver. Pierson, não; era um profissional”. Os modernistas de 1922 envolvidos na ELSP estavam mais próximos do primeiro tipo. Contudo, como veremos, Milliet adaptou-se à influência do sociólogo de Chicago. Na instituição, a gradual afirmação de Pierson, propícia após o naufrago político de Armando de Salles Oliveira, não se deu apenas por preferências epistemológicas compartilhadas. Em que pese o seu prestígio intelectual, houve influência de orientações de ordem financeira para garantir as atividades que, diferentemente das desempenhadas pela Universidade de São Paulo, eram mantidas através de fundos privados:

“O ciclo de agrura, determinado pelo esgotamento dos donativos basicamente **angariados por intermédio de Roberto Simonsen**, também dá lugar a uma época de relativa abundância, **proveniente dos aportes dos fundos estrangeiros com os quais Pierson relacionava-se, particularmente o Smithsonian Institution**” (KANTOR, MACIEL, SIMÕES, 2009, p.19; negritos meus).

Outras instituições como a Ford Foundation, a Rockefeller Foundation e a Carnegie Corporation of New York também contribuiriam com donativos, ao lado da Smithsonian Institution, a partir dos anos quarenta. Isto se deveu a uma janela de oportunidades aberta pela reorientação da política externa norte-americana, tendo em vista as diretrizes das novas políticas diplomáticas iniciadas sob o governo de Roosevelt, as quais, em parte, se empenharam em distribuir insumo para orientar o desenvolvimento de iniciativas ganhando, em contrapartida, alinhamento delas aos interesses de seus financiadores. Ainda assim, até o anuário de 1941 da ELSP, por exemplo, nenhuma dessas fundações consta dentre os donatários particulares. Na tabela oficial do documento é possível encontrar os registros de apoio financeiro de Roberto Simonsen, Samuel Ribeiro, Conde Modesto Leal, Armando de Álvares Penteado, Conde Sílvio de Álvares Penteado, Companhia Docas de Santos, Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Assis Chateaubriand e D. Paulina de Souza Quiroz, bem como de empréstimos vindos dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã* e *A Gazeta*. O que nos permite concluir que até aquela edição, os boletins de transparência descreviam apenas a participação dos apoiadores paulistas que eram ligados, sobretudo, às influências de Simonsen. De acordo com o anuário, as motivações dessas forças se davam no sentido de que:

“Os **fundadores**, elementos do escol intelectual paulista, **impressionados com o malogro** de todas as tentativas de **reorganização da vida econômica e política** do país, **examinaram** os vários fatores determinantes dessas **decepções** repetidas e funestas e chegaram, assim à conclusão de que, em parte, **os insucessos resultavam do desequilíbrio entre o ritmo acelerado do nosso progresso material**, gerador de múltiplos e complexos problemas, e o nosso incompleto aparelhamento de ensino ao qual **faltava uma escola que disseminasse os conhecimentos indispensáveis aos elementos que pretendessem cooperar com os órgãos da administração pública no estudo e solução dos problemas nacionais**” (ANUÁRIO, 1941, p.5; negritos meus).

Na Escola Livre de Sociologia e Política, Milliet desempenhou múltiplos papéis. Foi professor de 1937 a 1944, secretário de 1933 a 1935 e tesoureiro de 1941 a 1946. Atividades que totalizam mais de uma década de envolvimento e empenho com a instituição (GONÇALVES, 1992). Em depoimento, Rubens Borba de Moraes (2009, p.203) revela que a funcionalidade profissional do amigo consistia na ocupação de lacunas e também no engendramento das funções administrativas. “Cyro Berlinck e Sérgio Milliet, nós os pusemos de secretários; eles faziam a ‘cozinha’ do curso”. O perfil das intervenções de Milliet, nesse

sentido, perpassava a versatilidade de suas competências, oriundas tanto das suas experiências anteriores, amplitude que o seu perfil intelectual sugeria, quanto da sua presença no Departamento de Cultura. Essa perspectiva, de delegar para Milliet responsabilidades heterogêneas relacionadas à gerência, era frequente, de acordo com Moraes. “Já era a terceira ou quarta vez que nós pegávamos o Sérgio para fazer a ‘cozinha’. Exatamente como nós fazíamos no Diário Nacional, quando o fundamos [...]”. José Mindlin, que vivenciou a instituição nos anos em que Milliet a compôs, dá pistas a respeito do perfil do amigo na Escola Livre de Sociologia e Política, cuja versatilidade pode ser interpretada como parte de uma insubmissão, tanto histórica quanto pessoal, à normatividade característica da divisão do trabalho intelectual. Essa perspectiva é importante para que possamos compreender corretamente o caráter mediador, híbrido, de Milliet entre as gerações dos “modernos”, eruditos e diletantes, e dos “científicos”, universitários especializados, que Candido (2005[1978]) identificou ao categorizá-lo como um *homem-ponte*:

“De toda forma, também **Sérgio Milliet**, com seu *Roteiro do café*, já havia deixado uma marca muito forte para nós [...], escrito certamente nesse ambiente, mas sobretudo **com aquela atitude discreta do intelectual que nos evocava alguma coisa que hoje Russel Jacoby chamaria de ‘os últimos intelectuais’**. É aquele **homem institucional, mas não muito**. Um **homem militante, mas também não muito**, apenas quanto à implementação da cultura geral e universalista. Em suma, **um intelectual às voltas com o tema da transdisciplinaridade**, da interdisciplinaridade que já estava posto aqui” (MINDLIN, 2009, p.75; negritos meus).

No ano de 1943, Milliet (1981[1944], p.8) presta um depoimento para uma revista que o desafia a escrever um autorretrato capaz de contemplar a avaliação de sua própria trajetória até então. Nele, há um relato expressivo sobre a importância da atividade docente na sua carreira. “De tudo o que fiz foi o ensino que me deu maior alegria. Sou um professor claro, nada dogmático, companheiro de meus alunos. Acusam-me de cético”. Na Escola, ele foi responsável por lecionar o conteúdo da disciplina de *Introdução à ciência da sociologia*, ministrada nas segundas e nas quartas-feiras das nove às dez horas, de forma a totalizar quarenta e oito aulas totais de curso. Além da relação que manteve com a disciplina, também oferecia palestras esporádicas sobre literatura, artes plásticas e temas de seus livros. Gonçalves (1992, p.123), tendo por base depoimentos de envolvidos na Escola Livre de Sociologia e Política, refere-se às características da atividade docente de Milliet como as de um professor assistente. Em suas palavras, “[...] Sérgio Milliet é assistente de Donald Pierson, na Escola Livre de Sociologia e Política, [...]”. No entanto, o fac-símile do anuário de 1943,

reproduzido no livro de Kantor, Maciel e Simões (2009, p.261), revela uma perspectiva complementar. Lá, o nome de Milliet não se encontra presente na lista dos professores assistentes, mas sim dos professores adjuntos. A confusão é justificável na medida em que o regime de ensino no qual ele se encontrava, dos professores adjuntos, necessariamente recorria à supervisão de outros professores e ao auxílio de suas demandas. O que não nega, por isso, a existência de uma assistência. Não tivemos acesso a documentações relacionadas às supostas aulas que Milliet deu na ELSP no período de 1937 a 1939, anterior à chegada de Pierson na instituição, muito embora um depoimento difuso sugira que tenham se dado em decorrência da substituição do professor Samuel Lowrie, que deixara a instituição em 1938: “Fui aluno de [...] Sérgio Milliet, então diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Sérgio, de quem me tornei fraternal amigo, substituiu, na cadeira de Sociologia, o professor Samuel Lowrie” (EDUARDO, 2009, p.47). De todo modo, no programa da disciplina de *Introdução à ciência da sociologia*, consta apenas o nome de Pierson, o professor responsável pela sua cátedra. De acordo com o regimento institucional, a diferença entre os professores adjuntos e assistentes consiste na perspectiva de uma verticalidade presente na supervisão. Enquanto o primeiro substituiria o catedrático em todas as suas funções, o segundo ainda se subordinaria às suas solicitações:

“DO CORPO DOCENTE

Art. 13º. – O corpo docente compor-se-á de **professores catedráticos**, professores **adjuntos** e professores **assistentes**.

Art. 14º. – Compete ao professor catedrático:

- a) **Organizar o programa do curso de sua cadeira**, apresentando-o ao Diretor para ser aprovado pela Congregação e referendado pelo CONSELHO;
- b) Lecionar em sua totalidade a matéria de seu programa;
- c) Comparecer às cerimônias escolares e às reuniões convocadas pelo Diretor;
- d) Tomar parte nas reuniões da Congregação;
- e) Tomar parte nas bancas examinadoras;
- f) Organizar os temas para as provas dos alunos.

Art. 15º. – Aos **professores adjuntos** e professores **assistentes** quando na **regência de cadeiras** incumbe os mesmos deveres que aos professores catedráticos.

Art. 16º. – É vedado ao professor intervir nas questões administrativas da Escola.

Art. 17º. – O professor catedrático será substituído em seus impedimentos por um professor da especialidade e, na falta deste, por um professor assistente de acordo com a indicação do Diretor.

Art. 18º. – **Incumbe ao adjunto substituir o professor efetivo, em todos os atos quando convocado.**

Art. 19º. – O professor que houver de licenciar-se por mais de 15 dias, avisará o Secretário, com 5 dias de antecedência, comunicando-lhe, por escrito a matéria explicada nas três últimas aulas.

Art. 20º. – Os professores adjuntos e professores assistentes serão representados na Congregação por um dentre eles eleito pelos demais para este fim.

Art. 21º. – De acordo com as exigências do ensino, haverá em cada cadeira um professor assistente escolhido pelo respectivo professor efetivo.

§ único – É lícito a uma só pessoa servir como professor assistente de mais de uma cadeira.

Art. 22º. – Incumbe ao **professor assistente**:

- a) A dar aulas de acordo com programa aprovado pelo professor efetivo ou adjunto;
- b) Reunir os alunos, quando por eles solicitado para recapitulação da matéria explicada;
- c) **Manter contato com o professor efetivo auxiliando-o nos serviços a seu cargo;**
- d) **Solicitar do professor efetivo os esclarecimentos que se mostrarem necessários na aula de recapitulação;**
- e) Guiar os alunos nos exercícios práticos, auxiliando-os e fiscalizando os seus trabalhos” (ANUÁRIO, 1941, p.125-127; negritos meus).

O programa da disciplina de *Introdução à ciência da sociologia* presente no anuário de 1941 revela alguns tópicos importantes para a compreensão da relação entre Milliet e as ciências sociais. Um exame detido nos tópicos apresentados e nas leituras recomendadas ali presentes sugere a existência de um instrumental analítico procedimental específico na análise dos fenômenos sociais, pautado em sete tópicos centrais: o primeiro, chamado de *Introdução*, propôs-se a uma distinção entre o campo da sociologia e outras áreas do saber possivelmente relacionadas – como a filosofia social, ética social, serviços sociais, dentre outros –, bem como a necessidade de compreender seus problemas específicos. Também definiu uma distinção entre “pesquisa social” e “política social” – o que remete à distinção clássica entre política e ciência como duas vocações de Max Weber, cujo texto não é citado nominalmente no programa, mas que, certamente, serviu de referência pretérita para muitos dos sociólogos norte-americanos presentes na bibliografia –, e, por fim, um tópico intencionado em definir o campo estritamente “científico” da evolução da sociologia como ciência. Nesse sentido, antes de procedermos à descrição dos tópicos da disciplina, valeria a pena transcrevermos uma pequena anedota narrada por Milliet, presente no primeiro volume dos *Diários críticos* (1981[1944], p.8), na qual o seu cotidiano na sala de aula se mistura às reflexões sobre o caráter “científico” com que compreendia a sociologia e suas potências reflexivas:

“15 janeiro 1940 – Obscuramente todos enfrentam os mesmos problemas inextrincáveis, inclusive os que não lhes percebem a força leviatânica. Uma aluna minha, **diante da aridez da sociologia, ciência de laboratório, que**

não traz soluções mas tão somente estuda processos, exclamou atormentada: ‘Mas então para que estudar sociologia?’ Esse o erro da alfabetização universal; **promete o que não pode dar: soluções**. E a desilusão dos espíritos-massa, **incapazes de entender a relatividade do conhecimento sociológico**, joga-os nos **sistemas fechados que ‘trazem’ soluções**, embora místicas, **embora a-científicas...** Não cairemos todos nesse caminho?” (negritos meus).

O segundo tópico, chamado de *Base ecológica das sociedades*, propunha-se a conceituar a relação entre o ser humano e o seu meio ambiente, de forma a abordar semelhanças e dessemelhanças entre agrupamentos; bem como “estatísticas vitais”; distinções entre sociedade e comunidade; problemas relativos às imigrações; e organizações da divisão do trabalho conforme do desenvolvimento da civilização que iriam da “colheita natural” à “metropolitana”. Já o terceiro tópico, chamado de *Natureza humana*, divide-se em quatro partes distintas: a primeira, uma análise da estrutura das necessidades biológicas humanas, bem como das “diferenças individuais e entre os sexos”; a segunda, sobre isolamento, “homens-feras”, solidão e cultura “folk”; enquanto a terceira falava sobre o sentido dos contatos em relação ao desenvolvimento da inteligência e da civilização, os quais poderiam ser organizados entre contatos “simpáticos” e “categóricos”; e, ao final, uma parte dedicada à cultura, ao preconceito, à separação entre “folkways” – costumes – e “mores” – normas internalizadas –, os “nosso-grupo” e “grupo de fora”. O quarto tópico, chamado de *Interação social*, divide-se em três partes, a primeira dedicada à relação entre comunicação e interação, como o sentido próprio ao social, com atenção aos seus sentidos linguísticos e psicológicos; a segunda, dedicada à análise das forças sociais, dos “quatro desejos fundamentais” de Thomas – prestígio, novidade, segurança e correspondência –, das pressões sociais, dos interesses e da opinião pública; e a terceira, sobre formas de interação baseadas na competição – luta pela existência –, no conflito – competição consciente –, na acomodação – resoluções de conflitos – e na assimilação – transformações normativas e aculturamentos –. Aqui também cabe espaço a uma anedota de sua experiência na sala de aula, narrada no primeiro volume dos *Diários críticos*:

“Num **exame de psicologia social** pedi a meus alunos que **analisassem a biografia de um homem célebre** qualquer **à luz dos quatro desejos de Thomas**. Nada mais curioso do que as provas entregues. Por elas se verifica que raramente nos grandes homens do século XIX predominou o desejo de novidade, tão característico dos tempos modernos. A quase todos guiou a satisfação do desejo de segurança ou de prestígio ou de correspondência” (MILLIET, 1981[1944], p.71; negritos meus).

O quinto tópico, chamado de *Controle social*, pretende compreender a relação entre o indivíduo e a sociedade com foco na moral, nos tabus e nos rituais; na diferença entre as formas das leis – estatutária e consuetudinária –; e no lugar social, com notória influência da escola francesa de sociologia. O sexto tópico, de nome *Comportamento coletivo*, se propõe a compreender a inquietação e a agitação sociais; o elemento das massas; rituais de guerra; crises econômicas; revolução e as transformações sociais. Por último, o sétimo tópico, chamado de *Métodos de pesquisa*, é dividido em duas partes: uma dedicada aos pressupostos da pesquisa, na qual a sociedade é vista através das perspectivas da comunicação e da ação social; as diferenças entre ciências normativas e descritivas – elemento que é importante para compreender o caráter objetivista de que Milliet considerava como propriedade puramente científica –; distinções entre teorias e doutrinas, bem como outras perspectivas circunscritivas; enquanto que a outra se relacionaria com o papel da observação, os métodos quantitativos e experimentais; formas de se utilizar a entrevista, o questionário e as narrativas pessoais; bem como conceituar a perspectiva de um “observador participante” e do que seria o “estranho sociológico”. Os livros “indispensáveis” que comporiam a bibliografia perpassam nomes da sociologia de Chicago, notadamente Park, Sumner e Cooley. De acordo com o anuário, o objetivo das aulas tem por sentido que:

“Este curso visa a **introdução ao estudo das forças sociais**, cuja interação leva indivíduos humanos, separados completamente, do ponto de vista biológico, a combinar e agir **conjuntamente** como uma **unidade social**” (ANUÁRIO, 1941, p.42; negritos meus).

No livro *Teoria e pesquisa em sociologia* (1945, p.85), Pierson expõe as proposições teóricas que inspiraram o programa utilizado por Milliet na disciplina da sua cátedra na ELSP. Nele, o transcreve inteiramente “na esperança de que a tentativa para ordenar *sistematicamente* nosso conhecimento sociológico possa ser útil”, de forma a expô-lo como uma síntese das perspectivas apresentadas ao longo da primeira parte do livro, chamada de *Ponto de vista*. Em resumo, Pierson procura orientar uma perspectiva capaz de guiar a gramática sociológica para além da história da sociologia, na tentativa de abranger técnicas de pesquisa que se utilizassem das múltiplas referências e contribuições anteriores relacionadas ao método sociológico capazes de coletar e elaborar dados:

“A **tendência moderna no ensino da Sociologia** orienta-se no sentido de **apresentar os conhecimentos da própria Sociologia, organizados sistematicamente**, em lugar de apenas apresentar os *escritos*, tanto dos vários

precursores da Sociologia quanto dos próprios sociólogos, **deixando esta análise histórica e analítica para cursos sobre a história da Sociologia**, destinados, principalmente, aos estudantes pós-graduados ou outros especialistas. Assim, os nomes de Simmel, Max Weber, Durkheim, Le Bon, Sumner e Park não deveriam constituir o centro de atenção dos cursos, mas aparecer somente quando um ‘insight’ penetrante, uma formulação teórica ou ‘descoberta de pesquisa’ devidos a um desses homens contribuisse para esclarecer o problema que está sendo considerado. **Esta mudança de ênfase, passando dos sociólogos para a própria Sociologia, isto é, da história da Sociologia para o próprio conhecimento sociológico, evocará, afinal, no espírito tanto dos alunos como do público em geral, a meu ver, uma compreensão mais exata do valor da Sociologia e, conseqüentemente, maior respeito pela nossa disciplina**” (ibid., p.81; negritos meus).

Já no prefácio à primeira edição do livro, é possível identificar *insights* a respeito de sua proximidade com Milliet. “A tarefa difícil de traduzir minhas exposições para o português [...] foi competentemente auxiliada por meus colegas Sérgio Milliet e Emílio Willems [...]” (p. 7-8). É o único momento em que Milliet é citado no livro. Não constam, noutras passagens, menções às suas contribuições na disciplina. No entanto, existem outros registros capazes de revelarem rastros (GAGNEBIN, 1994; 2006) da relação entre ambos. Oracy Nogueira, por exemplo, que foi aluno de Pierson – sendo também citado por ele como um personagem relevante na tradução do livro para o português – e de Milliet. Em depoimento à Gonçalves (1992, p.123), Nogueira deixa um registro de sua opinião a respeito da forma como compreendeu a relação entre seus dois professores:

“Nessa época ele estava muito entusiasmado com a descoberta de certos **autores norte-americanos introduzidos por Pierson**, entre eles **Stonequist e Park**. Como **assistente, Sérgio Milliet** dava **seminários** do curso de Sociologia. O **prof. Pierson** ministrava as **aulas**; havia organizado uma série de leituras – textos traduzidos do inglês, mimeografados, que eram comentados em seminário” (negritos meus).

No relatório anual do diretor, presente no anuário de 1941, registra-se que “Entre as novidades introduzidas pelo doutor Pierson está o serviço de leituras em português” (ANUÁRIO, 1941, p.12). De acordo com a narrativa oficial, trechos de textos da bibliografia básica eram traduzidos e mimeografados para maior acessibilidade dos alunos, conforme também descrito por Nogueira. Muito embora o nome de Milliet componha a citação, numa possível ou não participação nestas traduções, o envolvimento dele na instituição, munido do uso de suas competências na área das línguas, é evidenciado pelo anuário (1941, p.91) em outro momento, na seção sobre o *Curso de línguas vivas*, em que consta a existência de um curso de francês dado por ele nas quartas e nas quintas-feiras das nove às dez horas da manhã,

contabilizando sessenta horas totais. Chama a atenção o conflito presente no horário da quarta-feira, das nove às dez horas, idêntico àquele prescrito no programa da disciplina de *Introdução à ciência da sociologia*. No entanto, como veremos na citação adiante, isso é explicável devido às especificidades de seu regime de trabalho. Além disso, o mesmo documento de 1941 previa, sob a batuta de Pierson, a criação de um Departamento de Sociologia e Antropologia responsável pela organização de estudos pós-graduados, no qual Milliet consta como um “professor adjunto de sociologia” (ibid., p.87). Em depoimento dado à Gonçalves (1992, p.124) em 1982, Pierson expõe, na sua perspectiva, como se relacionou com Milliet:

“Estive no Brasil de 1935 a 1937; porém isto não foi em São Paulo e sim na Bahia, onde fui encarregado de pesquisas sob os auspícios da Social Science Research Committee, da Universidade de Chicago. Convidado a voltar ao Brasil, mais tarde, a fim de ajudar o desenvolvimento daquela instituição pioneira nas ciências sociais, [Escola Livre de Sociologia e Política], cheguei em São Paulo em meados de 1939; **e dei aulas só em março de 1940**. Ao chegar em São Paulo, **Sérgio Milliet gentilmente me arrumou, a pedido de Cyro Berlinck, mesa na sede do Departamento de Cultura e lá trabalhei às tardes, ensinando alunos, informalmente, e supervisionando pesquisas ‘pequenas’ empenhadas por eles**. Quando **as aulas de 1940** começaram, **Sérgio se tornou meu assistente**, enquanto eu estava melhorando o uso da sua bela língua. **Assim Sérgio deu aulas naquele ano uma vez por semana**, em que respondeu às perguntas dos nossos alunos **referentes ao que eu ensinava, e frisou certos pontos sobre os mais importantes textos apresentados**. Mais tarde, eu mesmo lia as aulas, ditadas a uma secretária e depois traduzidas. Já não tive então tantos contatos com Sérgio. Comecei a desenvolver amplo programa de pesquisa, de preparo de jovens pesquisadores, de traduções, de administração, de publicações, de novas aulas, etc., para que fossem desenvolvidas mais as ciências sociais no Brasil, mormente quanto à pesquisa. (Sérgio, depois, deixou igualmente a Divisão que coordenava no Departamento de Cultura, passando a trabalhar na Biblioteca Municipal)” (negritos meus).

Ao longo do depoimento, Pierson rubrica, e o programa da bibliografia do curso de *Introdução à ciência da sociologia* também depõe nesse sentido, a influência de outros autores que transcenderam a produção específica da sociologia norte-americana em Milliet. Como exemplo disso, cita, inclusive com certa ênfase, a presença da sociologia francesa, muito embora, como vimos anteriormente, a predileção de Milliet pela “renovação de mentalidades” tenha se dado pela sociologia de matriz norte-americana. Ao mesmo tempo, Pierson também procura demarcar na relação de trabalho entre ambos uma forma menos verticalizada de assistência, o que talvez sugira indícios dos motivos pelos quais Milliet tenha

sido admitido como professor adjunto, já que, na ocasião, ele já era reconhecido como um intelectual de respeito da cidade de São Paulo:

“Tenho recordações felizes, referentes aos contatos pessoais com **Sérgio**, embora ele, neste meio tempo, **tenha ido trabalhar em outro lugar, tornando-se diretor da Biblioteca Municipal em São Paulo**, de modo que os contatos foram menores. Ele já era formado antes de eu chegar a São Paulo, já era autor reconhecido. E era, então, mais colega que assistente. Lembro-me, contudo, que a formação dele nas ciências sociais foi, na sua **maior parte** (e se não totalmente) **francesa**, embora mostrou interesse também nos trabalhos de Karl Mannheim. **Quanto a qualquer influência do nosso ensino sobre ele, se houve, não foi só dos Estados Unidos**. Deve ser lembrado que minha formação não foi só norte-americana [...] tendo contato, na época de minha formação na Universidade de Chicago, com correntes de pensamento, e de pesquisa, oriundas de vários países, inclusive da Alemanha, Inglaterra, França, Itália etc., e lembrar ainda as pesquisas que foram feitas em outras partes da Europa, da Ásia, da África e das Américas que nós estudamos...” (ibid., negritos meus).

Talvez a suposta influência em “maior parte” da sociologia francesa tenha se dado pela facilidade com que Milliet se deparou na leitura dos originais, bem como pela sua vida pregressa na Suíça, onde também supostamente estudou Ciências Econômicas e Sociais na Universidade de Genebra. No entanto, como a documentação do anuário sugere, Milliet não era apresentado como um professor formado, tal qual outros professores, mas como o “Chefe da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura do Município de São Paulo” (ANUÁRIO, 1941, p.30). Além da disciplina, Pierson (GONÇALVES, 1992, p.124) cita outras formas com que influenciou, diretamente ou indiretamente, a formação de Milliet. Seja através das aulas de inglês que ele recebeu de Helen Pierson, com quem Donald era casado, ou através da apresentação aos escritos de Park, orientador de Pierson, e Stonequist, também orientando de Park – autores bastantes presentes no livro *Marginalidade da pintura moderna* (1942). De acordo com o anuário de 1941, Helen Pierson, assim como Milliet, dava aulas de inglês no *Curso de línguas vivas* da Escola Livre de Sociologia e Política (ANUÁRIO, 1941, p.91). Pierson também cita que, durante uma das viagens feitas aos Estados Unidos, Milliet chegou a conhecer algumas das universidades norte-americanas, o que pode ter influído também no juízo *a posteriori* feito a respeito da “mudança de mentalidades”:

“É provável que Sérgio ‘descobriu’ Robert Park e também grande número de pesquisadores sociais dos Estados Unidos através das apostilas mencionadas. Lembro que ele ficou bastante impressionado com o conceito de ‘homem marginal’, originado por Park e elaborado pelo seu aluno Everett

Stonequist. **Sérgio uma vez visitou brevemente algumas universidades dos Estados Unidos**, tendo sido lido por minha senhora, naquela ocasião, algumas **aulas particulares sobre língua inglesa**” (ibid., negritos meus).

Milliet fez duas viagens aos Estados Unidos enquanto foi vinculado à Escola Livre de Sociologia e Política. A primeira em 1939 e a segunda em 1943, financiadas pelo Instituto Cultural Brasil/Estados Unidos, que mantinha contato com a Escola Livre de Sociologia e Política, interessado na política de financiamento adequada às estratégias diplomáticas norte-americanas então vigentes durante a Segunda Guerra Mundial. “Como professor da Escola Livre de Sociologia e Política, Sérgio entra em contato com representantes americanos interessados na política de aproximação com os países do continente” (GONÇALVES, 1992, p.79). Através dos contatos proporcionados pela Escola Livre de Sociologia e Política, estreita relações com a Fundação Rockefeller, a qual garantia subsídios à instituição, que será importante para Milliet nas suas iniciativas no campo da constituição de instituições relativas às artes plásticas; bem como com Carleton Sprague Smith, adido do Consulado Americano em São Paulo, o que revela o clima político propício para essa possibilidade de intercâmbio voltado aos investimentos internacionais. Na segunda das duas viagens, como contrapartida ao financiamento que recebera, publicou um livro sobre a história das artes plásticas estadunidenses, chamado de *A pintura norte-americana* (1943). De acordo com Gonçalves (ibid., p.81):

“Nesse ano, **Sérgio publica o ensaio *Pintura norte-americana e faz conferências em diversas cidades do país sobre essa viagem***. O livro historia o percurso da arte nos Estados Unidos – das primeiras manifestações à implantação da arte moderna. Na introdução Sérgio informa ser sua intenção apresentar um esboço histórico da pintura dos Estados Unidos, visando atender à curiosidade do público. **Ao acompanhar a história cronologicamente, utiliza-se dos principais conceitos que se observou anteriormente em sua crítica**: a procura de uma expressão original, a ação voltada para a formação do gosto da comunidade, a comunicação da arte com o público, o Modernismo e sua relação com a Europa” (negritos meus).

No primeiro volume dos *Diários críticos*, Milliet (1981[1944]) relata algumas de suas impressões sobre as viagens que fez aos Estados Unidos no ano de 1943. Nelas, faz pequenos comentários sobre a vocação dos norte-americanos para a vida material, suas dinâmicas raciais, as praias de Miami, Aldous Huxley e o suposto suicídio de Elsie Houston, cantora brasileira então radicada em Nova York. “Ora, o norte-americano tem um espírito eminentemente comercial. Por via das dúvidas resolveu evitar o obstáculo psicológico que lhe poderia transtornar os negócios” (MILLIET, 1981[1944], p.105). Além disso, há duas

citações sobre visitas às universidades locais. Numa delas, visita a Universidade de Howard, onde conhece o professor negro Alain Locke, que lhe deu de presente uma cópia do livro *The negro in art* (1940), o qual chamara bastante a atenção de Milliet. “Em minha viagem aos Estados Unidos conheci na Universidade de Howard [...] Alain Locke e era professor de filosofia” (MILLIET, 1981[1944], p.234). Já a outra passagem refere-se a alguma universidade sediada em Manhattan, possivelmente à Universidade de Columbia. No entanto, nesta, suas observações referem-se mais ao aborrecimento com o desencantamento do mundo do que com a proximidade em relação ao que poderia lhe esperar. No comentário, a ironia do seu espírito modernista e da sua formação europeia fica mais evidente do que a simpatia pelas ciências:

“Vamos ver mais uma universidade e mais uns tantos sábios de óculos escarafunchando estatísticas. Conhecem tudo, analisaram tudo, desde o movimento dos astros até as sub-divisões do átomo. São capazes de uma explanação brilhante do preconceito racial ou do valor alimentício das vitaminas. Já isolaram quase todos os micróbios e fabricaram os mais terríveis explosivos. **Destruíram tudo também, inclusive a moral, o amor, Deus e o Diabo. Só não conseguiram dar um sentido humano à civilização urbana que criaram.** Conhecem todos os processos, sociológicos, psicológicos, fisiológicos, químicos e físicos, além de vários meios de se sonegarem às leis da gravitação. **E andam mais tristes, mais sós, mais desgraçados do que antes**” (ibid., p.101; negritos meus).

Frente ao surto norte-americano de investimento na racionalidade técnica, típico aos anos da Segunda Guerra Mundial, o lado humanista de Milliet, a que Bastide (1978) recorreu para buscar justificar o abandono do amigo à carreira que ele trilhara nas ciências sociais, expressou-se. “Só a arte não faz trapaça, não apresenta soluções pretensiosas, não se propõe a reformar coisa alguma. Ela reflete apenas a angústia do homem, sempre a mesma em todas as épocas” (MILLIET, 1981[1944], p.101), concluiu. No segundo volume das suas memórias, Milliet (1962, p.42) reporta-se ao que sentiu em relação à mudança de eixo da civilização da Europa para os Estados Unidos: “Minha geração foi a última a conhecer essas frutas da terra e a falar francês”. Nelas, assume um tom de estranhamento. “Onde todas as línguas se confundem realmente numa só é em Nova York: a língua do *get*” (MILLIET, 1981[1944], p.86). Delas, evidencia-se como, aos poucos, Milliet se desencanta com a perspectiva norte-americana. Apesar disso, também reconhece virtudes no *ethos* norte-americano:

“Contudo, gostei dos Estados Unidos. Essa mania do maior e do melhor no mundo, se comporta certa suficiência, certa carência de humildade, chocante para um espírito educado na leitura de Montaigne, Voltaire, Anatole e

outros cétricos amáveis, predispõe por outro lado a **empreendimentos colossais**, a uma auto-afirmação construtiva. E mesmo quem não aprecie *the american way of life* lhe respeitará a grandeza” (ibid., p.86-87; negritos meus).

Como se vê, a “renovação de mentalidades” expressa pelas referências da Escola Livre de Sociologia e Política guardava certa relação contraditória com a formação de Milliet. Muito embora seu pensamento e trajetória sejam marcados pelo forte incentivo à educação superior, por outro lado, o tempo – e, como veremos ao longo do trabalho, a opinião que desenvolveu com as Ciências Sociais – desloca paulatinamente suas preferências para a perspectiva da criatividade artística, a qual se configuraria em seu pensamento como a verdadeira fonte de humanismo para o desenvolvimento da civilização. De todo modo, além da profissão de professor adjunto, Milliet também exerceu na Escola Livre de Sociologia e Política os papéis de secretário, por cerca de doze meses, nos primeiros anos da instituição; e de tesoureiro, por mais ou menos cinco anos. O referido anuário de 1941 discrimina as especificidades dos vínculos exercidos por cada uma dessas funções. No caso do tesoureiro, tais definições foram dadas pelo estatuto oficial da Escola Livre de Sociologia e Política:

“Art. 18 – Ao **Tesoureiro** incumbe: a) receber, por si, ou por mandatário de sua confiança, e manter sob a sua guarda, os donativos, contribuições e a **receita da Escola**; b) **fornecer ao Diretor** os meios necessários para a manutenção da Escola; c) **efetuar o pagamento** de todas as despesas autorizadas pelo CONSELHO; d) organizar uma escrituração regular, e apresentar ao CONSELHO **balancetes trimestrais**” (ANUÁRIO, 1941, p.119-120; negritos meus).

Já no caso específico dos secretários, as obrigações e condições do cargo eram dadas pelas diretrizes do regimento interno:

“Art. 4.º – O **secretário é o primeiro auxiliar do Diretor**, competindo-lhe:

- a) Organizar a **Secretaria**; a **Biblioteca** e os demais departamentos da administração;
- b) Redigir, assinar e expedir a **correspondência** da Escola;
- c) **Zelar pelo fiel cumprimento deste Regimento** e pela ordem na Escola durante as horas de aula **comunicando ao Diretor as irregularidades** verificadas;
- d) Promover **inscrições de matrícula** e de **exames**, publicando **editais**;
- e) **Receber as contribuições dos alunos**, organizar as folhas de pagamento e efetuar despesas correntes necessárias prestando contas ao Tesoureiro;
- f) Redigir e publicar as **informações de interesse** para os corpos docente e discente.

Art. 5.º – O secretário poderá tomar parte nas reuniões do CONSELHO SUPERIOR e da Congregação, a **título de órgão informativo**, sem direito a voto nas deliberações.

Art. 6.º – A remuneração do Secretário é fixada anualmente pelo Conselho Superior” (ibid., p.124; negritos meus).

Ambas as funções desempenhadas, seja como tesoureiro (1933-1935) ou como secretário (1941-1946), sugerem a existência de um prestígio social adquirido, necessário à ocupação de tais cargos de confiança, entre as forças diretivas – como Berlinck, Simonsen e Salles de Oliveira, por exemplo –, que se mostravam confortáveis em mantê-lo por perto. Ainda assim, não seria pouco lembrar que Milliet, já à época, era reconhecido como um intelectual importante e respeitado nacionalmente – mas sobretudo em São Paulo –, como pontua o depoimento de Pierson (GONÇALVES, 1992, p.124). De todo modo, a ocupação dessas funções, somadas também às outras exercidas por ele na Faculdade de Direito e no Departamento de Cultura, revela uma linearidade na sua trajetória relativa à administração pública, muito embora ele também tenha se ocupado como tradutor, professor, jornalista e desempenhado outras profissões. As vicissitudes em torno dessa perspectiva culminam, se observamos sua trajetória *a posteriori*, no cargo de diretor da Biblioteca Municipal, profissão que desempenharia até aposentar-se.

2.3 Sérgio Milliet e o Departamento de Cultura do Município

Para Antonio Candido, conforme abordamos anteriormente, a década de trinta demarcou o processo de rotinização do modernismo, cuja realização, trocando em miúdos, estabeleceu um momento no qual “[...] o excepcional se torna usual, tendendo o que era restrito a se ampliar” (CANDIDO, 1982, p.xiv). No entanto, as iniciativas em torno do Departamento de Cultura do Município de São Paulo demarcariam um traço específico desse movimento, já que, como instituição, seu projeto pretendia “[...] Não apenas a rotinização da cultura, mas a tentativa consciente de arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização da maioria” (CANDIDO, Op. Cit.). O que pressupõe a compreensão de que esse projeto procurou realizar uma iniciativa política, na mais diversa acepção do termo. Seja no sentido da cidadania republicana, de intencionar “[...] fazer da arte e do saber um bem comum; para incorporar as conquistas do Modernismo à tradição que ele veio atualizar e fecundar” (CANDIDO, 1982, p.xv); seja no de que a sua existência pressupunha o

apoio de forças políticas concretas, de penetração na gestão da máquina pública, para garantir sua sustentação e efetivação.

Algumas declarações de Rubens Borba de Moraes (2011, p.216), por exemplo, auxiliam na compreensão de tais vicissitudes. De acordo com ele, “Em longas prosas [...] defendia com veemência a teoria de que os intelectuais não deveriam se imiscuir com a política. Acabavam sempre engolidos pelos políticos”. A perspectiva lamentosa referia-se ao seu envolvimento com a Revolução de 1930. No entanto, afirma Moraes, a opinião não sugere um distanciamento dos intelectuais da vida pública. Mas sim a percepção de que deveriam agir com maior coerência “[...] como intelectuais, pregando ideias, estudando objetivamente, serenamente, os problemas. Para tanto era necessário criar organismos que facilitassem as pesquisas indispensáveis”. De acordo com ele, é nesse sentido, próprio a uma intervenção específica aos intelectuais na sua esfera de atuação, que os modernistas buscaram se reaproximar da vida pública após os conflitos do início da década. Assim, orientar-se-iam não pela militância burocrática, mas pela promoção a nível político de seus valores. “Mário de Andrade [...] estava de acordo”, sentenciou, ao evocar a aprovação do mestre. Tais perspectivas, bem ilustradas pelo depoimento de Borba, somam-se também à dinâmica própria aos interesses pessoais e profissionais em torno de tais oportunidades, o que culminou na motivação dos modernistas de inventarem as diretrizes do Departamento de Cultura:

“Foi aí que nasceu a ideia de **criar um organismo estatal que incentivasse em São Paulo o estudo e a cultura**. Não seria um departamento burocrático, mas um organismo vivo, ativo, que desse ao povo **possibilidades de cultura** e procurasse resolver o problema da ‘miséria cultural’. Não se tratava de alfabetizar para fabricar eleitores mas de dar ao povo o acesso à cultura, nas mesmas condições que a burguesia privilegiada. Não pretendíamos tratar da educação, da instrução popular, para isso já existia um organismo, a secretaria da Educação, com sua rede de escolas primárias, secundárias e as **faculdades**. O que pretendíamos era criar um organismo que desse cultura ao povo, **a cultura que não se aprendia nas escolas**” (MORAES, 2011, p.217; negritos meus).

Entrementes, a realização prática dessas estratégias perpassou os vínculos que haviam se constituído em torno da Liga de Defesa Paulista e do Partido Democrático. E, nesse processo, a proximidade entre Sérgio Milliet e Paulo Duarte desempenhou um papel importante. O apartamento onde moravam juntos na Avenida S. João serviu de cenário para tais articulações. “Eu tinha meu quartel-general num dos raros prédios de apartamentos existentes, com Paulo Duarte, Nino Gallo [...] sonhávamos revoluções” (MILLIET, 1960, p.176). Lá, reuniam-se escritores, artistas e políticos da vida paulistana, o que fez do

apartamento um ponto de encontro relevante para a movimentação e o estabelecimento de vínculos entre os atores que o frequentavam, sobretudo daqueles que, de alguma forma, se alinhavam às perspectivas de seus projetos. De todo modo, o convívio entre ambos, para além de garantir uma movimentação especial na influência dialógica entre tais atores, também desempenhou um papel de concreto na elaboração do projeto que resultaria no Departamento de Cultura. De acordo com Duarte (1972, p.20):

“É que **Sérgio, companheiro de tudo, trabalhara comigo dia e noite na elaboração do projeto do Departamento para o qual iríamos levar quase todo o grupo da Avenida S. João**, ponto de encontro de **duas mentalidades** afins: **a que vinha de 1922**, aquela dos revolucionários da Semana da Arte Moderna, **e a dos evolucionistas**, mas não menos renovadores, chefiados por Amadeu Amaral. E ia iniciar-se o movimento renascentista do Brasil, com o trabalho comum da Universidade recém-inaugurada e o Departamento de Cultura, abertos ambos para **a pesquisa sociológica**, movimento que o terremoto político e moral de 1937 ia interromper brutal e caudilhisticamente” (negritos meus).

Ancoravam-se pelo ambiente político favorável a seus laços, decorrente dos acordos de pacificação que se sucederam aos conflitos políticos de 1930 e 1932, responsáveis por elevarem a cargos públicos de destaque elementos do Partido Constitucionalista – forma partidária que deu continuidade ao Partido Democrático –, como atesta a posse de Armando de Salles Oliveira como interventor do estado, a nomeação de Fábio Prado como prefeito da capital e eleição de Paulo Duarte como deputado estadual. Além disso, Duarte chefiava o gabinete do prefeito. Todas essas perspectivas representam uma inserção política relevante, responsável por abrir uma janela de oportunidades para os modernistas que, submetidos aos vínculos orgânicos, pudessem intervir institucionalmente na vida pública através de tais forças. Na medida em que os acordos, capitaneados por Duarte, tornavam-se mais próximos da realidade, tornava-se mais nítido também que os modernistas de 1922 “[...] não eram mais os escandalosos poetas vaiados no Teatro Municipal” (SANDRONI, 1988, p. 70), mas sim forças ativas vinculadas explicitamente a um projeto político que, no caso, centralizava-se e culminava na candidatura de Salles Oliveira à presidência da República para as supostas eleições de 1938:

“**Nós sabíamos que o Departamento era o germe do Instituto Brasileiro de Cultura. Primeiro, um Instituto Paulista, que Armando Sales no Governo já nos garantira.** Para isso o projeto do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico de São Paulo, lá estava a Assembleia Legislativa, ladrado embora pela cachorrada solta do despeito e da incompreensão. **Depois, com Armando Sales na Presidência da República, seria o Instituto Brasileiro,**

uma grande fundação libertada da influência política, com sede no Rio, inicialmente instalados, além do de S. Paulo, paradigma, outros núcleos em Minas, no Rio Grande do Sul, na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. Tivéramos uma ideia genial que Armando Sales aprovou: **os Institutos de Cultura assistiriam com assiduidade todas as grandes cidades, com a colaboração da Universidade,** porque, **não comportando evidentemente essas cidades uma Faculdade, teriam contato íntimo com esta,** através de conferências, cursos, teatro, concertos, etc.” (DUARTE, 1982; p.55; negritos meus).

O Departamento de Cultura do Município de São Paulo foi promulgado com o *Acto n.861, de trinta de maio de 1935* (BARBATO JUNIOR, 2004, p.147) e, dentre as suas atribuições, estavam o estímulo de iniciativas artísticas, culturais e educativas; promoção e desenvolvimento prático dessas perspectivas; publicização e uso necessário do rádio; a criação de bibliotecas públicas; organização e criação de parques infantis; fiscalização das instituições recreativas; e o zelo e difusão de documentações, pesquisas e dados sobre a cidade de São Paulo. Uma vez institucionalizado o Departamento, Milliet ficou responsável pela última dessas funções, ao ser escolhido para chefiar, como diretor, a Divisão de Documentação Histórica e Social. Para tanto, a divisão se subdividia em cinco seções: “Documentação Histórica, Documentação Social, *Revista do Arquivo Municipal*, Seção gráfica e Museu Histórico da Cidade de São Paulo” (BARBATO JR, 2004, p.30). O funcionamento dessas subdivisões estava organicamente ligado ao trabalho capacitado de alguns professores da Escola Livre de Sociologia e Política, como Samuel Lowrie e Bruno Rudolfer, e aos alunos formados pela instituição que encontravam no Departamento um posto de trabalho para exercer suas novas capacitações profissionais. Tais atividades viriam a desembocar em estudos sociais pioneiros sobre a cidade de São Paulo, publicados pela *Revista do Arquivo Municipal* (LIMONGI, 1989). De acordo com Zuin (1994, p.106-107):

“Na verdade, **não é possível entender a produção "sociológica" de Milliet sem a correlação com** a participação ativa na fundação e direção das escolas de ensino superior e, principalmente, da **divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo**” (negritos meus).

A subdivisão de Documentação Histórica garantiu-lhe condições muito confortáveis para que exercesse essa atividade, uma vez que, para além do prestígio, ela colocava diante dos cuidados de Milliet um vasto e exclusivo acervo de documentações de valor sobre a cidade de São Paulo. “A primeira subdivisão tinha por fim: recolher, restaurar e conservar e depois publicar em volumes os papéis e documentos históricos e antigos, pondo-os em

condições de serem consultados e divulgados” (DUARTE, 1982, p.94). Para a difusão dos documentos, bem como do incentivo à pesquisa, a reforma efetuada na *Revista do Arquivo Municipal* centralizou boa parte das pesquisas em andamento na cidade, uma vez que publicava tanto os documentos históricos quanto pesquisas da Escola Livre de Sociologia e Política, da Universidade de São Paulo e produções independentes de intelectuais próximos aos modernistas. Milliet, que também se encontrava envolvido por dentro da Escola Livre de Sociologia e Política, pôde extrair desse vínculo duplo uma posição privilegiada como mediador entre as duas instituições. De acordo com Limongi (1989), esse vínculo teria sido fundamental para a constituição do perfil empírico das pesquisas realizadas pela ELSP:

“Quando se trata de distinguir as origens do ‘projeto’ a presidir a criação da ELSP, a bibliografia tem tendido a frisar seus laços com o movimento modernista e com a chamada ala cultural do P.D. **Sérgio Milliet serio o responsável último por esses vínculos expressos na ‘ponte’ que constrói entre a ELSP e o Departamento de Cultura**” (LIMONGI, 1989, p.220; negritos meus).

Além do protagonismo exercido por Milliet no estabelecimento de uma comunicação entre o Departamento de Cultura e as instituições de ensino superior vinculadas às Ciências Sociais, a Divisão de Documentação Histórica e Social previa uma função seminal, em sua razão de ser, para a orientação de outras divisões do Departamento de Cultura, uma vez que dela viriam diretrizes fundamentais e fundamentadas para o funcionamento justificado das outras alas. Isto porque dessa divisão provinha o embasamento documentado e o sentido racional capaz de justificar, sobretudo perante a opinião pública, o motivo das ações socioculturais das outras divisões na administração pública. De acordo com Moraes (2011, p.217):

“O organismo que nós idealizávamos não seria somente um centro de pesquisas de nosso meio mas um instrumento capaz de agir socialmente. **Nossa ação social estaria toda ela fundada na pesquisa, no estudo de nossa realidade.** A necessidade da fundação de bibliotecas nos bairros da cidade não seria feita a olho ou de acordo com injunções eleitorais mas **baseada na pesquisa, no inquérito da composição da população dos diferentes setores da cidade. Um departamento de estudos sociais e estatística fazendo inquéritos e levantamentos é que nos ditaria em que sentido deveríamos agir**” (negritos meus).

Assim, “Nós pretendíamos estudar as necessidades do meio em primeiro lugar e depois, baseados nesses estudos, agiríamos de acordo. Era por isso que o departamento social

e estatístico tinha importância tão grande no nosso plano cultural” (ibid.). O sentido da iniciativa, ao assumir uma justificativa racionalizadora e tecnocrática para as ações que pretendiam desenvolver traduzia-se numa inovação para os padrões administrativos patrimonialistas e clientelistas processualmente instituídos e presentes no início do século XX no Brasil. “Era naquela época um conceito absolutamente novo e revolucionário em matéria de administração. [...] A administração naquele tempo dependia da iniciativa pessoal dos presidentes e prefeitos” (ibid). Essa mudança modernizadora pressupunha conflitos políticos, mas, ao mesmo tempo, buscava justificar-se como moderna e racional, enquanto projeto, perante a razão pública. Para tanto, a subdivisão de Documentação Social e Estatística Sociais contava com a direção de Bruno Rudolfer, professor da Escola Livre de Sociologia e Política, “Colaborador de Sérgio Milliet, chefe da Divisão, os dois atiraram-se imediatamente às pesquisas sociais da cidade de São Paulo” (DUARTE, 1982, p.98). Sob o incentivo de ambos, foram promovidos estudos sobre o padrão de vida de operários; de lixeiros; cadastro de contribuintes; pesquisas sobre qualidade da carne; preço do gado; demografia; transportes urbanos; parques infantis; nacionalidade e ascendência dos paulistanos e custo de vida (BARBATO JUNIOR, 2004). Contribuições que uniam as faculdades do saber a um diagnóstico da situação social e à resolução prática desses conflitos, gerida, o que se enquadrava a um projeto de poder, mas também às preocupações relativas à “renovação de mentalidades”. De acordo com Duarte (ibid., p.98):

“As atribuições dadas pelo ato 1146 à **Subdivisão de Documentação Social** eram a de **promover e realizar o levantamento das situações sociais e econômicas do Município**, coligindo e publicando **mapas, dados estatísticos**, esquemas, gráficos que permitissem estabelecer **um retrato do grande núcleo municipal**, em todos os campos de atividade; proceder a **inquéritos e pesquisas sobre os padrões de vida** em São Paulo, especialmente da família operária, para **estudo e solução racional dos problemas** relativos à produção e ao custo dos víveres, aos transportes, à assistência, ao cooperativismo, às habitações coletivas e a outros similares; **coordenar e elaborar dados de fontes públicas ou particulares; colaborar com a administração municipal na uniformização e racionalização da colheita de elementos e estudos sobre problemas sociais**; na organização de pesquisas e inquéritos sociais; organizar as estatísticas municipais, as de recenseamentos inclusive, e os quadros gerais dessas pesquisas completadas por fontes oriundas da administração pública municipal, estadual ou federal” (negritos meus).

Nesse sentido, a relação de Milliet com o Departamento de Cultura representava um propósito ético, um projeto de busca pela efetividade da resolução dos problemas da cidade através de uma forma mais qualificada de racionalidade na gestão. Barbato Junior (2004), por

exemplo, identificou esse vínculo numa crítica de Milliet ao livro *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Hollanda, escrita em momento no qual já exercia o seu cargo de diretor da Divisão de Documentação Histórica e Social. Pista essa que se refere à relação entre ética e sociologia, compreendida por Bastide (1972) como a motivação primeira no trato com essa perspectiva do saber. No comentário, chamou-lhe a atenção que “Milliet solicita ‘princípios norteadores’ capazes de respaldar as ações futuras” (BARBATO JUNIOR, 2004, p.125). Assim, o projeto presente nas sugestões do livro, no sentido de que ao Brasil caberia o projeto de uma “revolução democrática”, lhe pareceu pouco objetivo perante os desafios imperiosos do presente. “Mas à exceção de raras sugestões a propósito da divisão político-administrativa do país, da necessidade de incentivar o espírito de hierarquia e de disciplina, nada apresenta de positivo” (MILLIET, 1938, p.52). Na crítica à Buarque de Hollanda, cremos, repousa a fundamentação de sua atividade sociológica que pretende vincular-se a propósitos capazes de unir, tal qual sua Divisão do Departamento de Cultura, uma racionalidade capaz de vincular-se a uma prática de gerir os problemas sociais:

“Bem sabemos que a Sérgio Buarque de Hollanda repugnam os programas e atitude dos que ‘acreditam sinceramente que da sabedoria e sobretudo da coerência das leis dependem diretamente a perfeição dos povos e dos governos’. **Não nos parece os que assim pensam tão errados. Mesmo porque a sabedoria das leis e a sua coerência se ligam intimamente à compreensão da realidade econômica.** Por outro lado, nunca é demais lembrar que **as leis sábias modificam a realidade indesejável para o bem maior da coletividade.** Se fossemos esperar no Brasil que a realidade alcançasse o nível das leis sábias para decretá-las, só as teríamos impostas pelas revoluções. **E estas revoluções que desejamos evitar, pela orientação inteligente dos governos, criariam também, em extremo oposto, leis iníquas e incoerentes.** Se não devemos nunca esquecer a realidade, tão pouco nos cabe obedecer-lhe submissos. **Compete-nos força-la sempre no sentido do ideal mais humano e racional**” (ibid., p.53; negritos meus).

Sobre as “revoluções”, a que Milliet alude, cabe lembrar que para além do clima internacional convulsivo dos anos trinta, a “renovação das mentalidades” que ele saudava e procurava estimular se tornava desejável no sentido de estabelecer uma estratégia política capaz de prevenir os traumatismos das convulsões de 1930 e 1932. Por outro lado, Cardoso (1982, p.177) nos fornece aspectos da forma como essa intenção administrativa de Milliet, noutra ponta, irmanava-se aos propósitos dos projetos de poder da “Comunhão Paulista”, que via na Universidade, mas também na Escola Livre de Sociologia e Política e no Departamento de Cultura, uma forma de disputarem corações e mentes com as demais forças políticas em jogo. “A Universidade deve expressas neste momento o projeto nacional da Comunhão, mas

deve também forjar a resistência democrática contra as forças extremistas [...]”. Em depoimento, numa elegia a Fábio Prado, Milliet recorda-se, já ao final da vida, das iniciativas em torno do Departamento e, ali, ressalta aspectos dessa interdependência presentes na sua perspectiva:

“Não sou eu o mais indicado para falar da criação do Departamento de Cultura, de iniciativa de Paulo Duarte, que teve como colaborador principal Mário de Andrade. Qual o mérito então de **Fábio Prado**, não de indagar. O de ter compreendido o alcance daquilo que **se apresentava como um prolongamento da Universidade**, obra essa ideada por **Júlio de Mesquita Filho** e levada a cabo pelo **grande estadista que foi Armando de Salles Oliveira**. **O que ambos entenderam, e bem mostra a visão desses homens de categoria excepcional, foi que uma civilização não se constrói sem quadros intelectuais e que cumpre formá-los dentro do próprio ambiente em que terão de agir, na obra do conhecimento de uma realidade e de sua afirmação no mais alto nível**” (MILLIET, 1963, p.35; negritos meus).

De todo modo, até o ano de 1937, os projetos do Departamento de Cultura vinham se desenvolvendo sob essa diretriz com estabilidade. Mesmo enfrentando, de acordo com a narrativa de Duarte (1982), alguns problemas com a opinião pública alinhada aos interesses da oposição em São Paulo, que acusavam o órgão de ser uma cabine de empregos do governo através de falas que duvidavam da lisura de Mário de Andrade e que compreendiam a nomeação de Sérgio Milliet como nepotista. Ainda assim, nesse ano, Milliet e Moraes foram escalados para representarem o Departamento de Cultura no Congresso de População em Paris. “Vai o Departamento de Cultura projetar-se internacionalmente e de maneira direta. Recebeu ele um convite para participar das atividades culturais que fazem parte do programa da Exposição de 1937, de Paris” (DUARTE, 1977, p.182). Em carta, Milliet escrevera a Duarte. “O Congresso me assusta. Hoje vi no programa a minha tese com o nome do relator 'Milliet da Costa e Silva, São Paulo. O cabelo caipira arrepiou ao lado dos maiores técnicos do assunto!’” (ibid., p.240). O estudo apresentado, *A representação dos fenômenos demográficos* (1937), valeu-lhe, de acordo com a narrativa de Duarte (1972), uma menção honrosa. Ao longo da viagem, Moraes (2011, p.253) anota em seu diário íntimo algumas impressões relativas à dependência política do Departamento de Cultura da política paulista sob a tensão das expectativas em torno da candidatura de Salles Oliveira para a presidência da República em 1938:

“Conversando com o Sérgio [Milliet] disse ‘estamos garantidos no nosso trabalho por mais uma presidência’, **Se o Armando Sales for eleito o Paulo Duarte faz ele realizar nosso programa e se for o Zé Américo o Gilberto**

[Freyre] **agir**á. Durmo hoje sossegado e feliz com as possibilidades ‘culturais’ para o futuro... **Se não houver revolução!**” (negritos meus).

No entanto, houve a “revolução”. E, com ela, veio o processo que culminou na institucionalização do Estado Novo. Desmontada a estrutura política, foram interrompidas as construções em torno do projeto de institucionalidade da oligarquia paulista em torno de Salles Oliveira. Ressentido, Duarte (1982, p.35) registrara em suas memórias o impacto do golpe: “No ano seguinte, ano maléfico para o Brasil, para S. Paulo, para o Departamento de Cultura e especialmente para Mário de Andrade, começaria a grande tragédia”. Diferentemente do Departamento de Cultura e da Escola Livre de Sociologia e Política, a configuração da legislação em torno da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade de São Paulo fez com que ela fosse relativamente poupada do desmonte político que as outras iniciativas sofreram depois das alas adhemaristas, base política de Vargas em São Paulo, alçarem o poder. Milliet, diferente de outros modernistas, adaptou-se na medida do possível ao novo cenário, mantendo-se na chefia da Divisão de Documentação Histórica e Social até o ano de 1943, quando é transferido para a Divisão de Bibliotecas, tornando-se diretor da Biblioteca Municipal. O que viria a reestruturar as perspectivas da sua carreira e a afastar-lhe das atividades sociológicas e de suas possíveis pretensões nessa carreira.

CAPÍTULO III: RASTROS DA TRANSITORIEDADE, DO HOMEM-PONTE À PONTE DINAMITADA.

3.1 Aspectos da ponte dinamitada

Para Sérgio Milliet (1936, p.69), “a vida é uma absurda equação cujo único termo conhecido é a transitoriedade”. Diante desse processo, restaria ao ser humano moderno apegar-se ao “[...] aproveitamento egoísta ou [a]o seu emprego na realização de um ideal coletivo” (ibid.). Milliet, que tantas vezes viu nessa segunda uma “sublimação de complexos” a se desconfiar, prefere ficar com ela em detrimento da primeira. “Se a vida é transitória, que seja ao menos empregada em benefício da coletividade menos transitória” (ibid., p.70). Sua obra foi, em muitos aspectos, marcada por essa perspectiva, também muito presente em sua trajetória. Marcado por ser um mediador entre diferentes aspectos e atividades da vida, Milliet foi vínculo entre o modernismo francês e o modernismo brasileiro; entre a geração dos modernistas e a dos novatos de formação universitária; entre o Departamento de Cultura e a Escola Livre de Sociologia e Política; bem como entre as diversas atividades nas quais incursionou e que fizeram de seu perfil intelectual, tingido pela falta de contornos, um personagem híbrido. De acordo com Paulo Duarte (1972, p.22):

“Como se vê, no jornalismo, como em tudo, Sérgio foi também personagem transitória. Fazia incursões e excursões, sempre brilhantíssimas, pelos vários sertões da atividade intelectual da prosa, da poesia, do jornalismo, da sociologia, da história, da crítica. Só permaneceu fiel à sua angústia, velha e inseparável companheira, sempre presente às mais pequenas minúcias de uma existência inquieta e insatisfeita, orvalhada de traumas” (negritos meus).

O caráter híbrido de Milliet, atento à curiosidade elaborada sistematicamente e sensível às manifestações estéticas, fez dele alguém que se destacou por circular entre os ambientes acadêmicos e os artísticos, o que lhe garantiu, por exemplo, a fama de antecessor entre a geração reunida em torno da revista *Clima*. Aberto às produções e inquietações desses jovens, disposto a acolher e reconhecer suas manifestações, essa característica de disponibilidade, predecessora e mediadora, garantiu-lhe o epíteto de *homem-ponte*, elaboração de Antonio Candido (1945) presente no seu depoimento para o inquérito *Plataforma de uma geração*, idealizado por Milliet e elaborado por Mário Neme (MOTA, 1985). No seu texto, Candido considera que não houve um intelectual nacional modelo para a sua geração, mas que

houve alguém especialmente próximo dela:

“Falo de Sérgio Milliet: sua inteligência essencialmente analítica, da sua crítica de arte e de livros, da sua orientação **sociológica**, dos **estudos sociais que empreendeu**. Sérgio Milliet foi, de todos os de Vinte-e-Dois, aquele que mais agudamente representou a crítica e as tendências de sistematização intelectual. **Por isso é como que uma ponte entre eles e nós. E por isso o respeitamos tanto**” (ibid., p.35-36; negritos meus).

Anos mais tarde, Candido (2005[1978], p.18) afirmaria que a caracterização não foi bem recebida por Milliet, “conceito que o perturbou, ora inquietando-o, ora fazendo-o pensar sobre a sua função na vida intelectual do tempo. Nós estávamos na casa dos vinte e ele na dos quarenta”. Há um depoimento no qual Milliet (1981[1945], p.7) ironiza a caracterização com delicadeza. “Desejaria mesmo escamotear uma dezena [de anos] [...] para fugir à classificação de *homem-ponte* com que me honrou a nova geração. As pontes se dinamitam nas retiradas e a perspectiva não me entusiasma”. Anos mais tarde, já ao final da vida, Milliet (1967, p.50) debruçou-se sobre a obra de Sérgio Buarque de Hollanda, de quem fora próximo, e, nessas considerações, também pensou a respeito de si mesmo. “Eu cultivava o mundo boêmio e o jornal já me tentava, enquanto ele só mais tarde trilharia o caminho da imprensa. Para nós, os menos de 22, ele pertencia ao grupo dos grandes, dos sérios, embora fosse dos mais jovens”. Assim, comparou o seu despojamento, reconhecido em si mesmo, com a carreira ansiada pelo companheiro. “Não pensávamos em academias, éramos iconoclastas, não raro pelo simples prazer da polêmica, e nunca nos houvera passado pela cabeça que acabaríamos em alguma Academia” (ibid.). Na ocasião, abordou mais uma vez a temática do *homem-ponte*:

“Houve por bem, certa vez, **o jovem já acatado crítico Antonio Candido definir-me como um homem ponte entre a geração de 22 e a chamada geração de ‘Clima’**. É a Sérgio Buarque em verdade que cabe a **classificação**. Já tinha ele em nossos tempos heroicos as características que seriam mais tarde as do ‘chato-boys’, na expressão de Oswald de Andrade: **a seriedade, o pudor, o ardoroso desejo de entender o nosso País, e explica-lo, a fim de que um dia alguém o pudesse consertar**. Os estudos áridos que o interessavam pareciam-nos indignos de revolucionários. **E enquanto nos preocupávamos com demolir poetas do segundo time, ele acumulava um fundo de conhecimento invejável**. Já era um **universitário num momento em que aos jovens a palavra soava rebarbativamente**. E por que? Porque, na realidade, não sabíamos nada. Éramos deliciosamente ignorantes e foi com Sérgio Buarque e com Mário de Andrade que aprendemos, não sem alguma relutância, a meditar. ‘É preciso saber ler Homero’, berrava Mário de Andrade; e **Sérgio gritava: ‘é preciso saber sociologia’**. Creio mesmo que foi ele um dos primeiros entre nós a dedicar-se a essa disciplina, **o que só viemos a fazer após o malogro de**

1932, conscientes da fragilidade de nossos quadros” (ibid., p.50-51; negritos meus).

Mesmo colocando-se noutra perspectiva diante de Buarque de Hollanda, Milliet reconhecia a importância das Ciências Sociais na sua formação e nas suas atividades. “[...] o ponto central de minha atividade é a sociologia. História, pesquisas, crítica de arte ou literária, ligam-se, fortemente, a esse núcleo” (MILLIET, 1971). Para ele, o sentido dessa aproximação, a nível formal, perpassa a compreensão de que uma das especificidades que caracterizam a modernidade é a sua fragmentação. “Já se foi a época do literato ‘inspirado’, do ‘gênio criador’ espontâneo” (ibid.), compreendeu. “Na sociedade complexa em que nos é dado viver, o literato é um estudioso, antes do mais. E maior será a sua importância quanto mais aprofundadas se revelarem suas leituras” (ibid.). Essa noção é fundamental para a compreensão do significado em torno das atividades de Milliet. Não apenas a respeito de sua produção como sociólogo, mas também como um crítico de literatura. Uma vez que, ancorado em uma perspectiva supostamente cética, ele guardará como premissa única de suas avaliações a crítica às fórmulas. Ou seja, a crítica ao conhecimento instituído como um consenso tomado como um dado óbvio por grupos de interesse fechados em seus próprios valores.

No entanto, não é só de perspectivas éticas como essas que se faz uma trajetória. Duarte (1976, p.62) conjectura motivos financeiros pelos quais Milliet não aceitou uma proposta de emprego na Universidade de São Paulo, capaz de elevá-lo, com o tempo, supostamente, a um cargo docente. “Eu queria que Sérgio fosse para a Universidade prestes a ser inaugurada, como seu secretário. Seria porta aberta para tornar-se professor em breve tempo, pois ele daria um excelente professor de literatura brasileira ou mesmo francesa”. No lugar, Milliet prefere efetivar-se na biblioteca da Faculdade de Direito. Milliet foi convidado por Alcântara Machado pai para ser bibliotecário da Faculdade de Direito em 1932. No cargo, promoveu a reforma bibliotecária da Faculdade de Direito. Tais atividades serviram de experiência que precedeu a sua futura direção da Biblioteca Municipal Mário de Andrade. “É verdade que o que lhe oferece Alcântara Machado – acumulação com outras funções – lhe dará vencimentos maiores e o Sérgio precisa ganhar mesmo mais”. Ainda assim, considera que “Preferir um cargo público a uma cátedra universitária é burrada daquelas”. Soma-se à perspectiva dos ordenados acumulados desavenças com o reitor. “Ademais ele se julga incompatibilizado com Reinaldo Porchat que vai ser o primeiro reitor da Universidade”.

A preferência pelo acúmulo de funções profissionais sugere em Milliet uma

inquietação em torno da busca por recursos financeiros que, de certo modo, oferece indícios para a compreensão de sua trajetória marcadamente fragmentada, sob o signo da transição em diferentes áreas. Compreende-se disso que o seu envolvimento com as Ciências Sociais, através da Escola Livre de Sociologia e Política e da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura, só foram possíveis por causa dos vínculos econômicos que admitiam incursões profissionais de dedicação não exclusiva. Talvez, como sugere Duarte, se Milliet tivesse aceitado a oportunidade de criar vínculos aprofundados com a Universidade de São Paulo, seus trabalhos tivessem se voltado, de outro modo, para a literatura. No oitavo volume do seu Diário crítico, Milliet (1981 [1951], p.116) chega a abordar a questão da contratação de professores estrangeiros na Universidade de São Paulo quando seu amigo Bastide recebeu o título de doutor *Honoris Causa*:

“A Universidade de S. Paulo foi feliz na escolha dos seus professores estrangeiros. Havia a possibilidade de uma tomada de assalto das cátedras pelo tecnicismo estrepante. A turma de franceses, italianos e alemães que para aqui veio evitou o erro irreparável. Em dez anos de presença e de ensinamentos ela formou uma geração universitária equilibrada, que dentro em pouco estará governando o País ou por sua vez transmitindo o que apreendeu aos mais jovens, que vêm de um ensino secundário lamentável. Roger Bastide está nessa turma desde o início. Acompanhou de perto a nossa luta, esforçou-se conosco por levar avante a constituição dos nossos quadros intelectuais. Foi-nos um guia de primeira ordem e continua na primeira linha de batalha. Em nenhum instante nos abandonou, preferindo o árduo trabalho pioneiro entre nós às honras e vantagens que tivera voltando para a sua terra. Nós lhe somos muito gratos, nós lhe ficamos devedores de muito ainda. Seu saldo não se cobre com o diploma de professor ‘Honoris Causa’, mas o pagamento simbólico de nossa dívida é sinal de que a reconhecemos” (negritos meus).

Em entrevista, certa vez, ao ser inquirido sobre a conciliação de suas atividades relacionadas à literatura e à sociologia, Milliet lembrou o entrevistador da especificidade de suas funções e do impacto delas no seu trabalho. “Você não deve esquecer-se, meu caro, dos meus estudos de ciências econômicas e sociais na Universidade de Genebra... Nem de minhas funções burocráticas” (MILLIET, 1971). A dinâmica aberta da sua trajetória sugere uma curiosa assimilação, marcada por continuidades e descontinuidades, de um intelectual de transição, à moda dos clássicos pré-especialização do pensamento e às dinâmicas da divisão social do trabalho intelectual. Ao gosto de como se referia a si próprio, como pertencente a uma “geração sacrificada”. A perspectiva, que acentua seu caráter híbrido, o coloca entre a tradição universitária e a tradição dos eruditos “sem profissão”. Em escritos tardios,

publicados numa época em que os novos contornos da produção de conhecimento já estavam delineados, Milliet (1981[1959], p.33) manifestou-se a respeito da especialização:

“Sempre me aborreceu – e muito – não poder dedicar-me a uma só tarefa, já porque a vida me obrigou, por mil motivos que não vêm ao pelo, a um contínuo desdobramento de atividades, já porque minha própria curiosidade me levou a bisbilhotar a cultura em seus diversos setores na esperança de um enriquecimento capaz de me permitir tudo entender e criar. Explicam a inquietação, o meu amor à vida, por um lado, e, por outro, uns resquícios prováveis da mentalidade do imigrante (somos tão imigrantes ainda, mesmo com 400 anos!) que deseja acumular rapidamente para depois gozar. No caso, acumular cultura a fim de um dia criar alguma coisa” (ibid., p.35-36; negritos meus).

Com a ironia familiar ao gosto do poema-piada⁷, que criticara no início dos anos trinta, Milliet dá prosseguimento ao seu testemunho sobre o lugar ocupado pela transitividade de sua trajetória diante da ascensão progressiva da divisão social do trabalho intelectual:

“Sempre sonhei, contrariando essa minha tendência para meter o nariz, não em todos, mas em muitos terrenos das artes e das letras, da sociologia, da história, da psicologia, sempre sonhei especializar-me. Envergonhava-me não dizer, com o herói de Anatole France, ‘ceci n’est pas dans ma vitrine’, isso não é da minha alçada, pois sentia, neste ‘século de luzes’... de cabeceira, que **laborava em tremendo erro insistindo em manter acesas as lâmpadas todas da casa.** Ignorava a especialização não-especializada, que imaginava só existisse para o uso dos líderes políticos, dos donos de um eleitorado semi-analfabeto. Submeto-me, hoje, a rigorosa autocrítica, verificando que careci de dialética. **E se lamento o prestígio perdido durante os anos em que esqueci de me intitular especialista, regozijo-me com poder fazê-lo, doravante, sem temor ao ridículo**” (1981[1959], p.34; negritos meus).

A vocação para os múltiplos interesses fragmentados que aglutinou os afazeres de Milliet aparece de maneira expressiva em seu pensamento sob a forma de uma cisão, de Outro nele próprio, perspectiva figurativamente esquizofrênica. Na mesma entrevista que citamos anteriormente, afirma: “Houve sempre duas personalidades distintas dentro de mim” (MILLIET, 1971). Diante da estranheza do entrevistador, explicou-se: “Duas personalidades distintas. De um lado, a do poeta, a do sentimental. De outro lado, a do crítico. Levaram muitos anos para se entenderem e se acostumarem a viver juntas” (ibid.). Em seu primeiro livro *Terminus seco e outros cocktails* (1932) – e desta vez realmente sob a influência das ocorrências em torno da Semana de Arte Moderna –, essa dualidade, que expressa tendências

distintas de suas vocações em conflito, ganha forma literária. O capítulo que as abriga chama-se *Divagações sobre a moral*, tema seminal a respeito dos interesses que o teriam levado à sociologia. Nele, mescla-se um formato narrativo e bem-humorado a uma perspectiva reflexiva e dialógica na qual Milliet trava um diálogo consigo mesmo ao evocar um “amigo filósofo” imaginário:

“**Meu amigo filósofo tem as faculdades indutivas e dedutivas um tanto exageradas.** Daí aquele seu **desprezo pelas coisas poéticas** e, especialmente, por todos esses preconceitos e hábitos mais ou menos atávicos, que tornam a vida passável debaixo da orientação espiritual burguesa que ainda norteia a sociedade” (MILLIET, 1932, p.217; negritos meus).

Milliet afirma nessas divagações que a vocação metafísica e racionalista de seu “amigo filósofo” levou ambos a discutirem sobre o sentido da moral. De acordo com a concepção ali posta, compreendem-na como um conceito variável, sem valor intrínseco, vinculado à ciência – no sentido de uma ética – das perspectivas pessoais relativas cuja finalidade seria afirmar-se como “[...] uma arma defensiva dos interesses individuais ou coletivos, paralela à evolução das civilizações” (ibid., p.220). A assertiva é concebida no sentido de que coexistiriam diversos valores contemporaneamente entre comunidades distintas, as quais teriam em comum a função de garantir uma coerção e uma coesão sociais, pautadas na internalização de uma normatividade. “E sem a carapaça do preconceito moral a sociedade se abisma na mais intrincada anarquia” (ibid., 221). No entanto, nesse afã, as morais seriam responsáveis por estabelecerem fórmulas de conduta próprias que resultariam em conflitos permeados pela ausência de um reconhecimento das alteridades na afirmação de seus próprios valores:

“À medida que evolui, **a sociedade abandona a concepção primitiva da moral pessoal para adotar outra que satisfaça cada vez mais a coletividade.** A primeira passa para um plano secundário; a pouco e pouco perde suas raízes, murcha e morre. Como, porém, **cada civilização,** isoladamente, acredita verdadeira e única a moral de seu estágio evolutivo, ipso facto encara pelo seu prisma particular as **suas congêneres e as julga inferiores ou degeneradas.** E, como não pode existir, no mesmo momento, um conjunto de civilizações do mesmo grau, **impossível** se torna, também, **a unificação da moral**” (ibid., p.219; negritos meus).

⁷ “Piada? Não teria o mau gosto de brincar com assuntos tão sérios, sobretudo em um momento em que se veem tão austeramente desprezados” (ibid., p.34).

É curioso como essa perspectiva faz ecoar os conflitos sociais de seu tempo. Milliet a publicou antes dos levantes de 1932, mas já testemunhara a Europa da Primeira Guerra Mundial. Mantida como teor ao longo da sua obra, a assertiva toma outros contornos, mas permanece presente na medida em que Milliet envolve-se com a sociologia, sobretudo sob a influência da Escola de Chicago com os conceitos de “folkways” e “mores”, de Sumner, e da teoria da marginalidade social, de Stonequist. Diante deles, a opinião é reformulada, mas mantém traços essenciais. O livro *Marginalidade da pintura moderna* (1942), escrito dez anos mais tarde, por exemplo, trará abordagem semelhante ao propor que a transformação dos valores artísticos se relaciona aos momentos históricos mais ou menos tolerantes da civilização.

Na conclusão do capítulo, em diálogo com seu “amigo filósofo”, Milliet assume o sentido social da moral como uma forma violenta de defesa: “[...] explique o nosso horror intuitivo, atávico, pelas teorias extremistas e primitivistas que perturbam a nossa paz de espírito, conquistada após tantos séculos de instabilidade” (MILLIET, 1932, p.220). Acreditamos que, enquanto manteve-se encantado com ela, a sociologia norte-americana assumia para Milliet a promessa de promover uma postura verdadeiramente científica, adversa aos dogmas fechados das certezas, de forma a representar um instrumental para compreender a pluralidade dos valores morais da sociedade. Candido (2005[1978], p.24) chega a admirar e a lamentar a ingenuidade nessa postura: “Chega a ser tocante a confiança que adquiriu e manteve durante muito tempo nos conceitos que mencionei acima, e em pressupostos teóricos básicos, como se tivesse chegado a uma fé desprovida de certeza”. Nesse sentido, a sociologia de teor positivo iria, surpreendentemente, ao encontro de reforçar seus propósitos humanistas:

“Devemos, em verdade, cultivar com carinho essa ciência nova da sociologia, tão cheia de revelações admiráveis. **Mas cabe-nos cultivá-la com o intuito de permitir soluções e teorias construtivas e não esterilmente como acadêmicos de um novo tipo, mais interessados no espetáculo dos processos que no objetivo de um fim moral.** Permanecemos humanos” (MILLIET, 1981[1944], 38; negritos meus).

Florestan Fernandes nos fornece, em depoimento, um elemento muito pertinente para refletirmos a respeito dos motivos pelos quais Milliet foi marcado por uma trajetória fragmentada, que também o teria levado a abandonar uma possível carreira na área das Ciências Sociais. O argumento ganha peso quando o relacionamos ao vínculo que manteve e desfez com a Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura.

Mesmo longo, consideramos pertinente transcrever o parágrafo em sua inteireza, uma vez que ele é pouco conhecido e fornece argumentos que reforçam a disponibilidade que Milliet manteve com escritores e pesquisadores jovens. Essa anedota comprova, de maneira determinante, sua presença na consolidação da carreira de Florestan Fernandes (1995, p.6) como sociólogo:

“Bastidinho me levou também ao Sérgio Milliet, para ver se ele me arranjava um emprego na Biblioteca Municipal, porque ele achava que eu não devia continuar fazendo o que eu fazia (nessa época eu já estava fazendo propaganda de dois remédios, Iodobisman e Tropholipan). Eu achava que o que eu fazia era uma excelente ocupação, porque eu tinha de fazer oito visitas diárias e só numa manhã, em um hospital, fazia 15, 20 visitas. Aqui era uma mina para um estudante. Eu ganhava mais que um assistente na Faculdade de Filosofia e dispunha de mais tempo que ele para trabalhar para mim, para estudar. Bom, mas quando o professor Bastide pediu o emprego para mim, na minha frente, eu fiquei totalmente envergonhado. Se eu pudesse me enfiar embaixo do tapete eu me enfiava. **E o Sérgio Milliet, muito amigavelmente, disse: 'Florestan, não queira ser funcionário público.** Eu posso arranjar um emprego para você aqui na Biblioteca, e já. **Mas lhe dou um conselho: não queira ser funcionário da Biblioteca. Você arranja um emprego e acaba com a sua vida. Eu lhe ofereço uma coisa melhor: você vai colaborar n'O Estado de S. Paulo.** Tendo necessidade, nós descontamos os artigos com antecedência. Você pode escrever mais artigos que outros colaboradores, e por aí você resolve os seus problemas'. Eu agradei. De repente, eu tinha a oportunidade de escrever no jornal *O Estado de S. Paulo*” (negritos meus).

De acordo com o testemunho de Fernandes, Milliet desencoraja o jovem sociólogo a seguir os caminhos do funcionalismo público. Como quem procura aconselhar os menos experientes, disponibilizou-se a aproximá-lo de uma atividade melhor adaptada à sua profissão, capaz de garantir-lhe prestígio público, o que lhe estimularia a seguir no caminho das suas atividades acadêmicas. Em contraste, caso a trajetória de Milliet o tivesse direcionado a uma profissão melhor vinculada à pesquisa científica – ao especialismo, portanto –, talvez a sua produção a partir de meados dos anos quarenta tivesse seguido outro rumo. Nesse sentido, esses acontecimentos ocasionais, relativos às vicissitudes da vida que condicionaram a obra de Milliet, talvez sejam mais relevantes para a compreensão da sua trajetória do que alguma forma de preferência ou identificação epistemológica, como depôs Bastide (1972).

Possivelmente sequioso de um lugar que correspondesse ao seu hibridismo, o perfil que guiará a obra e a trajetória de Milliet a partir do seu progressivo afastamento das Ciências Sociais como profissão o levará para a produção de notas de rodapé sobre crítica de literatura,

perspectiva que também condicionada à sua profissão como cronista do jornal *O Estado de S. Paulo* e que a publicação dos dez volumes do *Diário crítico* (1945-1959) registra. Ainda assim, os acontecimentos vieram a calhar de maneira confortável com alguns dos seus valores pluralistas, uma vez que considerava os pressupostos da sua crítica não normativos, vistos como um pretexto para um debate informal e não dogmático. Sobre essa perspectiva, Milliet justificava-se evocando a liberdade de, por exemplo, elogiar ou encontrar bons versos em maus poetas (MILLIET, 1981[1944]). Assim, poderia extrair lições referentes a sua posição marginal contra o formalismo das instituições de pesquisa. “Como hão de os acadêmicos querer a discussão, se a discussão pode abalar os alicerces em que assenta sua força?” (MILLIET, 1957, p.21).

3.2 A sociologia como ciência da administração pública

A atividade sociológica de Milliet tem início e sentido, como vimos, ao relacionar-se, sobretudo, à sua atividade como diretor-chefe da Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura do Município. Na ocasião, seus estudos sociais se subdividiram em duas perspectivas: a primeira, de pequenos comentários e estudos curtos sobre aspectos da história de São Paulo na época do Império, tendo em vista o seu acesso aos documentos da Divisão de Documentação Histórica e Social; e a segunda, também relacionada à primeira perspectiva, mas mais relacionada a aspectos da racionalidade técnica do Departamento de Cultura, munido dos recursos de fiscalização estatística, bem como das suas parcerias com a Escola Livre de Sociologia e Política, que, ao lado de Bruno Rudolfer, garantiam-lhe mão-de-obra especializada para o desenvolvimento de pesquisas empíricas pautadas por uma ótica que valorizava a demografia como instrumento eficaz de compreensão dos fenômenos sociais. No entanto, vale lembrar, o período a que se refere a primeira parte da produção sociológica de Milliet corresponde ao período pré-Donald Pierson da Escola Livre de Sociologia e Política.

Há dois livros que abrigam a sua produção sob esse prisma, *Roteiro do café e outros ensaios* (1946[1938]) e *Ensaio* (1938). No primeiro, Milliet relaciona os aspectos de análise descritos às condições contextuais que fizeram do estado de São Paulo uma potência capaz de abrigar na sua capital uma realidade cosmopolita, de originalidade americanista, oriunda dos saltos sociais advindos do complexo econômico da exportação de café. *Ensaio* (1938), entretanto, configura-se como uma obra de aspecto mais fragmentado, de forma a antecipar as tendências que se configurariam no *Diário crítico* (1944-1959). No entanto, diferentemente

deste, *Ensaio* abriga as temáticas abordadas em quatro eixos: *brasiliiana, literatura e arte, documentação social e miscelânea*. Neste volume, consideramos que as atividades que mais o aproximam das atividades sociológicas de Milliet desempenhadas no período reúnem-se em torno do eixo *brasiliiana*, que reúne críticas de produções sociológicas da época e ensaios sobre São Paulo colonial. Muito embora a terceira seção chame-se *documentação social*, ela pouco tem a ver com as atividades desempenhadas pela Divisão de Documentação Histórica e Social, aproximando-se mais da crítica de literatura.

Nesse período, Milliet mirou modelos de pesquisa para a sua produção tendo em vista alguns exemplos de pesquisadores que lhe chamaram a atenção em São Paulo. Affonso de Taunay, a quem conheceu e admirou por causa dos estudos pioneiros sobre a relação entre o desenvolvimento do estado de São Paulo e o café, era um deles. “A história econômica do café é, aliás, um assunto apaixonante para qualquer paulista [...]. Tudo está por se fazer nesse campo. Salvo Afonso d’E. Taunay, ninguém se ocupou ainda seriamente do café” (MILLIET, 1971). Dele, utilizou as publicações como referência para análise dos processos e colheita de dados, bem como argumentos iniciais. Além de estabelecer a diretriz com que escolheria o tema do seu mais marcante volume no ramo das Ciências Sociais, o ensaio de fôlego *Roteiro do café* (1946[1938]) que, ainda com o autor em vida, seria editado em mais de cinco edições. “Taunay, que mais cuidadosamente estudou a história do café, que a estudou mesmo exaustissimamente, se chegou na análise regional do problema, não se preocupou entretanto com a parte demográfica” (ibid., p.8).

Além de Taunay, *Vida e morte do bandeirante* (1923) de José de Alcântara Machado, livro que chegou a prefaciá-lo, serviu-lhe de inspiração sobretudo como método de pesquisa e de articulação dos dados, uma vez que os estudos sobre os inventários e as análises das atas dos órgãos deliberativos constituíam uma das novidades que proporcionaram-no meios para que estabelecesse uma perspectiva de operação dos documentos históricos, disponíveis por causa da Divisão de Documentação Histórica e Social. Elogiava-o por “[...] esmiuçar os testamentos e inventários do século XVI e XVII, num esmiuçamento exaustivo de detalhes, à primeira vista insignificantes, mas essenciais ao conhecimento do padrão de vida no São Paulo colonial” (1946[1938], p.8). Milliet (1981[1946], p.16) comparava o livro de Alcântara Machado à *Retrato do Brasil* (1929) de Paulo Prado. “[...] o caráter clássico aparece. Desse ponto de vista, e no campo do ensaio histórico, só ‘Vida e morte de um bandeirante’ é possível com ‘Retrato do Brasil’ e ‘Paulística’”. No volume *Ensaio* (1938) Milliet chegou a escrever uma resenha crítica sobre a biografia que este escrevera para o pai. Considerou-a

insuficiente. “A biografia de Brasília Machado ainda está por completar-se, em que pese o belo ensaio do sr. Alcântara Machado” (MILLIET, 1938, p.102).

Outra influência para Milliet nesse período são os trabalhos de Roberto Simonsen, industrial envolvido na criação da Escola Livre de Sociologia e Política, cuja disciplina ministrada por ele resultara no livro *Histórica econômica do Brasil* (1937), utilizado como fonte de dados. “Certas questões ele analisou em profundidade pela primeira vez entre nós; o valor do ciclo do pau-brasil, o caráter capitalista da colonização, as condições de trabalho, a influência do comércio do gado”. Além disso, também elogia a forma da sua elaboração, principalmente por causa dos quadros de moedas convertidas. “Roberto Simonsen [...] num curiosíssimo quadro das moedas portuguesas, desde a fundação do Reino até 1826, consigna para o real, no período de 1621-1640, um valor aquisitivo em 1937 de \$228” (MILLIET, 1946[1938], p.177).

Por fim, mais uma referência fundamental para a compreensão dos estudos de Milliet dessa época perpassa a influência de Samuel Harman Lowrie, norte-americano da primeira leva de professores estrangeiros da Escola Livre de Sociologia e Política, cujas pesquisas na área da imigração em São Paulo e da questão negra foram utilizadas por Milliet. “Samuel H. Lowrie, nosso hóspede durante cinco anos, pesquisou com carinho o caso paulista e chegou à conclusão da existência de um preconceito racial assaz disseminado não só nas classes elevadas mas ainda em toda população da cidade” (MILLIET, 1981[1944], p.90). Além disso, “[...] Lowrie também foi contratado, pelo período de três anos, pela Prefeitura da capital como técnico de pesquisas sociais da Sub-divisão de Documentação e Estatística” (CERQUEIRA, 2010, p.45).

Gonçalves (1992) afirma que o ensaio *Roteiro do café* se caracteriza por relacionar dados históricos próprios ao desenvolvimento do estado de São Paulo ao crescimento demográfico, perspectiva tida como criativa na definição de critérios para estabelecer uma correlação entre a expansão dos ciclos do café – ou, noutro caso, ao número de alqueires. Podemos estender essa estratégia aos trabalhos congêneres de Milliet enquadrados nessa mesma categoria, uma vez que também faz parte dessa safra de produção os ensaios *Trigais de São Paulo* e *O desenvolvimento da pequena propriedade no Estado de São Paulo*, estudos complementares ao *Roteiro do café*, bem como seus apêndices, chamados de *Piracicaba* e *O problema do sul*. Todos esses estudos estão reunidos no mesmo livro. De acordo com Gonçalves:

“Este trabalho histórico-demográfico, fundamentado em dados coligidos de documentos da época, procura sistematizar o caminho percorrido pelo café e suas repercussões sobre a situação demográfica das zonas ocupadas, no período de 1886 a 1935. Leva em consideração o desenvolvimento cronológico da cultura do café no Estado de São Paulo, estabelecendo o zoneamento em obediência aos limites geográficos naturais ou às vias de penetração criadas pelo homem” (GONÇALVES, 1992, p.68; negritos meus).

No entanto, estabelecer os critérios de zoneamento para a análise dos dados consistia tarefa árdua, uma vez que os limites institucionais de definição do território eram diferentes de acordo tanto com a época quanto com os documentos coligidos. Milliet contornou o problema ao estabelecer critérios comuns de zoneamento entre os documentos, de forma que estes fossem capazes de garantir uma coesão às mutações temporais ocorridas na área que abrigava a dinâmica dos objetos, criando, assim, áreas-fantasia não reconhecidas como limites geográficos institucionalizados, mas que garantissem a fidelidade funcional para a observação dos fenômenos de acordo com os critérios estabelecidos. Dessa forma, separou o estado de São Paulo em sete regiões: *Norte, Central, Mogiana, Paulista, Araraquarense, Noroeste e Alta Sorocabana*. De acordo com Milliet (1946[1938], p.10):

“Tendo em mente o desenvolvimento cronológico da cultura do café em nosso Estado, torna-se possível estabelecer o zoneamento em obediência aos limites geográficos naturais ou às vias de penetração criadas pelo homem. A área permanecendo a mesma, a soma dos dados dos componentes torna-se comparável com a soma análoga de épocas anteriores” (negritos meus).

Da mesma forma que Milliet resolveu o problema para a pesquisa presente no *Roteiro do café*, ele também expressou a possibilidade de re-zoneamento como método de outra maneira na publicação *A representação dos fenômenos demográficos* (1937). “Muitos fenômenos sociais não são suscetíveis de observação tão rápida e evidente. Sua descoberta depende, em maior grau, da exatidão das medidas e da definição da unidade territorial” (MILLIET, 1937, p.214). Esse estudo, responsável por valer-lhe a menção honrosa no Congresso de Paris, foi publicado posteriormente no Brasil pela *Revista do Arquivo Municipal* e até agora ainda não consta publicado em livro. Nele, afirma que o estudo nasceu de um levantamento feito pelo Departamento de Cultura para compreender a densidade da população presente na Avenida Pedro I e, no entanto, teve resultados frustrantes que apontaram para um problema de método. Como São Paulo é uma cidade caracterizada por intensos processos de

transformação, o critério utilizado para refazer o zoneamento urbano, cujo sucesso foi compartilhado na referência, foi a unidade por quarteirão:

“Nessas condições o **recenseamento por quarteirões** pode, em muitos casos, **ser o mais adequado à reconstituição real das áreas comparáveis**. Ademais o emprego de informações estatísticas por quarteirões possibilita, como já dissemos, muito melhor do que quaisquer outros métodos, mesmo baseados em unidades arbitrárias pequenas, a descrição das condições mais exatamente correspondentes à verdadeira distribuição geográfica dos fenômenos sociais. **Para exemplificação suponhamos uma queda brusca da densidade da população, ao passar-se de uma área de casas de apartamentos para a de um jardim público. Num cálculo que não se baseie nos dados positivos dos quarteirões o fenômeno pode perfeitamente desaparecer.** Mas os dados por quarteirões vão refletir com absoluta precisão a queda acentuada e esclarecer ao mesmo tempo o fator ‘áreas não construídas’” (MILLIET, 1937, p.215; negritos meus).

É possível encontrar ainda outros estudos de Milliet a respeito de fenômenos demográficos no livro *Ensaio* (1938) que abriga os artigos *Recenseamentos antigos* – também reproduzido em *Roteiro do café e outros ensaios* (1946[1938]) – e *Um recenseamento colonial*. Na primeira delas, reitera a perspectiva das dificuldades de operação no uso das áreas e pensa em termos de sedentarismo social em São Paulo. Além disso, compreende as especificidades relativas ao grau formal dos registros, tendo em vista uma relativa severidade na apuração por causa do peso das penas; fala a respeito das dinâmicas na vida social e institucional que decorreram das marcas desses documentos; bem como de alguns critérios de cálculo de dados; e pontua o impacto de novas ocorrências postas pelos períodos históricos emergentes. “Os recenseamentos antigos tinham inegavelmente cunho imediatista. [...] Nestes se deparam preocupações de ordem social e o desejo de um conhecimento objetivo das situações [...]” (MILLIET, 1938, p.32). Já no segundo estudo, que estabelece continuidade com o primeiro, Milliet relata perfis de recenseamentos do estado na época colonial; demarca na existência de tais documentos o germe de uma racionalidade burocrática e científica; enumera alguns pormenores, como relativo às precisões e imprecisões em relação às idades; bem como alguns contrastes. “O maior interesse apresenta, porém, para o sociólogo é, parece-me, a composição por idade da população” (ibid., p.38).

No prefácio à quinta edição do *Roteiro do café e outros ensaios*, Milliet (1946[1938], p.5) faz um balanço crítico do seu livro. Ao analisá-lo novamente à luz de um novo recenseamento, compreende incertezas. “A análise comparativa dos recenseamentos de 1920 e 1940 leva-nos, porém, à convicção de que grande parte de nossa desconfiança deve voltar-se para o censo de 1934”. Já afastado há anos da Divisão de Documentação Histórica e Social do

Departamento de Cultura, critica as estatísticas, mas poupa o método. “Como quer que seja, ante a precariedade das informações estatísticas, um reajustamento não teria maior significação. O estudo vale na melhor das hipóteses, como exemplo metodológico e documento histórico” (ibid.). Na contracapa dessa edição, Bastide faz um comentário que saúda a grandeza no livro por tratar-se dos esforços de um “Sociólogo que aprendeu a lutar contra os dados estatísticos, contra as interpretações ocasionais, contra a sociologia impressionista ao escrever o 'Roteiro do café' e a 'Pequena propriedade no estado de São Paulo' (O Estado de São Paulo, 8.1.945)”⁸.

Outro eixo de pesquisa de Milliet relevante no período é aquele a que Bastide (1972, p.32) refere-se como “contra-Freyre”. “Serge Milliet aurait ou être le Gilberto Freyre du sud du Brésil – ou, plus exactement (comme le montre la série de ses articles, intitulée ‘La formule de Martius’), le contre-Freyre du Brésil”. Bastide aponta que esses estudos foram pioneiros no sentido de contribuírem na denúncia do mito das diferenças raciais. “[...] il s’est attaché au problème de la mortalité du nègre pauliste, pour denoncer le mythe des différences raciales, et montrer que cette mortalité était l’effet des conditions sociales de vie ‘um sous-prolétariat de couleur urbain’” (ibid.). Os estudos a que Bastide se refere são *A fórmula de Martius* e *Demografia e eugenia*, publicados em *Roteiro do café e outros ensaios* (1946[1938]), e *O negro em São Paulo* (1942), inédito em livro publicado na revista do *Observador Econômico e Financeiro*. O primeiro artigo procura criticar o teorema de Martius, “[...] do mestiço brasileiro formado pela confusão de três raças” (1946[1938], p.145), de forma a ressaltar a especificidade dos imigrantes para a formação de São Paulo, e procura contrariar a generalização das assertivas de Freyre para a região de São Paulo e do sul do país. “O que o sr. Gilberto Freyre fez para o Nordeste precisa ser feito no Sul, em São Paulo e em Santa Catarina, no Rio Grande e no Paraná” (ibid., 147). Para tanto, apoia-se nos estudos de Lowrie sobre a imigração e já revela proximidade com Donald Pierson. Nesse ensaio, Milliet associa o crescimento da população negra em São Paulo com o desenvolvimento da cultura do café, o que diferiria da relação que o nordeste teria mantido com a escravidão:

“Tudo isso porém não basta para mostrar **a verdadeira situação dos negros em São Paulo**. Sendo São Paulo **o mais rico Estado brasileiro**, e o que maiores oportunidades oferece, é natural que para ele se encaminhem **os deserdados** de outras regiões. **Há uma grande imigração de pretos e mestiços para o falaz Eldorado paulista**. Vêm na esperança de melhorar a

⁸ Todos os esforços foram feitos para o acesso à transcrição original. No entanto, no acervo histórico do jornal O Estado de S. Paulo não consta a existência da edição referida. Muito possivelmente por tratar-se do período relativo aos conflitos políticos entre a família Mesquita e o Estado Novo.

vida, mas aqui os espera uma **rigorosa seleção social bem mais terrível que todos os males de suas terras de origem**. O peneiramento destrói os **mais fracos** e empurra os que ainda conseguem resistir cada vez mais para baixo até **estraçalha-los** por seu turno” (ibid., p.155; negritos meus).

Já o artigo *O negro em São Paulo* (1942) parte de pontos semelhantes de *A fórmula de Martius*. Transcrevendo, inclusive, trechos idênticos dos dois estudos. De todo modo, procura estabelecer uma correlação entre os comentários que fez a respeito da situação do negro em São Paulo, como uma crítica de Martius e Freyre, com os seus estudos demográficos zoneados. Utiliza-se, como método para estabelecer o contraste estatístico, dos números de natalidade e mortalidade da população negra. No entanto, assume que os dados estatísticos para a análise do tema são precários, uma vez que enfrentara problemas como a perspectiva da infidedignidade dos registros burocráticos documentados a respeito da categorização das “raças”. Ao final do artigo, faz um balanço bibliográfico sobre o tema e convoca Pierson para fazer considerações a respeito do estudo, que é complementado pelo comentário do professor catedrático. Há um trecho que é também reproduzido em *A fórmula de Martius* a respeito de uma pesquisa desenvolvida pelo Departamento de Cultura que apurou a situação higiênica dos negros em alguns bairros de São Paulo em que fala também sobre a sua visão a respeito dos imigrantes:

“Em um mapa da distribuição dos pretos na zona urbana da capital, executado pela sub-divisão de documentação social do Departamento de Cultura, vê-se que a sua maior concentração se dá nos bairros de Barra Funda e Bexiga. São zonas de cortiços, de condições higiênicas péssimas. O grande número de nati-mortos de cor indica também sérias deficiências de saúde dos pais. Mas tudo isso são fatores econômicos, fatores sociais, portanto, que aliás **poderiam ser melhorados pela ação inteligente da administração**, e que veem sendo melhorados de alguns anos a esta data. Sociais ou biológicos, tais fatores confirmam mais uma vez a tese, a que tanto tenho aludido, **da insuficiência da fórmula de MARTIUS para explicar a formação da população paulista**. A situação presente não atenua os fatos históricos. Em virtude de sua vida nômade e aventureira, **São Paulo prescindiu do negro na época colonial e, quando ele podia tornar-se necessário, a imigração estrangeira o eliminou**. Em nosso Estado a população branca vem não só substituindo a mestiça e a negra, mas ainda **esmagando-as pela prolificidade mais elevada e pelo relegamento delas para a mais baixa, a mais miserável camada da sociedade**. É sabido, de resto, que, se em outros lugares do Brasil o mulato alcançou cargos de destaque, e, em geral, escalou com relativa desenvoltura a pirâmide social, **em São Paulo isso só aconteceu ocasionalmente e somente em função de grandes dotes de audácia e inteligência dos vencedores**” (MILLIET, p.1942, p.63; negritos meus).

Se os estudos de Milliet a respeito da população negra mostram disposições avançadas a respeito da temática para os padrões da época, conforme subscreve Bastide (1972), eles não se colocam, entretanto, de forma radicalmente inovadora diante dela. De certo modo, esse traço perpassa as vicissitudes próprias à utilização comum da Escola Livre de Sociologia e Política no período de um método quantitativo sem a devida elaboração conceitual (MENDES, 2012) ou, conforme expressou Candido (2005[1978], p.2), a posição de Milliet “[...] demasiado flexível e compreensiva (por medo de ser dogmático no plano filosófico, e intolerante no plano moral) podia redundar, e de fato redundou algumas vezes, em certa fraqueza de pensamento teórico”. Há passagens que demonstram uma abertura ao juízo para argumentos eugênicos que revelam tanto as marcas da época quanto as contradições de uma perspectiva ponderada diante de argumentos imponderáveis:

“Tem-se escrito amiúde que o negro não resiste tão bem quanto o branco ao clima de São Paulo. E o mulato, além de se mostrar ainda mais sensível, tem contra si um coeficiente de prolificidade inferior. Se assim fosse realmente, em não havendo novas introduções de imigrantes negros deveria a população clarear com certa rapidez. Tanto mais quanto certa percentagem de mestiços passa anualmente para a classe dos brancos puros” (ibid., p.62; negritos meus).

Ocorrência semelhante fica também presente em *Demografia e eugenia*, pequeno comentário no qual discute as abordagens de um semanário parisiense em que escritores conhecidos opinavam a respeito da natalidade em tempos de guerra. Os tópicos de debate giram em torno tacitamente de uma perspectiva malthusiana relativa à administração de recursos e de políticas de natalidade. Milliet (1946[1938], p.184) considera insuficientes todas as perspectivas transcritas no artigo. “Essas, as opiniões contrárias à política da repopulação intensiva e forçada. As opiniões favoráveis são ainda mais fracas”. Ao comentar o discurso de um médico eugenista, Milliet (1946[1938], p.) argumenta que a primeira vista poderia lhe ser dada toda razão. No entanto, “[...] o privilégio da fecundidade reservado aos ricos seria um crime de lesa-igualdade, um passo a mais para uma perigosíssima estratificação social, indesejável sob todos os aspectos” (ibid., 184). Sua opinião, entretanto, esquiva-se das perspectivas administradas, muito embora não as descarte, e saúda o prisma da livre-circulação de afetos ao gosto modernista da antropofagia:

“A mim me parece que o problema não vem sendo bem colocado. Em matéria de população é imprescindível, antes de mais nada, resolver sobre o que se julga preferível: elevar o padrão de vida em benefício da coletividade ou aumentar o braço barato, baratíssimo, miserável, em

proveito de alguns fabricantes de munições ou de demagogias sangrentas. Da resposta a essa premissa decorrerá **a política demográfica a ser adotada. Esse, o ponto de vista econômico e social.** Quanto à **eugenia** propriamente, ainda que fosse desde já possível operar-se com segurança, também **conviria determinar antes de tudo a meta desejável.** Quando se selecionam cavalos, diz o prof. Samuel Lowrie em seu curso de Sociologia Geral, sabe-se o que se procura. Animais de corrida ou de carroça, obtêm-se mediante certos cruzamentos. O mesmo ocorre com os cães. **Mas quando se fala em selecionar os homens, que tipo de homem se visa? Será o do atleta, o do intelectual? O do artista? Que se quer afinal - cérebro, músculo, resistência, rapidez? Um conjunto de tudo isso,** dirão. Seria como se o criador tentasse selecionar uma raça de cães com pelo de lulu, orelhas de basset, faro de perdigueiro, velocidade de galgo, ferocidade de bulldog, esperteza de fox, etc... **Não chegaria assim ao ‘street dog’, ou vira-lata, negação absoluta do racismo e maravilhoso exemplar do valor da mestiçagem?”** (ibid., p.185; negritos meus).

Em que pesem os registros da opinião de Milliet entre o final dos anos trinta até meados dos anos quarenta, sua opinião a respeito da questão do negro se transformou com o tempo. Sabe-se que em suas viagens aos Estados Unidos, a convivência em ambiente de *apartheid* marcara profundamente seu espírito. “Quando andei pelo sul dos Estados Unidos em 1943, não era só nas escolas de brancos, que o negro não entrava, era na rua que não andava depois de certa hora” (MILLIET, 1960, p.195). Bem como, vale lembrar, Milliet foi tradutor próximo de Sartre e Beauvoir, intelectuais atentos à questão das pressões pela emancipação colonial do continente africano. “E agora, com a emancipação da África, nova era se abre para o negro, já orgulhoso de sua negridão, já liberado de qualquer complexo de inferioridade” (ibid., p.196). Além disso, em 1958, já maduro, Milliet foi convidado a proferir, sob a guarda da Associação Cultural do Negro em São Paulo, uma conferência chamada *Alguns aspectos da poesia negra* no nonagésimo aniversário da Lei Áurea. Nele, afirmou que “[..] o preconceito existe no Brasil, ainda na nossa época. Por não ser violento e segregador como o dos norte-americanos, nós, os mais brancos, ignoramo-lo o mais das vezes” (ALVES, 1978, p.31-32).

3.3. A sociologia como reconhecimento da marginalidade

O período no qual Sérgio Milliet estabelece contato com Donald Pierson inaugura uma nova fase das suas atividades relacionadas às Ciências Sociais. É nesse momento que Milliet apreende ao seu modo um referencial teórico que distingue suas produções do período com o que havia feito anteriormente, marcado pelas publicações brasileiras de São Paulo focadas na

apuração e na coleta de dados. Nesse momento, Milliet envolve-se com as diretrizes de pesquisa reunidas em torno da sociologia de Pierson relacionadas ao programa da disciplina de *Introdução à ciência da sociologia* e explicitadas no livro *Teoria e pesquisa em sociologia* (1945). Aqui, a perspectiva de um objetivismo sociológico não identifica a si mesmo com o campo positivista, mas com o campo que supera o etnocentrismo, com pretensões de unificar as culturas através de um saber mediador. “A análise de nossos costumes de Sumner é tão realista que alguns espíritos não acostumados a pensar cientificamente sobre tais fenômenos – ou seja, sem etnocentrismo – ainda a compreendem mal [...]” (PIERSON, 1945, p.20).

A originalidade da teoria de Sumner, referência seminal de Pierson, viria no sentido de estabelecer eixos para a compreensão de uma valorização democrática das atividades, no sentido das culturas possuírem os seus pequenos costumes etnocêntricos, os “folkways”, e as tradições que estariam cristalizadas em seu senso comum, os “mores”. Desta forma, uma noção científica da cultura passaria necessariamente por uma abertura de espírito necessária à investigação particular de cada fenômeno. A perspectiva empiricista do método chamou a atenção de Milliet que, desde antes, inquietava-se na tentativa de manter uma postura cética, propícia à manutenção de uma dúvida socrática permanente, crítica aos valores morais encerrados em si mesmos. “[...] a mais bela lição [...] de Sumner, ‘Folkways e Mores’, a todo instante citado: a relatividade da moral. [...] A moral do saxão não é a nossa; o seu etnocentrismo é diferente do nosso. Um sociólogo tem por obrigação entendê-lo” (MILLIET, 1981[1944], p.37). De acordo com Pierson (ibid., p.68), o trabalho de Sumner foi compreendido como sociológico por oferecer ferramentas para a compreensão da “vida grupal” em si:

“Um dos primeiros trabalhos a representar o moderno estágio de pesquisa em Sociologia foi o livro de William Graham Sumner, *Folkways*, publicado em 1906. **Este trabalho, que altamente estimula o pensamento, pertence definitivamente ao campo da Sociologia como disciplina distinta**, apresentando, como apresenta, uma descrição e uma explicação de dados sociológicos *em termos da própria vida grupal*. Não há, nele, importação de explicações provenientes de campos estranhos como a Biologia, a Geografia, a Economia ou outras disciplinas. Ainda mais, **a análise de Sumner baseia-se num enorme acúmulo de dados etnográficos**, não simplesmente para ilustrar teorias já estabelecidas (como se verifica, infelizmente, no esforço semelhante de Herbert Spencer) **mas para servirem de fonte empírica de formulações teóricas**” (negritos meus).

Além de Sumner, Robert Park e Everett Stonequist foram outros dois autores fundamentais para a compreensão dessa fase da produção de Milliet. Reconhecidos como

bibliografia através das referências dadas nos cursos de Pierson – Park foi o seu orientador –, o contato com a obra de ambos apresentou-lhe a noção de *homem marginal*. O conceito chamara a atenção de Milliet porque dentro da sociologia de Chicago, que previa a internalização dos valores pelo seu valor coercitivo e coesivo, a tipologia representada por ele apontava as especificidades dos incompreendidos e esmagados pelos *folkways* e *mores* devido à singularidade que apresentavam diante dos valores correntes. Leenhardt (2005, p.67) argumenta que o uso feito por Milliet deste conceito sugere uma “teoria romântica do gênio”, uma vez que “[...] Um heroísmo do incompreendido marginal se esboça logicamente em complemento desse papel triunfante, cujo modelo clássico continua sendo Van Gogh” (negritos meus). De todo modo, para Milliet (1942, p.16-17):

“**Stonequist** que inventou a expressão ‘**homem marginal**’ (outros dizem que foi **Park**) assim o define, tendo em vista sobretudo o produto do contato entre culturas raciais diferentes: **‘aquele sobre o qual paira uma incerteza psicológica entre dois ou mais mundos sociais: é aquele que reflete em sua alma as discordâncias e harmonias, as repulsas e atrações desses mundos dos quais um é muitas vezes dominante’.**

“**A marginalidade** representa pois um ‘status’ em que **as raízes do indivíduo plantadas dentro de uma cultura são cortadas sem que novas raízes tenham tido tempo de se aprofundar em outra cultura em embrião e à qual cabe acomodar-se ou contra a qual revoltar-se.** Tal situação apura nos **homens marginais** uma sensibilidade agudíssima e não raro uma inteligência invulgar. Quando, porém, se tornam **líderes** e quando **renegados**? Tornam-se **líderes**, dizem-no as pesquisas sociológicas **quando representam a aspiração inconsciente do grupo** já a caminho de uma nova cultura. **Renegados**, incompreendidos, **quando se distanciam demasiado de sua sociedade e perdem contato com a massa ainda presa aos velhos complexos culturais em desintegração**” (negritos meus).

Não é difícil compreender nisso algumas características próprias às experiências associadas à trajetória de Milliet, considerado um *homem-ponte* pela geração da “novíssima”, no sentido de *homem marginal* que ele propôs tendo por base o conceito de Park e Stonequist. Nessa perspectiva, de representação de um sujeito capaz de promover uma cultura que ainda está por nascer, ao menos em potência, por romper com os critérios antigos de uma civilização decadente, é possível perceber o sentido das experiências dos modernistas em geral. Além disso, Milliet, que passou a maior parte da sua juventude na Suíça da Primeira Guerra Mundial, certamente deve ter se identificado com a condição de um sujeito desenraizado, entre duas culturas. De acordo com Duarte (1972, p.25), Milliet convivia com um sentimento de desenraizamento constante. “Onde estivesse, vivia na ansiedade de voltar para casa. Na Suíça ou em Paris, queria voltar para S. Paulo. Em São Paulo, queria voltar à

Suíça ou para Paris”. Na condição de um eterno estrangeiro, Milliet poderia considerar-se marginal, desintegrado, inadequado às suas realidades. Além disso, a perspectiva é importante para identificar o sentido de cunho metonímico presente nas referências que fez ao sacrifício da sua geração, marcada pelo signo da transição. De acordo com Leenhardt (2005, p.65), o modelo por trás do conceito possui um viés culturalista inspirado também pela obra de Oswald Spengler, dedicada ao que entendeu como o declínio do ocidente e, pode-se complementar, à noção de gerações sacrificadas:

“Em si, a noção de margem, assim como a de fronteira, contém ambiguidade. **Para um pensamento como o de Spengler, que situa todo o valor no caráter auto-centrado de um dispositivo territorial, a margem já é o começo do outro lugar, o começo da morte.** Em contrapartida, conhecendo a realidade conforme uma epistemologia não mais territorial, mas **relacional, a margem é o ponto de contato, o espaço mais vivo e o que tem mais chances de se renovar.** Da ideia de margem nascem, portanto, duas representações do espaço, **duas maneiras de se pensar e de pensar o outro.** Para compreender em que sentido Milliet emprega essa noção de margem, precisamos explorar as influências mostradas por seu texto. Encontramos aqui, por exemplo, uma capa metafórica muito parecida à de **Sérgio Buarque de Holanda quando, em Raízes do Brasil, ele opõe o trabalhador e o aventureiro, quer dizer uma sociedade rural fechada e outra aberta, possivelmente urbana, como a dos portos comerciais**” (negritos meus).

Alguns temas a respeito dos costumes, que antecipam ou se relacionam diretamente com a perspectiva do *homem marginal*, podem ser identificados como preferências nas pesquisas de Milliet ainda relacionadas às pesquisas no acervo da Divisão de Documentação Histórica e Social. Com o foco nas especificidades de São Paulo no período colonial, há estudos focados nas relações histórico-sociais de curandeiros e prostitutas, temas boêmios que já expressam o seu gosto pelas expressões acobertadas pela moral, daqueles que foram recalçados pelos *folkways* e *mores*. O estudo sobre os curandeiros trata da relação entre o fetichismo social com as doenças e os contrasta com o monopólio oficial pelos médicos e pelos farmacêuticos, versando sobre o sentido burocrático que os torna oficiais. “Em suma o médico aconselha apenas e nada nos obriga a seguir-lhe as recomendações. Já com o farmacêutico o conselho se torna em ordem definitiva à qual não se desobedece impunemente” (MILLIET, 1946[1938], p.174). O artigo também fala sobre despesas com os doentes, bem como o caráter eminentemente econômico da assistência social voltada à saúde em São Paulo nos tempos antigos.

Além deste, há dois estudos que tocam no tema da prostituição: *Crise das mulheres e Moral colonial*, também conhecido por *A prostituição na colônia*. O primeiro aborda através de correspondências e punições legais a relação que os cidadãos da São Paulo colonial mantinham com a prostituição, perspectiva de trabalho que o interessa por causa da revelação daquilo que se revela quando se é reprimido pela sociedade. Além disso, relaciona as ocorrências com acontecimentos históricos, ainda que também se aproprie dos recenseamentos. Já o segundo segue a temática do primeiro, mas numa perspectiva que é mais uma narrativa de pormenores da histórica do que uma tentativa de relacioná-la à perspectiva da coleta e da expressão de dados representados pela demografia. Nesses estudos intermediários, assume que busca polemizar com o marxismo:

“Embora os **próprios marxistas**, segundo se depreende dos comentários dos sociólogos oficiais e das obras literárias soviéticas mais recentes, **comecem a aceitar**, pelo menos numa porcentagem considerável de influência, **o fator psicológico como codeterminante da vida social** e já não classifiquem todos os fatos sociais dentro do materialismo histórico, num simplismo que seria cômico se não fora perigoso, **há problemas tão direta e intimamente ligados ao determinismo econômico, que só excepcionalmente admitem outra explicação**. Quero referir-me a prostituição e ao caso excepcional de sua existência no São Paulo antigo. **Não é possível invocar-se o capitalismo nem o desemprego**. A própria explicação demográfica do excesso do elemento feminino não cabe aí, porquanto, em São Paulo, quando isso se verifica na época do bandeirantismo, a sobra só se observa em relação às mulheres brancas, reclusas e defendidas pelos preconceitos do tempo. A carência de mulheres é que constitui o fenômeno característico da vida social brasileira e essa falta é referida por todos os cronistas, por todos os documentos” (MILLIET, 1938, p.106-107; negritos meus).

No entanto, a perspectiva do *homem marginal* só estará presente de fato em sua obra a partir, e principalmente, em *Marginalidade da pintura moderna* (1942), ensaio que Bastide (1972, p.34) considerou como um estudo de sociologia estética crítico às perspectivas formalistas da “arte pela arte” por vincular tanto as expressões artísticas aos fenômenos sociais quanto o social às artes. Gonçalves (1992, p.120) considera o ensaio uma tentativa de “[...] didatizar a compreensão do que é a arte moderna”. Para ela, “Milliet constrói um modelo explicativo, baseando-se na questão do divórcio arte/público”. O argumento dessa cisão, muito discutido nas primeiras décadas do século XX desde o surgimento das vanguardas e dos modernismos, também remete a outro autor muito citado por Milliet em seu *Diário crítico* (1944-1959). “Ortega y Gasset, em um ensaio a que não se deu suficiente atenção, alertara as elites para a solidão dia a dia maior dos grandes humanistas” (MILLIET, 1981[1947], p.39). Perspectivas como as de Ortega y Gasset, que apontam para esse divórcio entre público e

artista, constituem uma das preocupações chave do pensamento de Milliet, que se depreende da necessidade da comunicação, o que, nas artes plásticas, relaciona-se a uma visão que evita o abandono do “assunto”, perspectiva figurativa mediadora de linguagem comum, aos outros artifícios expressivos e técnicos, uma vez que este seria o responsável por estabelecer uma mediação, um grau de comunicação e de reconhecimento, entre os cultos e os incultos da gramática do universo das artes plásticas.

No ensaio, Milliet parte da representação dos “primitivos”, cuja expressão plástica obedeceria, em seus argumentos, a um princípio comunicativo por dentro de uma civilização, o que a associaria a padrões culturais. “Apoiado na observação do processo histórico da civilização escrita, desde o Egito, desenvolve a tese de que se podem localizar, nesse longo percurso, momentos de clímax e períodos de transição” (GONÇALVES, 1992, p.120-121). Essa, na opinião do autor, seria uma característica imanente ao significado das artes, a perspectiva da comunicação no sentido de um reconhecimento. “A arte, portanto, como expressão cultural só alcança seu objetivo social de comunicação quando exprime com fidelidade o nosso modo de viver e sentir característico, ou melhor, o modo de sentir e de viver da maioria” (MILLIET, 1942, p.9). Compreende-a como um postulado. Dessa constatação, baseada nas leituras de Ernest Grosse, Milliet parte para a teoria da marginalidade:

“Nos períodos de clímax há perfeita integração da arte com o público, e nas fases de transição desenvolve-se uma arte marginal, no sentido de afastar-se dos padrões e valores instituídos e de corresponder a um período de aculturação. Sérgio utiliza o conceito de ‘marginalidade’ (termo emprestado a Stonequist, *The Marginal Man*), através da história da pintura, demonstrando que o marginalismo artístico alcança a mais aguda expressão na pintura moderna. Sua análise desenvolveu-se do Pré-Renascimento ao surrealismo” (GONÇALVES, 1992, p.121; negritos meus).

Assim como nos estudos sobre a prostituição e os curandeiros na São Paulo colonial, em *Marginalidade da pintura moderna* (1942) Milliet também procura firmar uma posição contra o as perspectivas economicistas do marxismo soviético então em voga. Ao aceitar o sentido comunicativo da arte, de acordo com Gonçalves (1992, p.122), “Sérgio Milliet observa que, ao aceitar esse ponto de vista antropológico, recusa-se, principalmente, a filiar a manifestação artística de modo exclusivo à economia ou a qualquer outro aspecto restrito da cultura”. É nessa perspectiva que entra em jogo a teoria dos contatos sociais expressa pela sociologia de Chicago que encontra nos *folkways* e *mores* o seu ponto de partida. Nesse

sentido, a divisão das expressões da civilização entre “clímax” e “transição” iria, nesta ordem, do Egito para Creta, de Grécia-Roma para o Bizâncio e do Cristianismo para a Idade Moderna. De acordo com a tendência compreendida na obra, escrita em meio aos conflitos da Segunda Guerra Mundial, a civilização progrediria através de um processo ondulado entre a decadência da cultura cristã e uma cultura socialista. Nesse sentido, de acordo com Gonçalves (1992, p.123):

“Para observar o processo de choque no sentido do tempo, o autor apoia-se na observação dos contatos de sociedades diferentes no espaço. O que acontece é ‘o conflito de atitudes do qual resulta uma interpenetração dos complexos culturais, havendo fusão ou assimilação, prevalência de padrões de outra cultura, ou ainda contribuições de ambas. No processo de aculturação há perda de valores e desintegração social. Para o indivíduo, explica Milliet, apoiado em Donald Pierson, ‘consequência do contato cultural é a libertação mental, pois o espírito se torna mais livre, mais fecundo, na medida em que se desintegram os costumes do grupo [...]’. Nos grupos estáticos, as suas ideias, os seus valores, os seus padrões fornecem a cada indivíduo a base para a organização da própria experiência. A solução dos problemas, em outras palavras, é sempre convencional. O espírito permanece, portanto, sob o controle dos costumes do grupo’. Com a desintegração deste, os espíritos ‘emancipam-se, tornam-se maleáveis e livres’. Colocam-se, assim, à margem de sua cultura” (GONÇALVES, 1992, p.121; negritos meus).

O argumento, da forma como foi posto, assume um viés otimista em relação aos processos constitutivos e fragmentadores da modernidade, uma vez que a emancipação da dominação tradicional do grupo viria com a desintegração social que, da forma como foi posta por Gonçalves, nos remete a uma condição de comunicação ampla e acelerada que não deixa de ser um esboço pioneiro no sentido do que viria a ser conhecido, décadas mais tarde, como o fenômeno da globalização, já que o desenvolvimento da civilização realmente expandiu os processos de comunicação entre os grupos que, no entanto, desenvolveram em contrapartida novas formas de controle social e de administração da vida que, por exemplo, Adorno e Horkheimer (2006[1944], p.) identificaram em período histórico semelhante:

“Se se tratasse apenas dos obstáculos resultantes da instrumentalização desmemoriada da ciência, o pensamento sobre questões sociais poderia, pelo menos, tomar como ponto de partida as tendências opostas à ciência oficial. Elas não se modificaram menos do que a ideologia à qual se referiam. Com elas se passa o que sempre sucedeu ao pensamento triunfante. Se ele sai voluntariamente de seu elemento crítico como um mero instrumento a serviço da ordem existente, ele tende, contra a sua própria vontade, a transformar aquilo que escolheu como positivo em algo negativo, destrutivo. A filosofia que, no século dezoito, apesar das fogueiras levantadas para

os livros e as pessoas, infundia um medo moral na infâmia. [...] Agora, é verdade, a história motorizada toma a dianteira desses desenvolvimentos intelectuais e os porta-vozes oficiais, movidos por outros cuidados, liquidam a teoria que os ajudou a encontrar um lugar ao sol, antes que consiga prostituir-se direito” (negritos meus).

Não há outros registros mais significativos dessa fase da produção sociológica de Milliet para além de *Marginalidade da pintura moderna* (1942). Há estudos que aproveitam-se da perspectiva adotada, como em *Fora de forma* (1942b, p.85), livro que abriga um ensaio curto e desprezioso que relaciona D. Pedro I à *teoria do homem marginal*, mas o comentário não ultrapassa as vicissitudes de uma observação rápida. “[...] há que frisar a atenção dada à dupla nacionalidade de D. Pedro I. [...] O homem marginal, no sentido dado por Stonequist à expressão, vive com todas as suas características em nosso primeiro imperador”. Além disso, o *Observador econômico e social* (1952, p.27-28) chega a anunciar a publicação de uma coleção chamada *Brasileira* da Organização Simões que, coordenada por Otto Maria Carpeaux, contaria entre um de seus lançamentos com uma contribuição inédita de Milliet chamada *Economia e Civilização de São Paulo* que, no entanto, não se teve mais notícia, o que encerra, por definitivo, as suas contribuições na área das Ciências Sociais. Cerca de um ano antes do anúncio, Milliet mostrara-se insatisfeito com ela:

“Eu também acreditei no pensamento positivo, na lógica, na inteligência. Estudei sociologia, ciências econômicas, estatística. Escrevi um livro ‘sério’, fiz pesquisas. E acabei um belo dia jogando tudo à fogueira às gargalhadas [...]” (MILLIET, 1981[1951]; negritos meus).

À GUISA DE CONCLUSÃO

Compreender a diversidade das contribuições de Sérgio Milliet torna-se empobrecedor se não as vinculamos ao contexto vivido por ele, uma vez que elas representam momentos distintos da sua trajetória marcada por um caráter híbrido. Tanto no que diz respeito às grandes questões históricas que as permeiam quanto às oportunidades de mobilidade espacial ou aos contextos profissionais. Estes, a depender do momento, inclinaram-no para tais ou quais formas de produção. Como vimos, a fase em que esteve vinculado à Divisão de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura de São Paulo e à Escola Livre de Sociologia e Política corresponde à publicação dos seus estudos relacionados às Ciências Sociais, de metodologia mais fechada e exata, voltada às vicissitudes próprias a uma racionalidade técnico-burocrática, reunidos em torno do *Roteiro do café e outros ensaios* (1946[1938]) e de *Ensaio* (1938). Enquanto que *Marginalidade da pintura moderna* (1942) reflete um retorno às suas inquietações intelectuais de erudito, mas elaboradas com os recursos adquiridos através do contato com a sociologia de Chicago de Donald Pierson.

Caso estendamos a perspectiva à publicação dos seus volumes de crítica, reunidos no *Diário crítico* (1944-1959), cujo viés transparece um caráter informal se comparado aos seus estudos na área das Ciências Sociais, tais livros corresponderam à outra forma de trabalho, na medida em que Milliet foi realocado à Biblioteca Municipal e pôde se envolver melhor com as atividades para sua coluna n' *O Estado de S. Paulo*, eixos responsáveis por lhe fornecerem material e estrutura necessários à reunião dos comentários compilados. Nesse sentido, outro ponto relevante decorre de que o trabalho na Biblioteca Municipal certamente o afastou das Ciências Sociais e representou um estímulo para que escrevesse sobre a diversidade dos livros que tinha acesso e que eram resenhados em sua coluna de jornal.

Outra característica da sua trajetória é que ela se relaciona com as dinâmicas da divisão social do trabalho intelectual de seu tempo de uma maneira, conforme observamos, permeada por tensões, que, somadas às suas vicissitudes pessoais, fizeram com que ele tivesse dificuldades em se adequar às dinâmicas da especialização moderna. Assim, a crítica de jornal a que se vincularia posteriormente resultaria numa forma mais confortável de expressão, uma vez que abandonara a perspectiva de constituir uma carreira relacionada ao ensino superior. “Viva o impressionismo crítico que dá margem a entusiasmos e ojerizas, é certo, mas não destrói a nossa receptividade” (MILLIET, 1960, p.98), escreveria anos depois de ter desistido da carreira na área das Ciências Humanas. De todo modo, vista em conjunto, a totalidade das suas publicações reflete uma postura aberta às diversas modalidades da cultura, muito embora

sofra também incompreensões por causa dessa dinâmica. Este caráter fragmentário e plural que a sua produção reflete dá a ela um formato que dificulta a sistematização posterior que os acadêmicos, imersos na divisão social do trabalho intelectual, poderiam fazer dela. Ao contrário, Milliet não foi estritamente um sociólogo, um crítico de arte, um jornalista ou um poeta. Suas produções não foram dispostas numa linearidade cartesiana. Antes, ele encarnou todos esses papéis periodicamente, e às vezes ao mesmo tempo, o que expressa a transitividade de uma vida moderna, cuja lei é a incompletude, e a coragem de um intelectual que não se apegou às certezas e à segurança das cátedras, tal qual pregava o seu ceticismo. Por isso, talvez, sua obra seja tão desafiadora aos pesquisadores empenhados em querer extrair um caráter holístico e sistêmico de seus escritos.

No entanto, é possível resumir os esforços contidos ao longo de toda a obra de Milliet em um único objetivo: a crítica às fórmulas. O inimigo número um da sua produção, as tais fórmulas, afastou-o, necessariamente, das diversas formas que identificava como convencionalismos. Suas publicações retratam o recurso das fórmulas como um engessamento de expressão trágica, redundante e falsificadora da atividade intelectual humana. Tais expressões seriam anunciadas como emancipadoras e ocupariam o lugar da singularidade das experiências da vida, quando, na verdade, não seriam mais do que uma atitude oportunista de ilusionistas ávidos para enganarem as massas com mais do mesmo. Este ilusionismo serviria de trampolim social, como uma trapaça com fins carreiristas, chancelado pela evocação do prestígio que as atividades humanas de valor, como as artes e as ciências, inspirariam ao terem os seus nomes invocados como propaganda de posturas que não correspondem conceitualmente à sua suposta imanência.

No momento em que os fabricantes de fórmulas colocam no mercado suas ilusões, a produção dotada de potência criativa, singular a cada sujeito e a cada momento histórico perderia espaço e oportunidade de existir, ofuscada por esses recursos falseadores. Nesse sentido, não seria exagerado dizer que as fórmulas representam, para Milliet, o sequestro plagiário e dogmático do verdadeiro potencial emancipatório contido nas atividades humanas. Esta perspectiva aparece também como um valor epistemológico negativo que, muito embora não possa ser confundido com a sua motivação absoluta em abandonar as Ciências Sociais, também esteve aglutinado aos movimentos que a transformação dos timbres das suas publicações expressa. Diante da crítica, este mal poderia ser denunciado e, se evitado, um ambiente mais compreensivo, propício à pluralidade e à diversidade, poderia ser possível. Ainda assim, Milliet distancia-se de pretensões normativas: “[...] a minha crítica não aspira ao imperativo categórico, mas tão somente pretende limitar-se ao comentário à margem”

(MILLIET, 1981[1946], p.106). De acordo com Bastide (1972, p.33-34), a crítica contida em seus ensaios do *Diário crítico* representaria uma *contra-sociologia*:

“Et la seconde conséquence, c’est que la révolution, pour réussir, ne doit pas s’hypnotiser sur le changement des institutions sociales; il faut d’abord changer les hommes pour que les choses changent; la révolution commence par soi-même; et au fond – c’est ce qui en fait son admirable beauté – toute la suite du *Diário Crítico* n’est rien d’autre que cette lutte d’un homme contre lui-même, un modèle exemplaire de cette révolution en soi-même par laquelle il faut nécessairement débiter, pour qu’elle puisse se transformer par la suite en institutions libératrices. **Ici, vraiment, nous sommes au contre-pied de la sociologie – ou plus exactement, nous sommes passés d’une sociologie qui ‘accepte’ la réalité sociale en cherchant le déterminisme qui la justifie, à une autre sociologie – une contre-sociologie – qui fait des institutions le fruit de la liberté créatrice des hommes**” (negritos meus).

Sua crítica parece querer responder a esse problema quando ela valoriza, nas entrelinhas, as potências expressivas de cada objeto artístico, tal qual se propôs a compreender os processos de distensão estética em *Marginalidade da pintura moderna* (1942), o que revela ecos importantes das Ciências Sociais em suas obras de maturidade. Assim, para ele, haveria uma demanda do reconhecimento das expressões marginais negadas pelo mundo. Por isso, mesmo quando não se deparou com os clássicos de cada gênero, Milliet procurou algum traço de potência nas expressões escritas que apareciam em suas mãos, mesmo que a atividade consistisse em encontrar bons versos em escritores medíocres, como ele gostava de dizer. Desta forma, mais valeria uma tentativa honesta do artista de expressar-se, e errar, do que um malabarismo empedernido ávido por acertar. De outra maneira, a expressão sincera, nesse sentido, seria a principal aliada do reconhecimento daquilo que seria posto à margem. Como pudemos ver, da Semana de Arte Moderna de 1922 à crítica das Ciências Sociais, os sinais da hipocrisia geralmente representaram para ele expressões que, na realidade, encontram-se opacas na vida social. Reais, mas irracionais. Nesta chave compreendeu o desvalor do perrepsismo e do parnasianismo:

“O que é hipócrita é aceitar a vida como ela se oferece **comumente**: sem gosto e sem perfume. **O que é hipócrita é se submeter ao preconceito, à sociedade.** O que é hipócrita, e imperdoável, é sacrificar sua própria felicidade pelo benefício de um sossego estúpido” (MILLIET, 1936, p.152; negritos meus).

Candido (2005, p.22), conforme transcrevemos anteriormente, recorda a satisfação sentida por Milliet ao tomar essa perspectiva como sua bandeira: “[...] ele foi o crítico mais

sem sistema que houve em nossa literatura e se orgulhava disso”. Se, como completa Candido, a ojeriza às fórmulas trouxe certa fragilidade ao seu pensamento, no que diz respeito ao rigor teórico-sistemático, como pudemos compreender ao analisarmos sua posição diante de pensadores eugenistas, isso fez de seu trabalho, por outro lado, uma busca constante pelo ato crítico. Ou seja, pelo cultivo das singularidades, da pluralidade das expressões humanas e escondidas. Por isso, as maiores virtudes e fraquezas da obra de Milliet emanariam do mesmo lugar: do desprezo pelas pretensões totalizantes e enraizadas na própria identidade das racionalizações e dos teoremas orgulhosos de si. Não que ele fosse capaz de ser coerente a esses pressupostos o tempo todo e em todos os seus escritos, mas a perspectiva não deixa de ser tônica presente nas suas inquietações. Para ele, à crítica caberia a denúncia dos gestos hipócritas em um ato de humildade e de reconhecimento com relação ao outro, à coletividade e em respeito à diversidade dos valores.

As consequências das suas posições, contrárias aos consensos ortodoxos e socialmente compartilhados, imprimiram no espírito de Milliet uma tendência relacional e dialógica, impressa na forma como compreendeu a vida. Ele a compreendeu como uma necessidade constante de abertura do eu ao outro. “A certeza só viceja nas almas pobres. E é quando menos se justifica que ela mais se exhibe” (MILLIET, 1936, p.151). Nesse sentido, o constante recurso ao “ceticismo” deve ser compreendido como um aviso de cautela em relação às racionalizações e à confiança cega na potência da razão. Se essa perspectiva deu à sua obra uma tonalidade excessivamente relativista em determinados momentos, ela também refletiu a curiosidade do seu temperamento de viajante, desenraizado, de eterno estrangeiro. Por isso, tentativas de canonização o aborreciam. Não gostava das sacralizações em torno de 1922. Como vimos, mais do que uma data, Milliet compreendia o modernismo como um projeto de ordem ética a ser levado adiante. Este deveria ser para ele uma bandeira permanente, um processo a ser afirmado conscientemente em busca das posturas originais e qualificadas, como um amigo da diferença.

Não estranha, nesse sentido, que a sua produção sociológica carregue tais perspectivas. No *Roteiro do café e outros ensaios* (1938), Milliet fez um estudo que relacionou demografia e produção às condições contextuais que fizeram do estado de São Paulo uma potência capaz de abrigar na sua capital uma realidade cosmopolita, de originalidade americanista, oriunda dos saltos sociais advindos do complexo econômico da exportação de café. Em *Marginalidade da pintura moderna* (1944), por outro lado, procurou compreender as condições da dinâmica na qual uma expressão original e estranha da cultura humana poderia tornar-se assimilável e aceita em consenso, perspectiva relacionada à sua militância pela

democratização do acesso às artes. Com isso, estabeleceu uma espécie de dialética do reconhecimento entre as expressões marginais, renegadas e recalçadas, e a assimilação social delas, reconhecidas e rotinizadas. Ambos os trabalhos são uma extensão dos seus propósitos como modernista e relacionam-se, de uma forma ou outra, com o combate às fórmulas fáceis e com a compreensão da realidade da vida moderna.

Esta postura contrária aos pré-conceitos também se refletiu na diversidade das suas influências e leituras. Muitos autores presentes na sua obra que escapam da produção sociológica abordada pelo recorte – Montaigne, Gide, Péguy, Alain, Nietzsche, Pascal, Mannheim, Beauvoir, Sartre, dentre outros – são autores que apresentam graves dissonâncias ao pensar, dos quais muitos ele próprio chegou a traduzir e a introduzir na esfera literária brasileira. No entanto, a proximidade estabelecida por Milliet entre eles está na potência do desprezo ou do elogio com que acusaram os silogismos intelectuais e as suas pretensões de verdade. Tais leituras representaram um mosaico de recursos capazes de auxiliá-lo a elaborar as relações entre fé, confiança e dúvida da cultura. A perspectiva ao mesmo tempo dialógica e sequiosa de ceticismo com que Milliet procurou reconhecer a diversidade e a potência das expressões humanas nestes autores relaciona-se com os seus critérios para a crítica. “Creio que toda a crítica poderia apoiar-se nestas três condições primordiais: Ler, ver, meditar” (MILLIET, 1981[1947], p.29). Alheio à verborragia narcisista, costumava repetir que “a crítica vale em suma como pretexto para uma conversa inteligente” (MILLIET, 1981[1946], p.164). A crítica foi, para ele, uma amiga das potencialidades, dos caminhos e dos conselhos.

Com essa perspectiva, afastou-se tanto das apologias de mercado quanto dos argumentos mirabolantes ávidos por descobrirem obras geniais, muito embora também tenha se afastado da maneira como se relacionava com as Ciências Sociais. Para além dos rodapés, essa perspectiva relacionou-se com o gosto em aproximar-se da juventude e das experiências oferecidas pelo presente histórico. Os dez volumes do *Diário crítico* (1944-1959) foram confeccionados a partir do limite de toques próprio às exigências da coluna de jornal. No entanto, apesar disso, sugerem um convite ao conhecimento da produção literária escrita ao longo dos mais de quinze anos que abrangeram seu período de publicação. O dia, o assunto e as obras referidas são, como as artes plásticas, os fragmentos cindidos que servem de pretexto para a sugestão de nexos, deslocando-nos para a literatura feita entre meados da década de quarenta e o final da década de cinquenta. Com isso, associa-se novamente à capacidade de mediação por sugerir articulações entre os seus leitores de todos os tempos e as obras comentadas em seu cotidiano, no tempo de seus comentários.

Na sua incursão pelas veredas da sociologia, Milliet foi capaz de extrair dela tais perspectivas de abertura e de reconhecimento. Ao observarmos a recorrência e a predileção que deu ao conceito de “marginalidade”, em seus escritos, a perspectiva fica clara. O conceito serviu-lhe para compreender o papel da arte moderna em seu tempo, bem como se relacionou aos seus estudos sobre prostitutas e curandeiros, formas estas marginais da vida, na São Paulo colonial. Além disso, o debate acerca da marginalidade expressiva também lhe forneceu subsídios para compreender as expressões “das crianças, dos loucos e dos primitivos” (MILLIET, 1981[1944a], p.236), os quais foram muito discutidos à época em perspectiva com a arte moderna. Este assunto chegou a ser tema de suas conferências, como foi o caso de uma fala sua feita no Rio de Janeiro em 1949. O reconhecimento das diferenças fez com que ele refletisse sobre a questão dos negros no Brasil e nos Estados Unidos, conforme vimos. Muito embora seu pensamento fosse marcado por limites e vicissitudes da época, a forma como compreendeu esses assuntos revela algum pioneirismo ao se posicionar contrário aos nacionalismos e às formas corporativistas de pensamento.

“A faculdade de estranhar é o alicerce da inteligência. Leva à investigação e à análise. Daí, quase sempre, à compreensão, que é a mais pura característica da inteligência” (MILLIET, 1936, p.28). Por isso é que Milliet enxergava com desconfiança os processos decisórios da política institucional. Estes, para ele, eram pautados, sobretudo, nos consensos irrefletidos. Desde a derrota dos paulistas em 1932, ele tomou para si a perspectiva de que a “mentalidade” das pessoas é que deveria ser o alvo dos esforços para a mudança. Esse desejo de modernização das relações arcaicas da cultura política nacional, em que pese a influência de algum paulistanismo, reflete uma preocupação com os valores democráticos presente em toda a sua obra, muito embora possa não estar explícita ou posta de forma normativa. As perspectivas de sua atividade crítica inserem-se nesta mesma dinâmica, já que ela demonstra preocupar-se com o cultivo das expressões particulares a cada sujeito e também com o reconhecimento das expressões marginais e da autenticidade.

A relação entre democracia e cultura política foi, para Milliet, o princípio que norteou a sua posição no debate sobre a participação dos intelectuais na vida pública. Na opinião dele, a função do intelectual na sociedade teria razão de ser justamente por não ceder aos consensos socialmente compartilhados, disciplinados. Esta perspectiva, que numa primeira impressão pode parecer desinteressada das questões públicas, não descarta a participação dos escritores e dos artistas na vida pública, assim como afirmou Moraes (2011). Ao contrário, ela demonstra a preocupação do intelectual em empunhar-se do “sal da heresia” para tomar as decisões que orientariam sua razão pública. Assim, o papel político do intelectual seria, para Milliet, tanto

o de sugerir dissensos incômodos quanto o de denunciar fragilidades e intolerâncias ativas. O seu engajamento nos congressos, nos partidos políticos e também o empenho investido na criação de instituições formadoras refletem essa mesma preocupação:

“O perigo para o intelectual, na luta política, está na perda da serenidade tanto quanto na traição à boa causa. Se ao chefe de bairro é permitido deixar-se guiar cegamente, aos escritores cuja inteligência se condicionou na prática de uma crítica construtiva, a atitude humilhante de obediência fanática não assenta direito. Sua função é mais elevada e de maior responsabilidade. **Não se trata para ele de obedecer, que obedecer é cômodo e fácil, mas de zelar pela conservação das conquistas da inteligência sobre o instinto**” (MILLIET, 1981[1946], p.141; negritos meus).

Mais:

“Ao escritor participante cabe conservar a clarividência necessária para não cair nas malhas do profetismo, da politicagem, do caudilhismo. O escritor deve fazer política, **mas não ser o juguete da política**, isto é, deve usar de toda a sua influência a fim de propagar a boa ideia, o bom princípio, a boa causa, **mas não alugar a sua técnica à tática dos políticos**” (Op. Cit., p.142).

O apreço de Milliet por uma agenda pública focada nas estratégias formativas para o Brasil fica evidente em diálogo com as posições defendidas por Mário de Andrade. A criação dos diversos órgãos culturais nos quais os modernistas se empenharam representou, de certa forma, essa preocupação. É neste sentido que Milliet fez o aparte à crítica de Mário. Para Milliet, as iniciativas institucionais promovidas pelos modernistas foram algo como uma tentativa de superação possível da Semana de Arte Moderna de 1922, refletindo-se, em parte, como uma contribuição real de seus esforços para a formação da cultura brasileira:

“O espírito provinciano dominante não se contentou com os resultados da própria ignorância; fechou também as portas do enriquecimento cultural às jovens gerações, mantendo-as presas ao baixo nível nacional por meio de **leis coercitivas, pela censura, pelo incremento dos organismos de defesa de uma classe novo-rica e economicamente poderosa.** Do exterior essa classe medíocre apenas copiou os modismos, as extravagâncias, os erros, o que nos chegava de cambulhada com os interesses comerciais” (MILLIET, 1981[1946], p.139; negritos meus).

Sérgio Milliet foi um modernista em busca da coerência em meio às ilusões e à violência do mundo moderno. Nem sempre cumpriu a tarefa com êxito. Apesar disso, a admissão da falha foi uma das virtudes que a sua vida deixa como ensinamento. Milliet nunca

temeu mudar de opinião, assim o fez várias vezes e publicamente. A fluidez em relação aos princípios, argumentos e valores foi a base de seu pensamento. Desde sua primeira viagem à Europa, a vida havia lhe imposto a necessidade de abandonar os próprios valores. Por isso, o ceticismo foi a sua profissão de fé. “Ora o ceticismo consiste em descer às premissas para verificar-lhes a verdade intrínseca, de medo das consequências de um raciocínio severo em torno de casos excepcionais” (MILLIET, 1942, p.6). A postura crítica de Milliet investe primeiramente contra as próprias certezas antes de questionar a vida à sua volta:

“Mas, dia a dia mais, **detesto a crítica e, mais do que a crítica, a crítica da crítica**. A mim ela já classificou entre os impressionistas, os surrealistas, os hedonistas, o diabo. Só não viu que eu gosto apenas de conversar e não tenho a pretensão de julgar ninguém. Odeio a responsabilidade da escolha, **quero ser livre de apreciar um verso, ainda que de um poeta medíocre e sem a obrigação de situar-lhe a obra no tempo e no espaço**. O que me comove está sempre no tempo e no espaço em que vivo” (MILLIET, 1962, p.121-122; negritos meus).

Nesse sentido, a simplicidade com que compreendeu a própria obra deixa um exemplo de crítico que, antes de julgar os outros, fez de si, do seu conforto e de seu lugar o primeiro objeto da sua crítica. Muito embora não tenha buscado imperativos categóricos, a perspectiva insere-se na máxima kantiana de que o esclarecimento é, antes de tudo, o abandono da minoridade. “Acreditar cegamente em qualquer explicação unilateral do mundo, seja nas artes, seja na psicologia ou na sociologia, seja nos demais campos do saber é talvez cômodo, mas infantil senão desonesto” (MILLIET, 1942, p.5). Com isso, portanto, Milliet deixa uma postura valiosa aos interessados em suas contribuições. “Faltou-me apenas a força de ir até as últimas consequências do rumo escolhido. É de que me penitencio. [...] Se não matamos, impiedosamente, alguém nos mata” (MILLIET, 1962, p.122).

OBRAS DE SÉRGIO MILLIET CONSULTADAS

- MILLIET, S. (sem título). In: DUARTE, P. [Org.] **Fábio Prado**. São Paulo: Anhambi, 1963.
- MILLIET, S. **40 anos de poesia**. São Paulo, Brasil Ed., 1964.
- MILLIET, S. **A pintura norte-americana**. São Paulo, Ed. Martins, 1943.
- MILLIET, S. *A representação dos fenômenos demográficos*. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v.43, 1937.
- MILLIET, S. **Cartas à dançarina**. São Paulo, Massao Ohno, 1959.
- MILLIET, S. **Considerações Inatuais**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1957.
- MILLIET, S. **De cães, de gatos, de gente**. São Paulo, Martins, 1964b.
- MILLIET, S. **De Ontem, de hoje, de sempre** [amigos, amiga]. São Paulo, Martins, 1960, v.1.
- MILLIET, S. **De Ontem, de hoje, de sempre** [recordações com devaneios]. São Paulo, Martins, 1962, v.2.
- MILLIET, S. **Diário crítico**. São Paulo, Martins/Edusp, v.1, 1981[1944a].
- MILLIET, S. **Diário crítico**. São Paulo, Martins/Edusp, v.2, 1981[1945a].
- MILLIET, S. **Diário crítico**. São Paulo, Martins/Edusp, v.3, 1981[1945b].
- MILLIET, S. **Diário crítico**. São Paulo, Martins/Edusp, v.4, 1981[1947].
- MILLIET, S. **Diário crítico**. São Paulo, Martins/Edusp, v.5, 1981[1949].
- MILLIET, S. **Diário crítico**. São Paulo, Martins/Edusp, v.6, 1981[1950].
- MILLIET, S. **Diário crítico**. São Paulo, Martins/Edusp, v.7, 1981[1953].
- MILLIET, S. **Diário crítico**. São Paulo, Martins/Edusp, v.8, 1981[1955].
- MILLIET, S. **Diário crítico**. São Paulo, Martins/Edusp, v.9, 1981[1957].
- MILLIET, S. **Diário crítico**. São Paulo, Martins/Edusp, v.10, 1981[1959].
- MILLIET, S. **Dois cartas do meu destino: novela**. Curitiba, Guayara, 1941.
- MILLIET, S. **Ensaio**. São Paulo, Brusco, 1938.
- MILLIET, S. **Fora de forma: arte e literatura**. São Paulo, Editora Anchieta, 1942b.
- MILLIET, S. **Marginalidade da pintura moderna**. São Paulo, Departamento Municipal de Cultura, 1942.
- MILLIET, S. **Marcha a ré**. São Paulo, José Olympio, 1936.
- MILLIET, S. *O meu depoimento*. In: CAVALHEIRO, Edgar [Org]. **Testamento de uma geração**. Porto Alegre: Ed. do Globo, 1944, p. 239-243.
- MILLIET, S. **O sal da heresia**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.
- MILLIET, S. **Quatro ensaios**. São Paulo: Martins, 1967.
- MILLIET, S. **Roberto**. São Paulo, Niccolini, 1935.

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. Edição definitiva. São Paulo, BIPA, 1946[1938].

MILLIET, S. **Terminus seco e outros cocktails**. São Paulo, Irmãos Ferraz, 1932.

MILLIET, S. *Uma Semana de Arte Moderna em São Paulo. A Jovem Literatura Brasileira.*

In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n.34, 1992.

MILLIET, S. *Sérgio Milliet*. In: PEIXOTO, S. **Falam os escritores**, vol. 2. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1971.

MILLIET, S. *Uma semana de arte moderna em São Paulo*. In: BOAVENTURA, M. E. [Org.] **22 por 22**: a semana de arte moderna vista pelos seus contemporâneos. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006[1944].
- ADORNO, T. W. **Prisma**. Crítica cultural e sociedade. São Paulo: Ática, 1998.
- ADORNO, T. W. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- ALAMBERT, F. Jr. **Um melancólico no auge do modernismo**. Sergio Milliet: uma trajetória no exílio. 1991. Dissertação (mestrado), USP: São Paulo, 1991.
- ALVES, H. L. *Reencontro com Sérgio Milliet*. **Boletim Bibliográfico**, nº 39, jul./dez.. 1972, pp. 28-36.
- AMARAL, C. S. do. *Sérgio Milliet, cem anos, sem limites*. In: GONÇALVES, L. (org), **Sérgio Milliet - 100 anos: trajetória, crítica de arte e ação cultural**. São Paulo, ABCA/Imprensa Oficial do Estado, 2005.
- ANAIS do I Congresso Brasileiro de Escritores**. São Paulo: Associação Brasileira de Escritores (ABDE), 1945.
- ANDRADE, M. *O Movimento modernista*, In: **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Martins Editora, 1978, pp. 231-255.
- ANUÁRIO da Escola Livre de Sociologia e Política** (Instituição Complementar da Universidade de São Paulo), oitavo ano letivo, 1941.
- BARBATO JUNIOR, R. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.
- BARRIGUELLI, J. C. **O pensamento político da classe dominante paulista - 1873 – 1928**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - Arquivo de História Contemporânea, 1986.
- BASTIDE, R. *Histoire d'un amour déçu*. **Boletim Bibliográfico**, nº 31, jul./ago./set. 1972, pp. 59-62.
- BERLINCK, M. T., *A criação da ELSP*. In: KANTOR, I.; MACIEL, D. A.; SIMÕES, J. A. **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953 - Depoimentos**, 2009.
- BORGES, V. P. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia, 1926-1932**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1979.
- BOSI, A. *Moderno e modernista na literatura brasileira*, In: **Temas de Ciências Humanas**, no 6. São Paulo, 1979.
- Campos, H. Da razão antropofágica: a Europa sob o signo da devoração. In: *Colóquio/letras*, n.62, 1981. FUNDABEKIAN - Lisboa. 1981.

- CAMPOS, R. S. **Ceticismo e responsabilidade**: Gide e Montaigne na obra crítica de Sérgio Milliet. São Paulo, ANNABLUME, 1996.
- CANDIDO, A. *Prefácio de Antonio Candido*. In: DUARTE, P. [Org.], **Mário de Andrade por ele mesmo**, 2. ed., São Paulo, Duas Cidades, 1982.
- CANDIDO, A. *Depoimento*. In: NEME, Mario [Org.]. **Plataforma de uma geração**. Porto Alegre: Ed. do Glovo, 1945, pp. 29-40.
- CANDIDO, A. *A revolução de 30 e a cultura*. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 4, abr. 1984.
- CANDIDO, A. *Sérgio Milliet, o crítico*. In: GONÇALVES, L. [Org.], **Sérgio Milliet - 100 anos**: trajetória, crítica de arte e ação cultural. São Paulo, ABCA/Imprensa Oficial do Estado, 2005 [1978].
- CARDOSO, I. R. **A universidade da comunhão paulista**. São Paulo: Cortez, 1982.
- CERQUEIRA, V. L. C. de. **Contribuições de Samuel Lowrie e Dina Lévi-Strauss ao Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)**. Dissertação (mestrado), PUC: São Paulo, 2010.
- DUARTE, P. *Sérgio Milliet*. **Boletim Bibliográfico**, nº 31, jul./ago./set. 1972, pp.20-25.
- DUARTE, P. [Org.], **Mário de Andrade por ele mesmo**, 2. ed., São Paulo, Duas Cidades, 1982.
- DUARTE, P. **Memórias**: A inteligência da fome. São Paulo: Hucitec, 1975.
- DUARTE, P. **Memórias**: Os mortos de Seabrook. São Paulo: Hucitec, 1976.
- DUARTE, P. **Memórias**: Apagada e vil mediocridade. São Paulo: Hucitec, 1977.
- DUTRA, A. **Dias de Faulkner**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.
- EDUARDO, O. da C. *O processo de construção institucional*. In: KANTOR, I.; MACIEL, D. A.; SIMÕES, J. A. **A Escola Livre de Sociologia e Política**: anos de formação 1933-1953 - Depoimentos, 2009.
- FAUSTO, B. *A revolução de 1930*. In: MOTA, C. G. (org.) **Brasil em perspectiva**. Difel: Rio de Janeiro – São Paulo, 1970.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, Coleção Sociologia Brasileira, v.7, 1977.
- FERNANDES, F. *Esboço de uma trajetória*. In: **BIB**. Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais, Rio de Janeiro, n.40: 2-35, 1995.
- GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo, Perspectiva, 1994.

- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GAGNEBIN, J. M. **Walter Benjamin: os cacós da história**. 2ª ed. São Paulo, 1993.
- GONÇALVES, L. [Org.] **Sergio Milliet, 100 anos: trajetória crítica de arte e ação cultural**. São Paulo: Imprensa oficial (IMESP), 2005.
- GONÇALVES, L. **Sergio Milliet, crítico de arte**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol.4. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- KANTOR, I.; MACIEL, D. A.; SIMÕES, J. A. **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953 - Depoimentos**, 2009.
- LAHUERTA, M. **Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 1940**. São Paulo: Andreato Comunicação e Cultura, 2014.
- LAHUERTA, M. *Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização*. In: LORENZO, H. C. & COSTA, W. P. [Orgs.] **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997.
- LEENHARDT, J. *Sérgio Milliet e olhar etnológico*. In: GONÇALVES, L. (org), **Sérgio Milliet - 100 anos: trajetória, crítica de arte e ação cultural**. São Paulo, ABCA/Imprensa Oficial do Estado, 2005.
- LIMONGI, F. *A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo*. In: MICELI, S. [Org.]. **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Idesp, v. 1, 1989.
- MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**, vol. VII (1933-1960). São Paulo: Cultrix, 1978.
- MENDES, R. B. *Instituições e ideias na construção do Brasil moderno: a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo*. In: LAHUERTA, M.; GILENO, C. H. (Org.). **Pensamento brasileiro: atores e ideias**. Araraquara: Cultura Acadêmica Editora, 2012, p. 181-207.
- MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1979.
- MINDLIN, J. *Para além dos muros da escola: os laços de amizade entre os intelectuais paulistas*. In: KANTOR, I.; MACIEL, D. A.; SIMÕES, J. A. **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953 - Depoimentos**, 2009.
- MORAES, R. B. de. *Sérgio e sua geração*. **Boletim Bibliográfico**, nº 31, jul./ago./set. 1972, pp.59-62.
- MORAES, R. B. **Testemunha ocular** (recordações). Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2011.

- MORAES, R. B. *Da semana de arte moderna à fundação da Escola Livre: no calor de 1932*. In: KANTOR, I.; MACIEL, D. A.; SIMÕES, J. A. **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação 1933-1953 - Depoimentos**, 2009.
- MOTA, C. G. **A ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. 5.ed. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- NASCIMENTO, A. **Fernando de Azevedo: dilemas na institucionalização da sociologia no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- OLIVEIRA VIANNA, F. J. **O idealismo da Constituição**. Rio de Janeiro: Terra de Sol, 1927.
- PRADO, M. L. C. **A democracia ilustrada** (o Partido Democrático de São Paulo, 1936-1934). São Paulo: Editora Ática, 1986.
- PRADO, Y. A. **A grande semana de arte moderna**. São Paulo, Edart, 1976.
- PIERSON, D. **Teoria e pesquisa em sociologia**. São Paulo: Edição melhoramentos, 1945.
- REGO, W. D. L. *Indivíduo, liberdade e igualdade no pensamento liberal e em Marx. Perspectivas*, São Paulo, vol. 11: 1 - 19, 1988.
- SANDRONI, C. **Mário contra Macunaíma**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.
- SANTOS, W. G. dos. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades. Outhwaite, 1992.
- SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, H. **1930: a revolução traída** (o ciclo de Vargas – volume III). Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1966.
- SILVA, H. **1932: a guerra paulista** (o ciclo de Vargas – volume V). Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1967.
- SODRÉ, N. W. **Memórias de um escritor**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1970.
- WERNECK VIANNA, L. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ: Revan, 1996.
- ZUIN, J. C. S. **Sérgio Milliet: o paradoxo de um intelectual crítico**. Dissertação (mestrado), UNICAMP: Campinas, 1994.